

"Convem assinalar que as obras aqui realizadas pelo IAPC são fruto do prestígio do Sen. Vitorino Freire"**DECLARA AO "DIÁRIO" O ENGENHEIRO Remy ARCHER****O PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS COMERCIARIOS CONCEDE INTERESSANTE ENTREVISTA A ESTA FOLHA**

Dr. Remy Archer

Chegou, ante-ontem, a esta capital, viajando pelo "Constellation" da Panair, o nosso ilustre conterrâneo e amigo engenheiro Remy Archer, presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e figura de relevo nos nossos círculos políticos e sociais.

S. s. faz-se acompanhar dos engenheiros Paulo Geraldo, Rogério Santiago e Eurico da Silva Melo, respectivamente Superintendente Geral de Obras do IAPC, construtor do Hospital e construtor do conjunto residencial de São Luiz.

Maranhense devotado à sua terra, possuindo uma visão administrativa que o situa entre as figuras centrais da alta administração nacional, o dr. Remy Archer tem realizado uma obra de grande envergadura no sentido de atender as justas aspirações e

ansios da enorme família comercial do Brasil, merecendo particularmente, a nossa terra as simpatias e os desvelos do eminente e prestigioso auxiliar do general Eurico Gaspar Dutra.

A construção em São Luiz de um conjunto residencial de mais de 500 casas para os associados daquele Instituto, e de um modular Hospital de Clínica, representa sem dúvida realizações que não passarão despercebidas ao sentimento de gratidão e reconhecimento de todos os maranhenses bem intencionados.

A presença, entre nós, do dr. Remy Archer despertou-nos a natural curiosidade jornalística no sentido de ouvi-lo sobre os motivos da sua viagem. Por isto, procuramo-lo, ontem, à noite, no Palácio dos Leões, onde está hospedado, e apesar das numerosas (Conclui na 4.ª página)

RELATORIO DO BANCO DO BRASIL

Publicamos, em nossa edição de hoje, amplo relatório do Banco do Brasil, através do qual vai o publico tomar conhecimento do alto critério administrativo com que se houve à frente do Banco do Brasil o ilustre patriota, dr. Guilherme da Silveira, atualmente na direção do Ministério da Fazenda, onde está destinado a prestar novos e inestimáveis serviços à Nação.

prestes a ser firmado um acordo comercial com a Alemanha**Recebida a noticia com satisfação nas rodas comerciais, agrícolas e industriais do Brasil — Noticiário**

S. PAULO, 17 (Asapress) — As rodas comerciais, agrícolas e industriais receberam com agrado as notícias vindas do exterior, de que estaria prestes a ser firmado um acordo comercial entre o Brasil e a Alemanha ocidental. O convênio teria a duração de um ano, sendo seu valor de 50 até 70 milhões de dólares, o que importaria num aumento considerável para a nossa balança, muito reduzida atualmente com aquele país. A importância destinada

ao café é de 10 milhões de dólares ou sejam aproximadamente 500 mil sacas, dada a qualidade inferior ao produto geralmente adquirido pelos países da Europa.

REUNIAO DAS ENTIDADES COMERCIAIS

FORTALEZA, 17 (Asapress) — Anuncia-se para breve uma reunião de todas as entidades comerciais do Estado para tratar da reabertura da carteira imobiliária do Instituto dos Comerciantes. Como se sabe, reaberta em

maio último, a referida carteira foi novamente fechada, sexta-feira última. Agora, os comerciantes cearenses pretendem suar a decisão do IAPC relativa ao fechamento.

RIO, 17 (Asapress) — No próximo dia 20 do corrente comemorar-se-á o segundo aniversário da promulgação da Constituição do Estado do Rio, promovendo o governador Macedo Soares e Silva, festividades no Palácio do Ingá.



Flagrante colhido por ocasião da general Eurico Gaspar Dutra, tenchegada do Presidente do Brasil, do a seu lado o Presidente Truman, dos Estados Unidos. — (Foto do USIS).

Um ato de alta justiça do governo do general Eurico Dutra

RIO, 17 (Da Sucursal) — O diretor geral da Fazenda Nacional usando das suas atribuições, tornou insubsistente o decreto que determinara a aposentadoria compulsória do funcionário Paulo Martins, com fundamento na conveniência do regime (artigo 177, da Constituição de 37), e mandou readmiti-lo no seu cargo, com todas as vantagens legais, salvo a percepção dos vencimentos atrasados.

O sr. Paulo Martins é um dos magníficos funcionários do quadro da Fazenda. Ex-deputado federal, representante do funcionalismo, de 1934 a 1937, foi vítima

da perseguição de governos passados, sendo aposentado draconicamente.

O governo do Presidente Dutra restituiu-lhe o cargo na Fazenda, numa obra de justiça.

PRESIDIDA PELO SENADOR VITORINO FREIRE

RIO, 17 (Da Sucursal) — O partido Social Trabalhista, de Minas Gerais, convocou todos os seus diretores municipais para uma grande convenção no dia vinte e cinco, a fim de tratar de assuntos de grande importância. Possivelmente o Senador Vitorino Freire presidirá a convenção.

EM EBULIÇÃO A POLITICA DE MATO GROSSO

RIO, 17 (Da Sucursal) — A política de Mato Grosso encontra-se também em ebulição. Não foi possível o acordo da UDN com o PSD, ficando assentados dois nomes para o governo do Estado: o dr. Fernando Correia Costa, médico e prefeito de Campo Grande, pela UDN, e o dr. Wanderson Barros, engenheiro, residente em Corumbá e deputado federal pelo PSD. Fala-se que será levantada a candidatura do arcebispo de Mato Grosso, d. Aquino Correia, para senador, na vaga do sr. Felinto Muller, pela U. D. N.

Um tema diferente

Não agradou, como bem se pode concluir do hidrofobismo com que nos tentou abocanhar, ante-ontem, o "leão" de britomutá à margem do rio Turi, o tema manso e sereno dos editoriais arrancados à discreção das águas revôltas do mar discreto e livre das máculas pecaminosas, que são, na face da terra, os beijos da maldade pervertendo os homens, matando a virtude, estrangulando o Amor, esta obra prima de Deus para o recolhimento das consciências, sublime exílio da paz e da fraternidade universais.

Não pode realmente descer ao pelago indecifrável do oceano iracundo quem folego não tem para suportar a pressão irada das águas tumultuosas.

O cão, por exemplo, nadador exímio entre os animais da sua espécie, boiará eternamente à superfície sem tentar um mergulho, que seria para as suas pulgas um suicídio e para os seus pelos uma aventura desastrosa à boca de um tubarão.

Cumprimos neste palco sem pano de boca e sem cortinas que nos ocultem aos olhos da plateia, o nosso destino.

Os que mergulham e vão ao fundo do mar descobrir as pérolas, separando-as dos cascalhos para banhá-las de sol, são os eleitos, fazendo das próprias almas os escatandros a serviço da beleza, para glória eterna de uma predestinação.

E o destino dos cães é outro.

Hidrofobos ou mansos, desdentados, pirentos, pelados ou felpudos, os pobres bichos rolarão sobre a terra babando e mordendo, cumprindo-se, assim, a infabilidade de uma lei fatal, irrevogável, eterna.

Pobre cão, que tanto babas !...

DIÁRIO DE SÃO LUIZ

PROPRIEDADE DA EMPRESA
"DIÁRIO DE S. LUIZ" LTDA.

PRAÇA JOÃO LISBOA
Tel.: — 15-01

TABELA DE PUBLICAÇÃO

Por centímetro de coluna	
Na 1.ª página	Cr\$ 8,00
Na última página	Cr\$ 6,00
Páginas internas	
Determinadas	Cr\$ 5,00
Indeterminadas	Cr\$ 4,00

SUCURSAL NO RIO DE JANEIRO
Direção de MARTINS E SILVA
Av. Churchill, 109 — 1.º andar
Sede Central do P. S. T.

FUTEBOL E

(Conclusão da 10a. página)
sistema mais com esses irritantes jogos amistosos, cujos protagonistas são invariavelmente Sampaio, M.A.C. e Moto Clube. A própria crônica esportiva já não encontra mais adjetivos com que escreva para os leitores, apresentando os prestantes nas ante-veperas, as vespéras e dia dos jogos. Há poucos dias dissemos daqui que se o nosso povo, ou melhor se os sanluizenses tivessem outro passa-tempo, outra recreação dominical abandonaria os campos de futebol, onde via de regra, se assiste brigas e se ouve

aus. o oporções apuo a "susuejo nu" é pobre em pratos máis temperados...

Somente uma coisa ao nosso ver, nos parece capaz de salvar o futebol maranhense desse vendaval que se pronuncia. Trata-se de se promover quanto antes, exemplo de como fazem constantemente outros Estados, temporadas inter-estaduais, a

EM RECIFE

(Conclusão da 10a. página)
Esta peleja se realizará no Estádio Getúlio Vargas.

EMPATOU O JOGO CORINTIANS x RAPID

S. PAULO, 17 (Asapress) — Conforme noticiáramos, realizou-se, ontem, a esperada partida de futebol entre as equipes do Rapid da Austria e do Corinthians, paulista.

Esta peleja terminou com um empate de 2 tentos. Golearam para os paulistas Baltazar e Severo e para os austriacos: Riehle e Binder.

A VENDA O "PASSE" DE NIVIO
BELO HORIZONTE, 17 (Asapress) — Está a venda o passe do ponteiro Nivio, do Atlético, por Cr\$ 250.000,00.

TRANSFERIDO O JOGO

RIO, 17 (Asapress) — Foi novamente transferido o jogo entre o Fluminense e o Bangü. Este "match" se realizará amanhã à noite.

OUTRAS NOTÍCIAS

O Flamengo contratou para suas fileiras o zagueiro gaúcho Gago.

O Olaria do Rio de Janeiro jogará domingo, em Juiz de Fora contra o Tupi S. Clube.

Encerrando o primeiro turno do Campeonato mineiro deste ano jogará domingo no Estádio Otávio Mourão da Silva, o

Mozart estreará...

(Conclusão da 10a. página)

EM UBERLÂNDIA OS
TRICOLORES

BELO HORIZONTE, 17 (Asa)

— Está praticamente assentada, para domingo, na cidade de Uberlândia, uma exibição do quadro de profissionais do Fluminense. O adversário dos tricolores cariocas, será o Uberlândia F. C. A delegação do gremio carioca, deverá chegar àquela cidade sábado, regressando ao Rio, segunda-feira, por via aérea.

AMANHÃ CONTRA O
SANTA CRUZ

RECIFE, 17 (Asa) — O Vasco jogará, domingo, contra o Santa Cruz. O jogo de ontem, entre o América local e o Vasco rendeu 120 mil cruzeiros.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Movimento no dia 14 de junho nos Grupos Escolares da capital:

Frequência de alunos:

Grupos matutinos: — Benedito Leite, 483; Barbosa de Godóis, 186; Almir Nina, 110; Henriques Leal, 109; Almeida Oliveira, 148; Padre Antônio Vieira, 160; Sousa Andrade, 168; Curso de Aplicação, 99; total, 1.463.

Grupos vespertinos: Sotero dos Reis, 239; Raimundo Corrêa, 148; Gentil Braga, 99; Nascimento Moraes, 290; total, 776.

Grupos Noturnos: — Neto Guterres, 214; Felipe Condurú, 37; Enedina Leite, 195; Centro Artístico, 116; total, 562.

Escola Reunida "Magalhães de Almeida": — Turno matutino, 39; vespertino, 43; total, 82.

Total geral de alunos, 2.883.

Secretaria do Departamento de Educação, 17 de junho de 1949.

O PRECEITO DO DIA

VIGOR FÍSICO E TUBERCULOSE

— Tuberculoso que elimina bacilos é fonte abundante de contágio. Um caso de tuberculose provém sempre de outro e, por isso, faz-se a luta contra o contágio. Mas, como não é possível controlar todas as fontes de contágio, cumpre a todos fortalecer o organismo, tornando-o assim mais resistente à contaminação pela tuberculose.

Procure manter-se vigoroso, para evitar a tuberculose. — SNES.

pes do Atlético e do América. O mediador desta peleja é o sr. Mario Viana da F.M.F.

— Tuta está disposto a deixar o C. R. Vasco da Gama, afim de ingressar em qualquer outro clube da metrópole do país.

— O endiabrado meia rubro, Lima, renovou, ontem, contrato com seu clube, o América por uma temporada.

— Emanuel ex-medio do São Cristóvão assinou contrato com o Bonsucesso, por duas temporadas.

— Jogará domingo em São João del Rei, um quadro misto do Botafogo.

Maranhão — uma nova canaan

C. Nery CAMELLO

(Especial para a GAZETA DE NOTÍCIAS)

Em artigo anterior, ocupei-me da personalidade do senador Vitorino Freire, não somente como LEADER do Partido Social Trabalhista mas também como um infatigável batalhador em prol das causas do Maranhão, que ele, dignamente, representa na Câmara alta do país. Referi-me ainda à operosidade e ao dinamismo do cel. Sebastião Archer da Silva, o honrado e bemquisto industrial a quem em boa hora, foram confiados os destinos da terra de João Lisboa e Benedito Leite. O homem que, no dizer dos maranhenses, não esquentaria logar nas poltronas do Palácio dos Leões. Passa uma semana em São Luiz e outra no interior, viajando, ora num TECO-TECO, ora de automóvel e, não raro, com risco da própria vida, nas lanchas e barcos a vela, pelos municípios da baixada.

Pode-se dizer que esses dois homens — Archer da Silva e Vitorino Freire — se completam: no interesse com que procuram solucionar os problemas do Maranhão, promovendo o bem estar e a felicidade do seu nobre povo. E, perfeito e absoluta a união de vistas que, neste particular, reina entre ambos. O espírito público de que é dotado o governador maranhense é o mesmo que, em todos os seus atos, revela o senador Vitorino. Os próprios adversários — aqueles que colocam os interesses da coletividade acima do seu próprio interesse — não podem deixar de reconhecer e proclamar as virtudes cívicas desses dois homens públicos.

Daí a situação verdadeiramente privilegiada que desfruta o opulento Estado. Situação não somente política, como também — e principalmente — econômica e financeira. Pode-se afirmar, sem receio de contestação, que o Maranhão atualmente é um dos Estados mais prósperos do Norte. O observador que demanda as plagas do Setentrião, facilmente constata a veracidade desta assertiva. Sai do Ceará, cuja situação econômico-financeira é de todos conhecida, e penetra no Piauí encontrando o nosso vizinho a debater-se com a maior crise de que na memória. Salta de Terezina para a zona do Tocantins e entra em território paraense, depois de percorrer uma extensa faixa de Goiás apreciando em certo trecho do grande rio, o notável trabalho dos garimpeiros, à cata de diamante. Numa circunferência de meia légua, começa a observar os buracos feitos no solo. No Pará, encontra a mesma balbúrdia a mesma confusão, as mesmas lutas políticas que agitam o Piauí. E não menos abaladas as finanças do Estado.

O Maranhão é um claro aberto, entre os seus vizinhos, com um saldo vultoso no Tesouro, sem di-

cas, sem ódios nem paixões partidárias. Encontramos ali uma espécie de família, cujo lema é — A UNIÃO FAZ A FORÇA. E vemos no governo um homem, cuja preocupação máxima é dar aos

Movimento do Serviço de Pronto Socorro

Das 18 horas do dia 15 às 18 do dia 17, foram socorridas as seguintes pessoas:

Alexandrina Duarte, João Neves Costa, Antônio Azevedo, Marcelino Monteiro, Maria de Jesus Costa, Osorina Lisboa, José Brito Silva, Paulo Pereira da Cruz, Marlene Campos, Raimundo Alves Nascimento, Joana Teixeira, Manoel Silva, José Pereira Oliveira, Angelita Paiva, Lleson Gomes Ferreira, José Aldo Brenha, Maria Ivonete, Osorina Lisboa, Luzia Souza, Maria Estela Alves, Lourival Santos, Maria Alves, Manoel Alves Araújo, Joel Moraes, Carmélia Silva, José Dutra, Maria Ferreira Pinto, Raimundo Palmério Silva, Alberto Campos, Oséias Braga de Oliveira, Osvaldina Brenha, José Marques dos Santos, Felix Santos, Reinaldo Pires, José Ribamar Mendes, Benedito Monteiro, Sebastião Cavalcante, José Rodrigues da Silva, Raimundo Nonato de Souza, João de Deus Costa, Raimundo Costa, Raimundo Alves, Arquimedes Araújo, Lourival Silva, Valdeez Silva, Inês Rodrigues, Carlos Oliveira Luz, Abelardo Souza, João Batista Santos, José Evaristo Santos, Benedito Estrela, Artur Cardoso, Sônia Castro Gonçalves, Zelina Pires, Artino Berto Costa; num total de 55 (cinquenta e cinco). Foram atendidos ainda em ambulatório 25 (vinte e cinco), além de 10 (dez) internados.

POSTO DE HIGIENE DE CODO

Movimento do mês de maio de 1949:

A) — Assistência Médica: — Pessoas inscritas, 500; receitas expedidas, 902; comparecimentos, 815; curativos, 420; injeções, 395; sendo: 1) intramusculares, 307; 2) endovenosas, 14; 3) sub-cutâneas, 4; intervenções praticadas, 8; atestados de óbitos, 9.

B) — Exames de Saúde: — Pessoas inscritas, 10; atestados de saúde fornecidos, 10.

C) — Higiene Dentária: — Inscrições, 42; curativos, 48; extrações, 31; trat. ults., 2.

D) — Laboratório: — Taxa de hemoglobina, 38; exames de sangue (hematozoários), 5; exames: 1) de fezes, 57; 2) de urina, 4; 3) de secreção uretral, 1; 4) de escarro, 4.

E) — Vacinações: — Contra o tifo, 108; contra o alastrim, 774.

Visto, em 31 de maio de 1949. — As- Dr. Antônio Seba Salo-

dinheiros públicos a mais honesta e a mais proveitosa aplicação. Si queremos viajar para as diversas zonas do sertão, mesmo as mais afastadas da capital — Barra do Corda, Grajaú, Colinas — não esperamos mais pelos roncelos e morosos GAIOLAS ou as lanchas a motor. Podemos viajar de automóvel. Em Coroatá, centro do vale do Itapecuru, encontramos um moderno hospital, recentemente inaugurado, servindo também aos habitantes do fértil vale do Mearim ligado àquela pela importante rodovia Pedreiras-Coroatá. Postos de saúde. Grupos escolares. Ginásios e escolas rurais nas principais cidades.

Eis a razão por que não se faz oposição ao governador Archer da Silva e ao senador Vitorino Freire. Pode-se mesmo afirmar que, no Maranhão, só há um partido, que é o Partido Social Trabalhista. É uma agremiação política constituída, não somente por maranhenses de boa vontade, como também por homens de elite, militando em suas fileiras os vultos de maior projeção no seio da intelectualidade ateniense. Lá encontramos, no patriótico afan de trabalhar pela grandeza do Estado, Roberto Gonçalves, Correia de Araújo, Mata Roma, Alves de Melo, Vilela de Abreu, Fernando Carvalho, Elisabete Carvalho e inúmeros outros.

A terra do batassu' está, assim, transformada numa nova Canaan, numa espécie de terra da Promissão, onde vive um povo feliz, num ambiente de paz, de tranquilidade, de trabalho, de ordem e de progresso. Belo e edificante exemplo, o que a gloriosa gleba de Gonçalves Dias, graças ao patriotismo e à boa vontade dos seus atuais dirigentes, está oferecendo ao resto do Brasil.

Fortaleza, maio de 1949.

MARITIMO: —

Mais informações igual a mais conforto. Eleva o teu padrão de vida, fornecendo de bom grado os dados pedidos pelo IBGE.

LIBERADA A NAVEGAÇÃO NO PORTO DE SHANGHAI

SHANGHAI, 17 (UP) — Liberada hoje a navegação na foz do rio Yangtze, onde a comissão de navegação constataria a inexistência de minas, o navio americano Chine Victory deixará o porto às 13 horas e o Meerenkenk de bandeira holandesa entrou no porto hoje, pela manhã. O navio britânico Shengking deixará Shanghai amanhã. A reabertura do tráfego estava na dependência das Companhias de navegação, de acordo com a decisão das autoridades comunistas. Entretanto os estrangeiros não poderão entrar nem deixar esta cidade até que sejam publicados os regulamentos.

Admissão de novos membros á O. N. U.

INTERIOR

A. BENNA
DIRETOR TÉCNICO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Começaram a trafegar os primeiros caminhões de verão no interior do Estado.

Dentro de poucas semanas, o movimento de transporte terrestre será entrelaçado em todos os municípios pelas estradas construídas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pela Campanha da Produção.

Esse Departamento e essa instituição criada pela Associação Comercial de São Luiz e com a cooperação das Associações Comerciais dos Municípios, dentro de suas possibilidades, procuram resolver o problema número Um, que é o do transporte.

Iniciativas municipais, nesse sentido, são raras, há, entretanto, algumas iniciativas particulares.

No Campo do problema dos transportes, se observa em todos os Estados que o municipalismo não prestou a devida cooperação.

A autonomia municipal só poderá sobreviver se, em seu meio, surgir o espírito de compreensão.

O Governo do Estado nos deu um belo exemplo.

Para a solução do problema rodoviário estadual ele reconheceu a necessidade de cooperar com o Governo Federal e, para isso, mantém um serviço de cooperação com o mesmo e verba orçamentária especial.

Para a construção e manutenção das estradas intermunicipais, as Prefeituras, com esse mesmo espírito de cooperação, deveriam colaborar com a Campanha da Produção na construção de estradas rurais, e com o DER para o desenvolvimento das estradas intermunicipais e respectivos ramais.

Os municípios não podem de por si resolverem seus problemas estradais, mas, com a cooperação com essas duas entidades podem, em poucos anos, dotar seus territórios de todos os meios de comunicações.

A autonomia municipal sem iniciativas de cooperação e de colaboração, de nada vale, porque os municípios passarão a vida estendendo a mão, suplicando o apoio e a proteção material do Estado.

Essa autonomia para ser eficiente e real, deve vir acompanhada do espírito de cooperação, com o qual poderão resolver muitos dos seus problemas que seus recursos não os permite.

Vários municípios já compreenderam que isolados nada poderão fazer e por isso os municípios de Peri-Mirim, Timbiras, São Pedro e Monção, que viviam numa letargia incomum, acabam de fundar, também, a sua Associação Comercial, Agrícola e Industrial, afim de se unirem aos municípios mais adiantados nas iniciativas particulares, e prestarem sua cooperação, afim de, por esse meio, resolverem seus problemas.

Buriti e Vargem Grande, estão pelo mesmo caminho e, há dias, que nesses municípios um espírito de união e de cooperação vem reunindo as classes produtoras dessa localidade para dar nova vida aos mesmos no campo econômico.

Mas, há muitos outros municípios que continuam se desinteressando de seus próprios interesses e a desconhecer as vantagens de cooperação. Esses ficarão sempre no reboque, apelando para os Governos.

A alfabetização dos adultos, especialmente no interior, vem prestando para o Estado, um sopro de grande progresso, mas esse só não basta.

E' preciso promover em todos os setores, das atividades municipais e rurais o espírito da união e da cooperação afim de que todos possam colaborar para um só fim, que é o progresso e o bem estar geral.

Acordar as energias latentes nos municípios é obra de grande necessidade, porque onde não há cooperação não podem nascer iniciativas.

SETE PROJETOS DO DELEGADO ARGENTINO

LAKE SUCESS, 17 (UP)

Falando, ontem, perante o Conselho de Segurança, reunido para examinar novamente as candidaturas que não tinham conseguido a recomendação favorável do Conselho para admissão na ONU, o delegado argentino José Arce apresentou 7 projetos de resolução, visando a admissão de todos países cuja entrada na ONU fora bloqueada pelo veto soviético. Pedindo especificadamente a admissão de Portugal, Transjordânia, Irlanda, Finlândia, Itália, Austrália e Cêlia. José Arce afirmou que estava pronto a examinar novamente as candidaturas dos países apoiados pela URSS aduzindo que encrava a possibilidade de votar por algumas dessas candidaturas. A maior parte da exposição de José Arce foi dedicada à concepção segundo a qual o Conselho de Segurança pede a admissão de novos membros. Segundo o delegado argentino, somente a assembleia geral pode decidir a respeito do assunto.

SUICIDOU-SE NA PRISÃO

PARIS, 17 (UP) — A guarda da prisão de Canté encontrou às 9 horas de hoje enforcado na sua cela, com as veias abertas o cel. Jean Delore, implicado no complot de pentecoste. O Cel. Delore tinha sido interrogado, ontem, na presença do seu advogado pelo magistrado encarregado da instrução do processo, junto ao Tribunal Militar de Paris. No transcurso do interrogatório,

BORDEJANDO

Escreveu
CASSIANO LYRA

Lastimável é o estado em que se encontra a ex-poderosa nau do P. R.

Abalroada pelo poderoso cruzador de batalha que é o Partido Social Trabalhista, já está com os porões cheios d'água, enquanto os seus correligionários enchem os seus de outra coisa...

E não é para menos! Viram os planos do "pirata da perna de pau" que a comanda e estão apavorados.

Ao sinal de naurágio, são os ratos os primeiros a abandonar a embarcação e quando de sua vinda ao Maranhão, sentiu bem de perto o dr. Lino "Urucubaca" Machado, o cheiro da catástrofe, pois fugiu-lhe o eleitorado e ao certificar-se de que teria de enfrentar o fogo cerrado das baterias de grosso calibre, representadas pelos 85% do eleitorado que apoia com justiça o Senador Vitorino Freire, decidiu-se a representar

cel. Delore protestara contra a acusação de desmoralização do exército que o atingia. O Coronel Delore reconhecera apenas que um grupo de amigos "partilhava de suas inquietações, quanto a ameaça comunista" e tinha decidido organizarem-se para responder a qualquer tentativa de insurreição comunista. O comissário de polícia do quartelão de Santé abriu inquerito a respeito do suicídio.

mais uma vez o papel de RATO, a que já está habituado.

Que fazer?

A que pretexto se agarrar com unhas e dentes para justificar a traição ao P. R. e ao pequeno eleitorado que conseguiu ludibriar no ultimo pleito?

Surgiu daí aquele extemporâneo e inqualificável ataque à Colônia Agrícola da Barra do Corda. Era o primeiro ensaio, pois sabia que a alta direção do Partido Republicano já o tinha na lista negra, por suas mancadas e libertinagens e não lhe daria, em caso algum, apoio para hostilizar o eminente homem público, Daniel de Carvalho.

O mais é do domínio público e muito breve teremos esse trefego deputado a grasnar em nossas praças, contra o Partido que o elegeu e no qual militou por muitos anos e zurrando dos predadores do Senhor Ademar de Barros, com quem está discutindo o preço de venda de seu desmoralizado acervo.

Mas há ainda outros maranhenses que não de imputar-lhe traição...

Sabem todos, que não há muito, partiu para São Paulo, um esmoher e de lá, jura ter trazido, uma mudinha da já celebrada "arvore das Patacas".

Ante o alvoroço, juntaram-se uns poucos e proclamaram a instalação do Diretório do "Partido dos Falidos".

Sabe-se agora, que usando de intriga e solécia, passou-lhe o Lino, o Machado na cabeça, pois foi levantada suspeição moral dos elementos que aqui pretenderam orientar os trabalhos pró Ademar de Barros.

E dinheiro não lhes virá...

E sabe-se agora, que o Partido de Ademar, no Maranhão, será dirigido por Lino Machado, pois já tem experiência em lidar com somas avultadas, como no caso da UDN, em pleito passado.

Chegamos então, à ocasião do "salve-se quem puder", na estadual do P. R., que para breve, em virtude dos rombos no casco, vai deixar, apenas um redemoinho, no local onde naufragar.

E é esta a lição para aqueles que traíram e locupletaram-se mesmo como deputado estadual, numa chapa de emergência, pois desta vez, o estertoroso grito de "salve-se quem puder", é dado pelo próprio e fracassado capitão do navio, que já tem a fuga preparada, o Senhor Lino "Azar" Machado.

+ MISSA CON VITE

José Ribamar Nunes e família e Raimundo Costa Nunes e família convidam os seus parentes e amigos para assistirem, no dia 20, segunda-feira, às 6 horas, no Altar-Mór da Igreja do Carmo, a uma missa que mandarão celebrar pelo eterno descanso da alma de sua inesquecível mãe RAIMUNDA COSTA NUNES que naquela data completaria mais um aniversário natalício.

A todos que comparecerem a esse ato de piedade cristã, se confessem, antecipadamente, agradecidos.

Reunião de todos os secretários de Fazenda, do nordeste, em Recife

O conclave visa acertar medidas para a terceira conferência de técnicos em contabilidade pública e assuntos fazendários

RECIFE, 17 (Asapress) — Amanhã, instalar-se-á, aqui, a reunião dos secretários da Fazenda de todos os Estados do nordeste, para acertar as providências relativas à Terceira Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários a realizar-se no Rio, entre 20 e 30 de junho próximos.

O REPRESENTANTE CEARENSE

FORTALEZA, 17 (Asapress) — Afim de tomar parte na reunião dos secretários de Fazenda de todos os Estados do nordeste que se instala, amanhã, em Recife, seguiu para a capital pernambucana, o secretário da Fazenda do

Ceará, Francisco Pessoa Araújo. NO RIO. O SECRETARIO DE AGRICULTURA DE PERNAMBUCO

RIO, 17 (Asapress) — Chega, hoje, pelo "Constellation" o sr. Barros Barreto, secretário da Agricultura de Pernambuco que hospedar-se-á no Hotel Serrador. VETADOS VARIOS ARTIGOS DA LEI JUDICIARIA

ARACAJU', 17 (Asapress) — O governo do Estado vetou vários artigos do código da organização judiciário do Estado, tendo a Assembleia Estadual aprovado os vetos por unanimidade. O deputado Seixas Dória pronunciou um

discurso, esclarecendo que a UDN apoiaria os vetos, pois todos os artigos vetados foram combatidos pelo seu partido.

PERDIU DEMISSÃO O PRESIDENTE DA C.E.P. DE SERGIPE

ARACAJU', 17 (Asapress) — O presidente da Comissão Estadual de Preços pediu demissão. Segundo o jornal local "Correio de Aracaju", a referida comissão é inoperante.

TAMBEM RENUNCIARA' AO CARGO.

ARACAJU', 17 (Asapress) — Corre nos meios políticos que o secretário de Justiça do Estado

solicitará demissão.

RIO, 17 (Asapress) — A barcaça "Carioca", da Prefeitura, empregada nos serviços da "City Improvements" está perdida. Felizmente a tripulação está salva. O acidente ocorreu dentro da baía, defronte da praia do Flamengo, não se sabendo ainda as causas do naufrágio.

EMPRESTIMO DE UM MILHÃO DE CRUZEIROS

PORTO ALEGRE, 17 (Asapress) — A Prefeitura Municipal de Lagoa Vermelha está negociando para o emprego de melhoramentos públicos com a Caixa Econômica Federal um empréstimo de um milhão de cruzeiros.

CAPTAÇÃO DE AGUA MINERAL B. HORIZONTE 17 (Asapress)

— Foram iniciados os trabalhos de captação de água mineral na cidade de Contendas, reinando a maior satisfação no seio do povo daquela cidade.

EDIÇÃO DE HOJE

12 páginas — Cr\$ 1,00

SOCIEDADE

Sra. TACITO CALDAS — Transcorreu ontem o aniversário natalício da exma. sra. Violeta Flauto Caldas, dileta esposa do nosso presado amigo dr. Tácito da Silveira Caldas e figura de realce da sociedade sanluizense.

Dotada de excelsas virtudes, mãe de família exemplar e esposa amantíssima a aniversariante desfruta em nosso meio, por isto mesmo, vasto círculo de amizades e afeições que, naquela oportunidade, prestaram-lhe justas e expressivas homenagens.

DIARIO DE S. LUIZ, cumprimenta cordialmente o ilustre casal desejando-lhe perenes felicidades.

Sra. RAIMUNDO VIEIRA ALMEIDA — A data de hoje assinala a passagem do aniversário natalício da exma. sra. d. Euridice Araújo Almeida, digna consorte do nosso presado amigo sr. Raimundo Vieira Almeida, membro P. S. T. em Chapadinha, onde desfruta de larga proporção social e política.

A digna aniversariante que naquele futuro município preside a Câmara Municipal, atualmente no cargo de prefeita será alvo de expressivas homenagens pela passagem da grata efeméride.

DIARIO envia-lhe respeitosa felicitações.

MARIA TEREZA — A data de hoje assinala a passagem do aniversário natalício da galante menina Maria Teresa, dileta filha do sr. Osvaldo Soares, tabelião nesta Capital e de sua digna consorte exma. sra. d. Maria de Jesus Soares.

A graciosa aniversariante que é aplicada aluna do Colegio Santa Teresa, pela passagem do grato evento receberá sua inúmeras amiguinhas, em a residência de seus dignos progenitores.

DIARIO envia-lhe votos de felicidades.



ROSEMIRO — Está em festa hoje, o lar do sr. Palmiro Viana Lages e da sra. d. Maria Cordeliro Lages, pela passagem do aniversário natalício do dileto filho do distinto casal, Rosemiro.

Pela passagem do grato evento, o travesso aniversariante oferecerá, lãta mesa de doces e

guaraná aos seus inúmeros amiguinhos.

Srta. MARIA ANTONIA GOMES — Transcorre, hoje, a passagem do aniversário natalício da gentil senhorita Maria Antonia de Azevedo Gomes, filha da sra. d. Raquima Azevedo Gomes, viúva do saudoso José de Oliveira Gomes, e aluna do Ateneu Teixeira Mendes.

A graciosa aniversariante será homenageada pelas suas inúmeras amiguinhas.

DIARIO envia-lhe sinceros DIARIO alma-lhe felicidades. Fazem anos hoje.

— o sr. Beimiro Botelho, comerciante nesta Capital;

— o sr. Nello Miranda, funcionário do Banco do Brasil S. A.;

— a professora Emurcia Santos;

— a sra. d. Laurinda Brandão Leal, esposa do sr. Ademir Lins Aguiar;

— o menino Antonio José, filho do sr. João Luiz da Silva, funcionário estadual e da sra. d. Nel-de Nunes da Silva;

— o jovem José Ribamar Dutra, estudante;

— a srta. Iza Ferreira, comerciária;

— a sra. d. Maria José Campos Silva, esposa do sr. José Silva;

— a srta. Maria Dolores Almeida;

— a srta. Eunice Soares Dias, filha do sr. Eufrosino Ferreira Dias;

— a srta. Alonsa Guilhermina Sousa, filha da sra. Gertrudes Sousa;

— o menino Edson, filho do sr. Crisólito Oliveira;

— a menina Salete, filha do sr. Emanuel Sucupira Reis;

— a menina Antonia, filha do pranteado Joaquim Nina;

— o sr. Irlanda Silva Salazar, comerciante.

Casamentos

Coosserciam-se hoje, civil e religiosamente, na Vila do Turu', a srta. Maria Cecília Balata Menezes, filha do nosso dedicado amigo e correligionário, Paulo Alves de Menezes, abastado comerciante e presidente do Diretorio distrital do PST naquela vila, e de sua esposa, sra. D. Sebastiana Balata Menezes, com o sr. Tarquínio Adelman Serpa, funcionário da E. F. S. L. T., filho do sr. Raimundo Serpa e de sua esposa a exma. sra. Maria Madalena Serpa.

O ato civil e religioso, terá lugar às 16,30 na residência dos pais da noiva.

DIARIO DE S. LUIZ, cumprimenta os nubentes, augurando-lhes um futuro feliz.

— Realiza-se hoje às 16 horas o enlace, matrimonial do jovem Benedito da Costa Cunha com a senhorita Dayse Gonçalves Tavares, filha do sr. Carlos Simplicio Tavares.

Servirão de testemunhas por parte do noivo o sr. Moisés Pereira da Silva e esposa, por parte da noiva o sr. Manoel Pereira de Castro e esposa.

— Realizou-se, hoje, o enlace matrimonial de José Pedro de Jesus com a senhorita Creusa Nascimento.

Despedidas

Ten. Cel. CARLOS MOSCOSO — Esteve, ontem, nesta redação o nosso presado amigo sr. Carlos Martins Moscoso, brioso oficial da FPE, atualmente no cargo de diretor da Penitenciária em Alcantara, que nos veio apresentar suas despedidas por ter de seguir, hoje, para o centro de suas atividades.

DIARIO agradecendo a gentileza, desse-lhe uma feliz viagem.

Falecimentos

Sr. ANTONIO SERRÃO RIBEIRO — Faleceu, ontem, nesta capital o sr. Antonio Serrão Ribeiro, contador da conceituada firma desta praça, Castro Gomes & Cia. Ltda.

O extinto deixa viúva a sra. d. Amelia Meireles Ribeiro e vários filhos.

DIARIO envia sentidas condolências à família enlutada.

JOSE BROXADO LAPA — Por notícia telegráfica, soubemos, ontem, do falecimento em Terezina, do sr. José Broxado Lapa, irmão do sr. João Antunes Lapa, dedicado operário das oficinas deste jornal.

O extinto, era, em Terezina, proprietário do Hotel São José e deixa viúva a sra. d. Raimunda de Sousa Lapa e os seguintes filhos: prof. Luiz Gonzaga Sousa Lapa, Dionísio de Sousa Lapa e Terezinha de Sousa Lapa, deixando também os irmãos: Maria Salomé, Raimunda, Benedita e João Antunes.

DIARIO sentimenta a família enlutada, particularmente o sr. João Lapa, nosso zeloso auxiliar.

Sr. MANOEL RODRIGUES MARQUES — Acompanhado dos seus filhos, sr. Alfredo e João Emanuel, encontra-se nesta capital o nosso particular amigo sr. Manoel Rodrigues Marques, figura de projeção nos meios social e comercial e político do município de Candido Mendes.

O ilustre itinerante que, futuramente com seus filhos integra as hostes do PST naquela comuna, demorar-se-á alguns dias em São Luiz.

DIARIO deseja-lhe uma feliz permanência entre nós.

Sr. AUGUSTO BRITO — Em viagem de curta demora, seguiu, ontem, para Guimarães, o nosso particular amigo sr. Augusto Brito, zeloso funcionário dos S. A. E. L. T. e P. A.

Ao digno viajante que nesta capital é representante do diretório do PST, de Guimarães, almejamos uma feliz travessia um breve regresso.

Vereador SEVERO FERREIRA — Depois de alguns dias de permanência entre nós, voltou, ontem, para Guimarães, o nosso presado amigo e dedicado correligionário sr. Severo Ferreira, presidente da Câmara Municipal daquele próspero município onde desfruta de alto prestígio político social e comercial.

O vereador Severo Ferreira es-

COMVEM...

(Conclusão da 1.ª página) visitas que constantemente recebiam, ponde atender ao representante do DIARIO com quem palestrou cordialmente.

A' nossa primeira pergunta o engenheiro Remy Archer declarou o seguinte:

— A minha viagem a São Luiz prende-se exclusivamente às obras

PANORAMA ARTISTICO

CINEMA

"A PECADORA", UM GRANDE LANÇAMENTO

Está sendo anunciado para estreia amanhã, no Roxy e no Eden, simultaneamente, um grande filme mexicano.

Referindo-nos a "Pecadora", película distribuída pela Columbia Pintures, na interpretação de Emilia Gulu, Ramon Armengod, Agostin Lara e Ana Maria Gonzalez.

E oportuno assinalar de início que "Pecadora" vem com as credenciais de haver sido exibido 27 semanas consecutivas em São Paulo, 22 no Rio e 4 no Art Pálacio de Recife.

"Pecadora", que sendo um filme realista do mesmo genero de "Santa", e contem um fundo moral muito grande, explora um de impressionante atualidade.

Além disso, sua principal interprete é Emilia Gulu, considerada a mais bonita estrela do México, que atua magnificamente, ao lado de Ninon Servilha, o "ciclone cubano", em rumbas de "40 graus à sombra". Figuram também no filme os nossos patriotas do conjunto "Os Anjos do Inferno", cantando em português "Boogie-Woogie na Favela" e "17.700".

"O VENENO LENTO" — hoje, sábado o Eden apresentará numa sessão especial, às 22 horas, um filme de grande alcance educativo, somente para homens e proibido para menores até 18 anos. Trata-se de "O VENENO LENTO", de caráter científico e recomendado pelas autoridades civis, militares e eclesiásticas do País.

O ingresso para "Veneno Lento" custará 10 cruzeiros e só haverá uma exibição.

teve ontem nesta redação, apresentando suas despedidas, pedindo-nos que as extendessemos aos seus amigos, não o fazendo pessoalmente por não dispôr de tempo.

DIARIO envia-lhe votos de uma feliz viagem.

DIARIO envia-lhe votos de uma feliz viagem.

ANTONIO BRANDÃO — Está em S. Luiz o sr. Antônio Brandão, alto comerciante e membro destacado da Associação Comercial de Caxias.

O distinto viajante, que figura entre os espíritos progressistas da Píncessa do Sertão, deu-nos, ontem, o prazer de sua visita,

que o IAPC está realizando aqui. Vim resolver os últimos detalhes sobre a construção do Hospital e do grupo residencial, e é com a mais justificada satisfação que eu levo ao conhecimento dos meus conterrâneos que tudo está definitivamente resolvido, carecendo apenas, daqui para diante, de providências administrativas.

O Hospital será construído efetivamente na praça Souzafrade, desaparecendo dentro em breve o velho casarão da antiga Penitenciária. O terreno onde vai ser localizado o grupo residencial será no Filipinho, onde já existe uma placa indicativa.

— E as obras, propriamente ditas, quando terão início?, perguntamos.

— No Filipinho já estamos trabalhando, e ainda este mês será iniciada a parte de execução do Hospital ativando-se os serviços gradativamente.

Trata-se, como é sabido, de um velho e alenado sonho dos maranhenses e constitui para mim motivo de justificado orgulho como filho desta terra, promover na minha gestão a sua concretização.

— Demora-se ainda entre nós?, acrescentamos.

— A minha viagem é muito rápida, afirmou o dr. Remy, pois devo prosseguir, amanhã, para Belém, afim de inspecionar algumas obras que o Instituto ali está realizando. Os assuntos que me trouxeram a São Luiz, como vê, foram solucionados facilmente, pois tratava-se apenas, como disse no início da nossa palestra, de detalhes a resolver.

E continuou:

— Preciso adiantar aos meus conterrâneos que as obras que o Instituto dos Comerciantes está realizando em nosso Estado são fruto do prestígio político do senador Vitorino Freire, cujo desvelo pelos problemas do Maranhão chega a tomar-lhe todas as horas e todos os minutos de sua agitada vida pública.

Os que convivem de perto com aquele eminente amigo são testemunhas das batalhas por ele travadas nos diversos setores da administração nacional, no sentido de conseguir o máximo para o Maranhão, isto é, conseguir para nós maranhenses verbas e obras que representam a nossa própria grandeza econômica e política.

Estou certo que os meus conterrâneos hão de ser sempre gratos e reconhecidos a esse homem, cuja vida ele dedicou toda ao serviço do Maranhão.

x x x

O dr. Remy Archer da Silva viajará, hoje, cedo, para Belém, na companhia do Superintendente Geral de Obras do IAPC, engenheiro Eurico da Silva Melo.

Os que fazem DIARIO DE S. LUIZ saudam efusivamente o preclaro conterrâneo e amigo, desejando-lhe feliz viagem.

EDIÇÃO DE HOJE

12 paginas — Cr\$ 1,00

Fundo em dollars para garantir as novas inversões no Brasil

Debatida em Washington a proposta brasileira para a criação de reservas conjuntas com o objetivo de intensificar as relações comerciais entre os dois países

RIO, 16 (via aérea — Sucursal) — As discussões preliminares entre técnicos do Brasil e dos Estados Unidos, em seguida ao recente acordo Dutra-Truman, estão girando principalmente em torno da inversão de capitais norte-americanos no Brasil e de uma sensível redução nos casos de dupla taxação.

O núcleo principal de tais discussões acha-se na proposta do Brasil no sentido de ser criado um fundo conjunto, em dollars, o qual será utilizado como uma garantia, para os capitalistas particulares, de que poderão receber em dollars os lucros que obtiverem os seus capitais invertidos no Brasil. Por esse plano esse fundo conjunto seria de trezentos milhões de dollars, subscritos em partes iguais pelo Estados Unidos e pelo Brasil. A sua administração caberia, também em conjunto, ao Banco do Brasil, do Rio de Janeiro.

REPERCUSÕES DIVERSAS

O sr. Otávio Gouvêa Bulhões, que aqui se acha como coordenador dessas conversações prévias pelo governo do Brasil, já declarou que esse Fundo tem por principal objetivo proporcionar aos que já inverteram capitais no Brasil e aqueles que pensam em fazê-lo a confiança de que receberão em dólares os seus lucros. Além disso, o Fundo será mais um meio de combater os efeitos adversos causados, aos capitais invertidos, pela escassez de dólares.

Pelo que se sabe o plano brasileiro tem encontrado repercussões diferentes entre os técnicos norte-americanos. Alguns deles acham que o Brasil deveria criar esse Fundo de Reserva em dólares, por si mesmo, criando assim uma confiança maior do que a que adviria da participação norte-americana.

Outros, porém, acham que é do próprio interesse dos norte-americanos o auxílio ao Brasil no sentido de atrair para esse país mais capitais de cidadãos dos Estados Unidos. Dizem os que assim pensam que a participação dos Estados Unidos no Fundo Conjunto, terá um duplo objetivo: — o de auxiliar o desenvolvimento industrial do Brasil e o de assegurar a situação dos capitais norte-americanos já invertidos, naquele país.

"ALGO DE UTIL. SURGIRÁ"

Apesar dessa divergência de pontos de vista, os técnicos envolvidos no estudo da questão estão firmemente convencidos de que "algo de util surgirá dessas discussões".

A troca de idéias entre as duas partes, na questão da dupla taxação, continua a não encontrar grandes dificuldades, a julgar pelo que informam os pro-

prios peritos de ambas as partes. Sabe-se que o Brasil ofereceu uma redução de sua taxa sobre lucros trasladados para o Exterior e poderá ainda fazer outras concessões para encorajar o afluxo de novos capitais privados dos Estados Unidos.

NOVA FASE

NAVA YORK, 11 (AFP) — "O aperfeiçoamento dos métodos para fazer o Brasil conhecido dos americanos, e estreitar as relações comerciais entre os dois países, tais serão os assuntos de minhas entrevistas com as autoridades brasileiras e negociantes interessados" — declarou a "France Presse" o sr. José Garrido Torres, diretor do Escritório Comercial do governo brasileiro em Nova York, que amanhã partirá para o seu país.

— "As relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos entram em uma nova fase" — precisou o sr. Garrido Torres. O Brasil deve preparar-se para explorar todas as possibilidades que se lhes oferecerão para encontrar novos mercados aos seus produtos, pela melhoria da apresentação ao público americano. O Brasil deve, além disso, estar pronto para fazer um esforço no sentido de reduzir o preço de venda e aumentar o valor das vendas pelo aperfeiçoamento da qualidade. Isso permitirá fazer face à concorrência dos produtos sintéticos americanos".

VIRA' AO BRASIL

O sr. Garrido Torres anunciou de outra parte, que visitará os principais centros de produção brasileira, a fim de conferenciar com os chefes das empresas e organizações comerciais, para discutir com elas os obstáculos que impedem o desenvolvimento

PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA

ASSISTENCIA MÉDICA a cargo do doutor Carlos Vasconcelos

ESCALA PARA O MES DE JUNHO DE 1949

1.ª SEMANA:

Sexta-feira — dia 3 — Maloba do Mocajutuba e do Cururuca.

2.ª SEMANA:

Terça-feira — dia 7 — Tibiri e Santa Bárbara.

Sexta-feira — dia 10 — Vila Luiz Domingues.

3.ª SEMANA:

Terça-feira — dia 14 — Turú e Miriúna.

Sexta-feira — dia 17 — Quinta, Mata e Laranjal.

4.ª SEMANA:

Terça-feira — dia 21 — Maracanã e Vila Maranhão.

Sexta-feira — dia 24 — Iguaíba.

Terça-feira — dia 28 — Estiva e Anajatuba.

das exportações brasileiras para os Estados Unidos.

Observou, ainda, a respeito que, mau grado a escassez de pessoal e o modesto orçamento, o Escritório Comercial do Governo brasileiro tornou conhecido o Brasil por numerosos artigos aparecidos na imprensa americana, em 1948 e 1949.

O Jazz Vianense visitará Teresina

A fim de participar da inauguração do Clube River, seguirá, sexta-feira, para Teresina, o aplaudido Jazz Vianense, constituído de um grupo de jovens músicos contrerraneos.

Na capital piauiense, além de abrilhantar o ato inaugural daquele clube, o conjunto musical maranhense realizará programas radiofônicos, apresentando-se ao público teresinense com selecionado repertório, sob o patrocínio da Fábrica de Tecidos Santa Isabel, da Perfumaria Lotus e da Casa Ribamar.

O Jazz Vianense está destinado a obter novos triunfos nessa sua visita à Cidade Verde.

MARITIMO:—

Mais informações igual a mais conforto. Eleva o teu padrão de vida, fornecendo de bom grado os dados pedidos pelo IBGE.

JOALHERIA CRUZEIRO

a preços tabelados. Relógios de parede "CUCO" desde Cr\$ 250,00. Despertadores desde Cr\$ 110,00 "Suíços". — Não compre seu relógio enquanto não examinar os nossos preços que são extra vantajosos. Rua Osvaldo Cruz n.º 218 — São Luiz

INFORMAÇÕES DIVERSAS PLANTÕES

Plantão de hoje:

Diurno

Confiança, à rua 28 de Julho

NOTURNO

Sanitária, à praça João Lisboa

Telefones de emergência: Pronto Socorro: — 1943.

Central de Polícia: — 1150

Ulen: — 1148.

Chegadas de aviões:

Aerovias Brasil

Para o norte:

Domingo, às 7,40 — quarta-feira às 7,40.

Para o sul:

Domingos, às 12,25 — quarta-feira, às 12,25 — segunda-feira, via Teresina, às 5,15 (pernoite em S. Luiz).

Panair do Brasil

Do sul:

2a. feira, às 7,15 — 3a., 5a. e sábado, às 7,40.

Do norte:

2a. feira, às 12,02 — 3a., 5a. e sábado, às 12,25 — Cargueiro: do sul, domingo, às 15 horas e do norte, segunda-feira, às 8,10.

Cruzeiro do Sul

Para o norte:

3a. feira, às 15 horas (passageiro e carga) — as 4a. e 6a., às 9 horas (passageiros) — as

5as. feiras, às 15 horas (passageiros).

Para o sul:

As 2as. feiras, às 7,30 horas (passageiros) — as quartas e sextas-feiras, às 15 horas (passageiros) — As sextas-feiras, às 7,30 (passageiros e carga).

Movimento do porto de São Luiz:

Cia. Nav. Costeira

Estão sendo esperados do sul: "Italmbe" a 6 de junho e do norte, a 11.

Lóide Brasileiro

Navios esperados do norte: "Pará", a 28, e "Duque de Caxias", a 31.

MARITIMO:—

A vida depende de proteção. Esta reside, antes de tudo, na cos. Fornece, portanto, com exatidão, as informações que te forem solicitadas pelo IBGE.

DR. WENER PASSARINHO

Cirurgião-Dentista

RUA OSVALDO CRUZ, 376

FONE: 1032

São Luiz — Maranhão

Empresa ROXY — Programa do dia

...ROXY...

Vespéral às 16,15 horas — Cr\$ 3,00

SEREIAS DAS ILHAS

Melodrama com lindas melodias na interpretação de DOROTHY LAMOUR

Soirée às 20 horas — Cr\$ 5,00

DUELO ROMANTICO

Com Barbara Stanwick, Robert Cummings e Patricia Knowles.

Domingo em Estréia em Soirée

PECADORA

O sucesso máximo de bilheteria da presente temporada! Um filme incomparável, delicioso, maravilhoso e sobretudo realista, entremeado de lindas canções como "Maria Bonita", "Boogie Woogie na Favela" — "Dezessete e Setecentos" — "Limosna" — "Tamburi" e outros.

Aguardem: — ALMAS PERVERSAS

— RIVAL —

Vesp. às 16,15 hrs. — Cr\$ 3,00

A VOLTA DE FRANK JAMES

Com Henry Fonda e Jackie Cooper.

Soirée às 20 horas — Cr\$ 3,00

Programa gigante

1.º filme:

NO LIMAR DA GLORIA

Com Ginger Rogers

2.º filme:

GUERREIRO RELAMPAGO

3a. série

Domingo

SIMBAD O MARUJO

A Seguir: — SOB O MANTO TENEBROSO — O TEMPO NÃO APAGA — A CORAGEM DE LASSIE

— S. LUIZ —

Vesp. às 16,15 hrs. — Cr\$ 3,00

O DESTINO BATE A PORTA

Com John Garfield

Soirée às 20 hrs. — Cr\$ 3,00

Programa grandioso

1.º filme:

GUERREIRO RELAMPAGO

3a. série

2.º filme:

NO LIMAR DA GLORIA

Com Ginger Rogers

Domingo

SIMBAD O MARUJO

...EDEN...

Vespéral às 16,15 horas — Cr\$ 3,00

SIMBAD O MARUJO

O grande tecnicolor da RKO, com Douglas Fairbanks Jr.

Soirée às 20 horas — Cr\$ 5,00

SEREIAS DAS ILHAS

Com Dorothy Lamour, Bing Crosby e Bob Hope.

Domingo em Estréia em Soirée

PECADORA

O maior sucesso do cinema mexicano que está conquistando todas as plateias do continente americano NINON SEVILLA, "o ciclone cubano" em numeros de rumba ultra-sensacional! EMILIA GUIU, RAMO ARMENGOOD e outros completam o elenco, deste magnifico filme da Columbia!

Aguardem: — ESTOU AI?...

— REX —

Vesp. 16,15 horas — Cr\$ 1,00

T A N G E R

Com Maria Montez e Kent Taylor

Soirée 20 hrs. Cr\$ 3,00 e 2,00

Programa sensacional

1.º filme:

A RUA DOS CONFLITOS

Com Randolph Scott

2.º filme:

GUERREIRO RELAMPAGO

3a. série

Domingo

A VOLTA DE FRANK JAMES

Muito cumprimentado, no Rio, o dr. Aloisio Lima Campos

Em discussão, na Câmara, o projeto da Lei Sindical — A situação das entidades sindicais — Outras notícias

RIO, 17 (Da Sucursal) — O dr. Aloisio Lima Campos, ilustre maranhense e primeiro suplente do senador Vitorino Freire, está sendo muito cumprimentado pela escolha para assistente técnico do gabinete do Ministro da Fazenda.

A LEI SINDICAL

RIO, 17 (Da Sucursal) — Estiveram reunidos, ante-ontem, no gabinete do Ministro do Trabalho, os membros da comissão especial que estuda o projeto da lei sindical em discussão na Câmara, com a assistência do deputado Acurcio Torres, líder da maioria, deputado João Mangabeira, autor do projeto e cônego José Távora assistente eclesiástico da Ação Social Arquidiocesana. Depois de debatidos vários assuntos, ficou resolvido assentar, o mais breve possível, a situação das entidades sindicais, carecendo de reformas sociais.

ABERTURA DE UM CRÉDITO

RIO, 17 (Da Sucursal) — O Presidente da República sancionou a lei do Congresso, autorizando a abertura de um crédito destinado ao Congresso Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Particulares, que se reunirá em agosto, na Bahia.

EXECUÇÃO DA LEI 593

RIO, 17 (Da Sucursal) — Foi assinado um decreto, aprovando os regulamentos para a execução da lei 593 de 24 de dezembro de 1948, que restaura a aposentadoria dos ferroviários e trabalhadores nos serviços públicos de transportes, força, luz, gás, telefone, telégrafo, rádio telegrafia, rádio difusão, portos, água, esgoto e mineração, aos trinta e cinco anos de serviço.

EM VISITA A VOLTA REDONDA

RIO, 17 (Da Sucursal) — Convidado pela direção da Companhia Siderúrgica Nacional, estiveram em visita a Volta Redonda, os membros da mesa redonda do carvão, que ora se realiza nesta capital. Assistiram a fabricação dos trabalhos de coqueiro, aço, gusa, laminação, galvanização e outros. Constataram que a produção é insuficiente para atender aos pedidos. Em 1948 as vendas somaram 746 milhões de cruzeiros, dos quais 16 por cento para o exterior, representado em aço. Volta Redonda tem merecido

do governo do general Dutra a melhor de suas atenções, funcionando regularmente.

EM PORTO VELHO O MINISTRO DA AERONAUTICA

RIO, 17 (Da Sucursal) — O Ministro da Aeronautica chegou ante-ontem, ao meio dia a Porto Velho, sendo recebido pelas autoridades e a população sob vibrantes aplausos.

DIRETOR GERAL DA AERONAUTICA

RIO, 17 (Da Sucursal) — Foi nomeado diretor geral do pessoal da Aeronautica, o tte. cel. aviador João de Almeida.

NOVO INSPETOR DA ALFANDEGA EM SANTOS

RIO, 17 (Da Sucursal) — A imprensa noticia que o ministro interino da Fazenda nomeará

Nansem Rosa, inspetor da Alfândega em Santos, em substituição ao atual titular, Xisto Vieira.

REVELAÇÃO SENSACIONAL

RIO, 17 (Da Sucursal) — A "Asapress" divulga o seguinte: Reuniram-se em Salvador, na Bahia, no Instituto Histórico, prefeitos e vereadores convidados para uma reunião preparatória do chamado Congresso dos Municípios. Trocaram-se calorosos apertes, quando Luiz Rogerio fez a revelação sensacional de que o referido congresso municipal não tinha qualquer ligação com o governo baiano, sendo patrocinado por Ademar de Barros, através do vereador Reis Príncipe, que solicitado confirmou o fato, adiantando que o governo paulista teria contribuído com 500 mil cruzeiros. Quando foi conhecido esse detalhe retiraram quasi todos os assistentes.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Serão julgados na próxima semana os seguintes autos:

1a. TURMA — Sessão do dia 20

Relator, doutor Costa Lira, substituindo o des. Costa Fernandes:

Apelação cível — Carolina (desquite).

Apelante, o dr. Juiz de Direito; apelados, Salomão Duarte Bezer: ra e sua mulher.

2a. TURMA — Sessão do dia 21

Relator, desembargador Nelson Jansen Ferreira:

Apelação cível — Caxias
Apelantes, Constança Brício Torres Cruz e outros; apelados, os mesmos.

Relator, desembargador Tales Ribeiro Gonçalves:

Apelação cível — S. Luiz
Apelantes, Hildebrando Nunes Lopes e sua mulher; apelado, Antonio Gonçalves da Costa Primo.

TRIBUNAL PLENO — Sessão do dia 22

Relator, desembargador Nelson Ferreira:

Recurso de revista — S. Luiz

Cirro; apelado, José de Ribamar Costa; recorrido, Francisco Hemetério Muniz.

FRANCISCO AGUIAR & CIA.

Os mais antigos e os maiores exportadores

DE

BABASSU

GERGELIM

MAMONA

TUCUM

CAIXA POSTAL, 23

End. Teleg.: CANDAL

Várias refinarias de açúcar fechadas

RIO, 15 (Asapress) — Segundo se informa, os refinadores, nos principais centros, estão perdendo diariamente já 50 cruzeiros por saco de açúcar refinado e tal situação não poderá perdurar. Nenhuma refinaria vai comprar açúcar cristal pelos novos preços e vender o refinado pelos preços anteriores. Em São Paulo, diante dessa situação, várias refinarias estão fechadas. Continuam pesando sobre o Rio de Janeiro ameaças do mesmo ficar sem açúcar refinado.

Não tinha novidades

SALVADOR, 15 (Asapress) — A bordo do Argentina, em transito para o Rio passou por este porto o ministro Raul Fernandes que visitou o governador. Falando á reportagem da "Asapress" disse não ter novidades senão a visita de Dutra aos Estados Unidos, onde o Brasil foi alvo de grandes manifestações de apreço.

EDIÇÃO DE HOJE

12 paginas - Cr\$ 1,00

DOMINGO MATOS PEREIRA

ESPECIALISTA EM DOENÇAS DE CRIANÇAS

Consultório à Praça João Nabão (Edifício Sul América) n. 198
Rua José Bonifácio, 988 (antiga dos Afogados)
CONSULTAS DAS 14 ÀS 18 HORAS.

Sindicato forte

Gastão de ALMEIDA

E' o próprio titular da pasta do Trabalho, ministro Honório Monteiro, quem vem aconselhando os trabalhadores a procurarem o sindicato onde se agrupam seus companheiros de profissão. Foi também s.s. quem, por mais de uma vez, demonstrou desejos de provocar-se imediatamente uma consulta ao proletariado, para ver quais dos atuais dirigentes sindicais estão, de fato, em condições de prestígio para continuarem liderando suas classes, podendo, assim, falar honestamente em nome de seus companheiros.

A afirmação de que não é democrático permitir-se uma minoria inexpressiva governar uma maioria, é também do professor Honório Monteiro, quando em discurso recente, referiu-se ao nosso sindicalismo.

Já ouvimos do titular do Trabalho o pensamento de que não é possível continuar a caloria dos sindicatos arrecadando contribuições compulsórias dos seus representados, sem que, em troca, lhes fossem prestados proporcionais serviços.

O sindicalismo ideal para s.s. é, por sinal, aquele que sempre defendemos: a defesa dos interesses econômicos da categoria que representa; a assistência social aos seus sócios; a propaganda

dos assuntos ligados intimamente aos interesses do Brail; o incremento do interesse cada vez maior pela produção quantitativa da sua i.Oô!

sem prejuízo da sua boa qualidade; e é, antes, e acima de tudo, a educação profissional do trabalhador para que se possa amanhã contar com uma contingente de patricios á altura da capacidade produtiva de uma Nação com letras maiúsculas.

Para que cheguemos um dia a contar com esse sindicalismo ideal é indispensável haja, sem mais delonga, uma convocação dos quadros sindicais para daí surgir uma nova era quando os que falarem em nome dos seus representados sejam lidimas expressões da categoria que representam.

E' esta, e não outra, a situação reclamada pelos que hoje, á frente dos sindicatos, não temem as surpresas das urnas e dos gabinetes indezassáveis.

Aqueles que, por circunstâncias ou por golpes, detem o bastão de dirigente sindical, prestigiados por gabinetes, enquanto, no piqueiro de suas profissões (se ainda as têm) arcam com o ódio e com a desconfiança dos seus companheiros, tremem apavorados, quando sentem no pensamento e nas palavras do ministro do Trabalho o desejo de dar ao trabalhador a oportunidade de dizer na urna o que pensa dos seus atuais dirigentes.

Por tudo isso, concordamos plenamente com as palavras pronunciadas pelo ministro Honório Monteiro.

Não é outro o caminho para começar-se a levantar o prestígio do nosso sindicalismo.

Já é tempo de estancarem-se as campanhas públicas movidas contra certos líderes sindicais que permanecem caldos diante das mais graves acusações, sem esboçarem o menor gesto de defesa, quando, de público, são apontados como delapidadores dos fundos sindicais, "nouveau riche" e custa o suor do proletariado ou ouvem dichotes que envergonhariam qualquer "chalaça" do Brasil Império.

Já que os acusados recebem passivamente todos esse rosário de injúrias, só encontramos um caminho que poderá levar o sindicato brasileiro a ocupar o lugar reclamado pelo nosso progresso econômico e social — é tornar-se realidade o pensamento do atual titular da pasta do Trabalho, quando sentencia: "Sindicalizem-se os trabalhadores e haverá Justiça Social".

M. VILACA

Representações e Conta Própria
CAPITAL REGISTRADO: — CR\$ 50.000,00
Despachos de Produção — Exportação — Importação — Mercadorias em Transito
Depósito Próprio — End. Teleg.: VILACA
Caixa Postal n.º 279 — Rua José Augusto Corrêa, 88
— Edifício São José - 1.º andar
São Luiz — Maranhão



Contra dores de cabeça, mal estar e cansaço.

Normaliza os distúrbios internos.

PILULAS DE BRISTOL

Inter-Continental

Casas para os comerciantes

COMO FALOU "A NOITE" O SR. REMY ARCHER, PRESIDENTE DO I. A. P. C. — OUTRAS NOTAS

NO 16 (Via aérea — sucursal) O Instituto dos Comerciantes, por deliberação de sua diretoria adotou há pouco, novas medidas no seu plano de financiamento de moradias para segurado, estabelecendo que estas pudessem servir para a aquisição de prédios já existentes e apenas para a construção de novos edifícios, em terreno do próprio segurado ou adquirido e financiamento.

Suríram dúvidas sobre o êxito desse novo plano, parecendo a muitos que a dificuldade de encontrar terrenos para as novas edificações só poderá prejudicar a iniciativa, que tinha em vista aproveitar o financiamento em uma melhoria real no pro-

blema das habitações da cidade, evitando agravá-lo com o deslocamento de moradores e inquilinos que acompanha sempre a compra de um prédio antigo.

Os fatos, no entanto vieram desmentir essa expectativa pessimista, segundo as notícias recebidas de todos os Estados do País.

A respeito "A Noite" ouviu o sr. Remy Archer, a quem solicitamos que nos esclarecesse detalhes sobre a execução do novo plano de financiamento daquela autarquia.

FINANCIAMENTO NOS TERMOS DAS LEIS DE PREVIDENCIA, MAS SO' PARA CONSTRUÇÃO NOVAS

— O nosso plano de financiamento — declarou-nos o presidente do IAPC, previdência, que é comum a todos os Institutos, da importância necessária à construção de moradia, com a mera ressalva de que o total financiado, que representa, cem por cento do preço seja realmente para a edificação de novos prédios, em terreno do próprio interessado, ficando assim excluída a compra de prédios já existentes.

Essa medida que visa a cooperar no sentido de ser solucionado o nosso problema de moradias, deu lugar a dúvidas, tendo sido alegado que não seria possível que vingasse o plano, pela dificuldade de encontrar terreno adequado para as novas construções, que aliás, não poderia exceder de 300 mil cruzeiros para cada segurado.

EXITO SEM PRECEDENTES NA APLICAÇÃO DO NOVO FINANCIAMENTO

— No entanto, segundo as informações que venho, recebendo de todas as delegacias estaduais do Instituto, o novo plano de beneficiamento teve um êxito sem precedentes achando-se quase toda lotada a verba atribuída a cada Delegacia.

Só no Distrito Federal e Niterói, onde a verba de financiamento se elevava a 10 e 8 milhões de cruzeiros respectivamente, já se encontra quase completamente excelente aceitação que teve da nossa população a nova orientação adotada pelo Instituto dos Comerciantes.

CONSTRUÇÕES EM TODO O BRASIL

— Em menos de dois meses, prosseguiu o senhor Remy Archer, a verba de 105 milhões de cruzeiros, que o Governo Federal destinou ao Instituto dos Comerciantes foi praticamente lotada em todo o país.

Como sabe, esse crédito, achase consignado no Orçamento Federal na parte relativa ao Ministério do Trabalho para este Instituto, como contribuição do Estado para os serviços de assistência prestados aos segurados.

Fiz distribuir essa verba em todo o Brasil, atribuindo a cada

Delegacia estadual, uma parte proporcional à sua própria arrecadação. Pois bem, o resultado não se fez esperar e agora estão quase concluídos os trabalhos de distribuição desse financiamento aos segurados. Acham-se esgotadas as verbas, e note-se, em cada casa é o próprio segurado que apresenta a proposta da edificação da casa, e eventualmente da compra do terreno, aproveitando apenas o Instituto a transação e financiando-a cem por cento.

Estamos fazendo, assim, uma experiência interessante com as novas normas de nosso financiamento, incentivando em todos os Estados, na medida dos nossos recursos a construção de novas moradias e isto sem prejudicar em qualquer modo o interesse dos segurados, como o mostra a rapidez com que foram esgotadas as verbas e encontradas as transações a serem financiadas.

SERÃO PUBLICADOS OS NOMES E IMPORTANCIAS DO FINANCIAMENTO AOS SEGURADOS

Concluindo as suas declarações, o presidente do Instituto dos Comerciantes informou-nos ainda que dentro de curto prazo a autarquia sob sua direção publicaria pela imprensa a lista completa de todos os segurados contemplados.

Sabonete DE REUTER
Para as crianças
Para a família
Para o banho

SABONETE DE REUTER
NEW YORK
RIO DE JANEIRO

A VENDA NAS MELHORES FARMÁCIAS
Inter-Continental

MOTORES "LISTER" (Verticais)

a óleo ou a gasolina
De 3½ a 40 H.P.

Motores "BLACKSTONE" A OLEO

De 14 e 24 H.P. (baixa rotação)
Dispõem para pronta entrega os distribuidores autorizados da fábrica

HAROLDO CAVALCANTE & CIA. LTDA
Rua Joaquim Távora, 200
Telefones: 1515 e 1791
São Luiz — Maranhão

DR. CELSO AGUIAR

CLINICA DE
OUVIDOS — NARIZ e GARGANTA
FISIOTERAPIA — IONIZAÇÃO

— Curso de Especialização no Rio de Janeiro —

CONSULTÓRIO

Rua Osvaldo Cruz, 76

PUBLICAÇÕES

EU E MAMÃE

Dr. Olavo Correia Lima

Prefácio - Prof. Lombardi, do Rio
O dr. Olavo Correia Lima, ex-chefe de pediatria do Hospital Getúlio Vargas e fundador da Escola de Mãezinhas da Escola Normal Oficial, condensou nesse livro, com excelente critério didático, os modernos ensinamentos sobre criação e educação da criança.

É obra dedicada exclusivamente à mãe, em especial, à mãe nortista, sendo ao nosso ver, a primeira no gênero, dedicada às nossas diferentes condições de clima e alimentação.

Entre as formas da literatura médica, não há nenhuma tão difícil como a que tem por objeto a educação do público em questões de higiene física e mental. O gênero quase imuniza o autor, pois se de um lado o força a uma atitude pragmática de ensinar coisas concretas, sem vislumbre de dúvida, do outro, precisa tornar-se acessível a leitores parcos de conhecimentos adquiridos, geralmente munidos de idéias errôneas e prejudiciais. Tem a coragem intelectual de dar feição pessoal ao seu livro, senão bastasse o esforço pestalozziano em dar como concluídas idéias em pleno desenvolvimento.

O mesmo poderíamos dizer sobre os problemas psicopedagógicos e pensamos como Czerny, que o pediatra deve ser o guia das mães a formação do caráter de seus filhos.

Rev. da Ass. Piauiense de Medicina n.º 7. Pg. 22.

CHUPETA DE MORTE

Se as mães soubessem o perigo de vida que correm as crianças habituadas com chupeta, jamais consentiriam no seu uso. Quantas vezes, amas-sêcas ignorantes apanham do chão, onde se contaminam as chupetas com microbios mortíferos e as introduzem inconscientemente na boca das criancinhas.

Livre seu filhinho de moléstias algumas bem graves, impedindo que se habitue ao uso de chupeta. — SNES.

MAIS de dez mil classes para alfabetização de adultos estão funcionando em todo país, arrancando da ignorância milhares de patricios e os transformando em elementos úteis à grandeza de sua Pátria.

DE JOELHOS AGRADEÇO A NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E AO FREI FABIANO DE CRISTO UMA GRAÇA ALCANÇADA.

CECILIA CUNHA

Aplausos a um ato do governador

O sr. governador Archer da Silva recebeu o seguinte:

Exmo. Senhor
Governador do Estado do
Maranhão

São Luiz

Tenho a subida honra de apresentar a V. Excia., em nome da Diretoria deste Sindicato e Companhias suas associadas, os mais sinceros aplausos pelo ato de V. Excia. criando o Serviço de Vigilância Portuária para o porto de São Luiz nesse Estado, medida de relevância e grande repercussão no meio segurador, dadas as garantias que vem oferecer às Companhias interessadas, operando nesse Estado.

Reiterando-lhe os nossos cumprimentos pelo acerto da medida, aproveito oportunidade para apresentar a V. Excia. as mais cordiais saudações.

Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, no Estado de São Paulo.

ANTONIO ALVES BRAGA
Presidente

"Barreira de radar em redor dos EE.UU.

WASHINGTON, 16 (UP) — O deputado republicano, Miller de Nebraska, declarou que os Estados Unidos serão divididos em oito zonas controladas pelo radar a fim de evitar qualquer ataque aéreo de surpresa. Miller declarou que esta divisão será feita como consequência do projeto de lei assinado pelo presidente Truman em março passado, para a construção de "uma barreira de radar ao redor dos Estados Unidos". Segundo o referido deputado, navios com instalação de radar ficarão estacionados defronte da costa norte-americana do Atlântico e da Pacífico, a intervalos de várias centenas de quilômetros. A "barreira de radar" registrará a presença de foguetes inimigos, de aviões de caça e de navios na superfície ou debaixo d'água.

Virgílio Domingues — Filho —

ADVOGADO
Causas comerciais, trabalhistas e previdenciárias

PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA

ASSISTENCIA DENTARIA (A cargo do dr. ARI GUTERRES)

Rua José Bonifácio nr. 725

Horário — Diurno:

1.ª e 4.ª feiras — Das 13,30 às 15,30

— (Areal, João Paulo e Anil).

2.ª e 5.ª feiras — Das 15,30 às 17,30

— (Estiva Marítima e Terrestre).

Sindicato de Mestres e Contramestres e trabalhadores das Apatazias do Estado.

Sexta-feira — Das 13,30 às 15,30

— Centro Pio XII.

Sexta-feira — Das 15,30 às 17,30

— (Serviço de Assistência a Menores).

Sabado — Das 14,00 às 16,00

— (Coreligionários do PST).

3.ª e 6.ª feiras — Das 06,00 às 12,00

— (Interior da Ilha).

Noturno:

2.ª, 4.ª e 6.ª feiras — Das 19,00 às 21,00

— (Fabricas: Camboa e Sta. Amélia e São Luiz).

3.ª e 5.ª feiras — Das 19,00 às 21,44

— (Fabricas: Santa Isabel e do Areal).

OBSERVAÇÕES: — Os moradores do Areal, João Paulo e Anil, serão atendidos com cartões fornecidos pelo Sub-Diretorio. Os coreligionários do PST, com cartões fornecidos pelo sr. Carlos Bastos.

Estivas Marítima e Terrestres, Centro Pio XII e Serviço de Assistência a Menores, com cartões fornecidos pelos seus diretores ou responsáveis.

Os operários das fabricas serão atendidos com as fichas fornecidas por este Departamento e assinadas por seus respectivos gerentes.

No interior da Ilha será obedecida a mesma escala da assistência médica a cargo do dr. Carlos Vasconcelos. Este horário será rigorosamente observado, salvo caso de intervenção urgente. Para esses casos o responsável colocará a palavra URGENTE na ficha e será atendida a qualquer hora do dia ou da noite.

A Igreja fora das lutas politico-partidarias

Impressões dadas pelos parlamentares á respeito das resoluções do Senado —
Como se expressou o líder do P. S. T.

(Continuação)

O deputado Medeiros Neto é padre e representa o PSD de Alagoas. Ouvido pelo jornalista limitou-se a dizer:

— Obedeço cega e rigorosamente as determinações da Igreja.

O jornalista insistiu mas o parlamentar alagoano limitou-se a dizer:

— Nada mais tenho a dizer. Nada mais!

E, apressadamente, desapareceu no recinto das sessões da Câmara

O PRESTÍGIO DA IGREJA

Disse o deputado Café Filho, do PSD do Rio Grande do Norte:

— A política brasileira ainda não alcançou o nível de cultura capaz de imunizar, das consequências das batalhas partidarias, os que nelas se empenham. E, assim, considero a resolução do Sinodo Arquidiocesano uma medida salutar ao prestígio da Igreja.

PRECISA LER O TEXTO

O deputado Domingos Vellaseco do Partido Socialista e membro da Comissão de constituição e Justiça afirmou:

— Darei minha impressão a O GLOBO, depois de conhecer o texto da decisão do Santo Sinodo desta Arquidiocese sobre a participação ativa do clero nas lutas partidarias. Mesmo porque a proibição pode aqui ser benéfica, dadas as condições específicas da Arquidiocese e pode ser desnecessária e até mesmo desaconselhável, em outras regiões do país. Sem ter lido o seu texto, não me sinto autorizado a comentar a decisão.

DE ACORDO COM A IGREJA

O SR. JOSE ROMERO

O deputado carioca Sr. José Romero manifestou-se desse modo:

— Estou de pleno acordo com a orientação da Igreja, no sentido de preservar a alta dignidade do mundo religioso. Lamento, entretanto, que tal medida retire dos quadros da política nacional homens que tem muito contribuído para o engrandecimento da pátria com a sua inteligência e a sua cultura.

O DIREITO CANÔNICO E A PERMISSÃO DOS BISPOS

O sr. Ruy de Almeida, também representante do Distrito Federal afirmou:

— O Direito Canônico proíbe salvo com a devida permissão dos bispos, que os sacerdotes sejam candidatos a cargos eletivos. Daí o motivo da resolução imposta pelo Sinodo Arquidiocesano. Essa proibição, entretanto, só obriga ao clero do Distrito Federal. De qualquer maneira, aos verdadeiros democratas não pode agradar tal resolução. Sou dos que pensam que todos os ci-

dãos, no gozo de seus direitos constitucionais, mesmo que sejam sacerdotes, tem a obrigação civil de votar, podendo, assim, também ser votado.

"ACHO A RESOLUÇÃO UM POUQUINHO FORTE"

Do Sr. Jonas Correa, também deputado pelo Distrito Federal:

— Acho um pouco forte essa resolução. Não vejo motivo para se excluir o padre, que tanta influência tem na vida espiritual do povo de participar ativamente da nossa vida política. Poderia encher de nomes, cada qual mais ilustre, as colunas do GLOBO, de sacerdotes que tanto lustre e honra deram às funções publicas brasileiras.

A PALAVRA DE ALGUNS SENADORES — APENAS UMA OPINIÃO CONTRÁRIA

O Sr. Ivo d'Aquino, líder do PSD no Senado declarou:

— Acho que a recomendação do Sinodo Arquidiocesano do Rio de Janeiro é uma medida de prudência e sabedoria, as quais sempre foram apanágio das decisões da Igreja Católica. Realmente a mais relevante missão do clero e no campo espiritual, sem deixar de ter em atenção os problemas sociais aos quais a Igreja Católica não pode ficar alheia.

A IGREJA ACIMA DOS PARTIDOS

O senador Olavo Oliveira, do PSP do Ceará, disse, deve sobrepassar acima dos partidos e de maneira alguma imiscuir-se em política o que só prejuízos traz aos sagrados interesses espirituais que consubstancia e representa. No Brasil, país essencialmente católico, todas as forças orgânicas da nação prestigiam a Igreja Católica, fundamento da civilização dos povos cultos. Só louvores merece a decisão agora tomada.

DEVE TER CARÁTER GERAL

Foram estas as palavras do senador carioca Sr. Mario de Andrade Ramos:

— As resoluções de um Sinodo Arquidiocesano provem de meditação e são, assim, revestidas de um espírito de sabedoria e mesmo de inspiração do Espírito Santo. Portanto, dentro desse conceito se deve enquadrar e aplaudir a proibição da participação do clero na política partidária militante. Mas isto para a Igreja, no Brasil, deve ter um caráter geral e não exclusivamente para o clero do Rio de Janeiro.

FORA DO AMBIENTE DAS PAIXÕES PARTIDARIAS

O senador Atílio Vivacqua, que é presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado assim se expressou:

A resolução do Sinodo Ar-

quidiocesano, proibindo ao clero a participação na política, é uma das mais sábias medidas adotadas em benefício da autoridade da Igreja. Sem dúvida existem no seio do clero preciosas reservas de civismo, que encontram no pulpito e na ação social católica fora do ambiente das paixões partidarias, a sua mais patriótica e construtiva expressão. Os nossos sacerdotes podem, por esta forma, exercer a sua atuação bemfazeja na inspiração dos homens publicos e dos partidos decimento da pátria.

APLAUSOS E INTERROGAÇÃO

APLAUSOS E INTERROGAÇÕES

O Sr. Augusto Meira, senador peessedista do Pará declarou:

— Acho excelente que as autoridades superiores da Igreja estabeleçam regras e princípios disciplinadores da ação sacerdotal. O sacerdote é o sal da terra, na frase do Evangelho. E se o sal se corromper, como ficaremos? Quando a proibição de entrada nos cinemas e teatros, acho um tanto forte, pois, em face da nossa Constituição, ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. A autoridade superior da Igreja tem razão até certo ponto nessas proibições. Mas não seria melhor deixar toda a liberdade e reprimir os que se manifestassem amigos de cinemas corruptores e outras festas saturadas de mundanidade. Não seria isso mesmo um meio de conhecer os que não cumprem o seu dever de recato e respeito próprio.

O PADRE É UM CIDADÃO COMO OUTRO QUALQUER

O Sr. Joaquim Pires, do Piauí disse:

— Acho que o padre é um cidadão como outro qualquer e não pode ser privado de seus direitos políticos. O que a Igreja naturalmente quer é que eles não sejam "cabos eleitorais".

DEVE ESTAR CERTO

O Sr. Camilo Mercio, que, no Senado, substitui o Sr. Getúlio Vargas estas palavras:

— Ninguém melhor do que o clero reunido sabe o que assenta bem às suas atribuições. Logo, deve estar certa a decisão tomada.

MARITIMO: —

A tua contribuição para a previdência social não representa um imposto. Ela deve ser admitida na base de uma troca e nunca como uma obrigação compulsória. Habilita-te aos benefícios do seguro e dize quem são os teus herdeiros, te será distribuído.

Gabinete do Governador

Dia 15 de junho de 1949
VISITAS — Em nome do sr. Governador do Estado o seu ajudante de Ordens tte. Machado

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO
Junta de Conciliação e Julgamento
PROCESSOS A SEREM APRECIADOS

tempo de serviço e aviso prévio.

Dia 16 — 8.30 horas — Proc. JCJ. 102/49-R. 110 — Benedito Felismino de Sousa contra Hilton Rodrigues — Aviso prévio.

9.30 horas — Proc. JCJ. 135-49 R. 143 — Raimunda Mendonça solicitando homologação de seu pedido de demissão da Fábrica "São Luiz".

Dia 17 — 8.30 horas — Proc. JCJ. 105/49-R. 113 — Nozor Silva contra Carvalho Gusmão — Salários, aviso prévio e ind. por tempo de serviço.

9.30 horas — Proc. JCJ. 63/49-R. 70 — Carlos da Silva Coêlho contra A. F. Garrido — Aviso prévio, ind. p tempo de serviço e regularização d esua situação.

Dia 18 — 9.30 horas — Proc. JCJ. 106/49-R. 114 — Luzia Rodrigues Marques contra Fábrica "Santa Amélia" — Regularização de situação ou indenização por tempo de serviço.

PROCESSOS APRECIADOS DE 6 a 11 do corrente:

Dia 6 — 8.30 horas — Proc. JCJ. 41/49-R. 48 — Cosme da Silva Carvalho contra Rádio Ribamar Ltda. — Adiado "sine die".

9.30 horas — Proc. JCJ. 121/49-R. 129 — Luzia Angela da Silva solicitando homologação de pedido de demissão. Homologado acordo art. 500 da C. L. T.

Dia 7 — 8.30 horas — Proc. JCJ. 88/49-R. 96 — Manuel Santos contra Raimundo Rêgo — Procedente.

9.30 horas — Proc. JCJ. 74/49-R. 81 — Honorato Martins dos Santos contra Ginásio Mafanhense — Conciliado.

Dia 8 — 8.30 horas — Proc. JCJ. 89/49-R. 67 — Sind. dos Musicos Prof. de São Luiz contra Heider José de Oliveira — Conciliado.

9.30 horas — Proc. JCJ. 66/49-R. 73 — Zoraida Gomes Pereira contra Lojas Bras. de Preço Ltda. S.A.-Ad. para 15.6.49 às 10 horas.

Dia 9 — 8.30 horas — Proc. JCJ. 90/49-R. 98 — Sind. dos Musicos Prof. de São Luiz contra Kalil Riche — Procedente.

9.30 horas — Proc. JCJ. 112/49-R. 120 — Sind. dos Musicos Prof. de São Luiz contra Brasiliana Rocha Oliveira — Procedente.

Dia 10 — 8.30 horas — Proc. JCJ. 91/49-R. 99 — Sebastião Garcia de Jesus contra Francisco Aguiar & Cia. — Ad. para 20.6.49 às 9.30 horas.

9.30 horas — Proc. JCJ. 81/49-R. 89 — Francisco Ferreira contra Chamas Aboud & Cia. — Ad.

apresentou hoje cumprimentos de boas vindas ao sr. Jonas Marques de Araújo, prefeito de Urbano Santos, que chegou a esta cidade para tratar de assuntos do seu Município.

ANDIÊNCIAS — Com S. Excelência o Chefe do Estado conferenciaram hoje sobre assuntos de Administração dos seus respectivos Municípios os srs. Luis Barbosa Frazão, prefeito de Humberto de Campos; José Ribamar Lago, prefeito de Pedreiras; Teodoro Baltha, presidente da Câmara Municipal de Bacabal; Ariston Arruda Leda, prefeito de Presidente Dutra; dr. Heitor Pedrosa, prefeito de Santa Quitéria do Maranhão. Estiveram também com o sr. Governador as seguintes pessoas: srs. José Mariano Travassos, Mariano Mendonça, funcionário publico aposentado, deputado Benedito Oliveira Gomes, pe. Newton Pereira, diretor do Colegio Estadual, Raimundo Pinheiro, administrador do iate "Coração de Maria", Moacyr Dalto, funcionário federal aposentado, dr. Cleodaldo Cardoso, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Produção; Deputado Vicente Celestino da Silva, dr. Osvaldo Nunes Freire, diretor do Serviço do Pronto Socorro, deputado Lister Caldas, Ivar Saldanha, membro do Conselho da Caixa Econômica, dr. Newton Belo, Consultor Jurídico do Estado; dr. Orestes Mourão, Juiz de Direito da Capital; Raimundo Teixeira Mota, coletor estadual de São Bento; tte. cel. Carlos Moseoso, diretor da Penitenciária do Estado; Olivio Castelo Branco, telegrafista, dr. Carlos Maciel, diretor do Hospital "Dr. Tarquínio Lopes"; José dos Santos Carvalho, diretor da Secretaria da Assembléia Legislativa, aposentado; deputada Maria Dalva Bacelar Vilaga, Luiz Vilaga, funcionário do IAPC; desembargador José Pires Sexto, dr. Afonso Freire de Carvalho, diretor da Estrada de Ferro S. Luiz-Terezina; desembargador Traiau Moreira, Presidente do Tribunal de Justiça, deputado Francisco Chagas Araújo; Homero Brauna, Juiz do Tribunal de Contas.

EDIÇÃO DE HOJE

12 paginas — Cr\$ 1,00

SERVIÇO PERFEITO

SE V. S. deseja um serviço perfeito, procure o sr. Miguel Arcanjo Ferreira, á rua Joaquim Tavora n. 258, o melhor profissional em Serviços de Decoração de Arquitetura e Escultura

para o dia 27.6.49 às 9.30 horas.

Dia 11 — 9.30 horas — Proc. JCJ. 136/49-R. 144 — Onézimo Carvalho solicitando homologação de seu pedido de demissão da Cia. de Fiação de Tecidos de Canhamo. — Homologação ac. art. 500 da CLT.

São Luiz, 11 de junho de 1949.
Nasira Teixeira Millet
Chefe de Secretaria

UM CASO JURIDICO SOBRE A SEGURANÇA NACIONAL

O Supremo Tribunal firma doutrina — Em liberdade uma estudante — Noticias

RIO, 17 (Da Sucursal) O Supremo Tribunal Federal firmou doutrina num caso juridico sobre segurança nacional, relaxando a sessão de ontem a prisão da estudante menor, senhorita Natividade Abreu Teixeira, presa por militar e conduzida como prisioneira na lei de segurança, quando em dias do mes de março, a Conde do Bonfim, fez um protesto publico contra a situação dos que esmolavam. A estudante, pela sua attitude fez ver a popular, dizendo que o governo municipal deveria se preocupar menos com o carnaval e cuidar de problemas serios. Esse protesto foi considerado pelas autoridades como exploração e perigoso á segurança nacional. O juiz da vara criminal relaxou a prisão sob o pretexto de não constituírem os atos da estudante nenhum crime. Recorrido ex-officio ao Supremo Tribunal, este confirmou a setença do juiz, declarando não constituir crime a segurança nacional, a liberdade de opinião e a critica ao governo, dentro de um espirito de ordem.

PARECER FAVORAVEL

RIO, 17 (Da Sucursal) O senador Olavo Oliveira, da Comissão de Justiça do Senado, deu parecer favoravel á lei do inquilinato, cujo projeto está em curso nas duas casas do Congresso.

DESPEDIU-SE DO TRIBUNAL

RIO, 17 (Da Sucursal) O desembargador Vicente Piragibe, atingido pela compulsoria, despediu-se, ontem, do Tribunal de Justiça. Na sessão solene falaram o presidente Ademar Tavares, Saul Gusmão, em nome de seus colegas, Justo de Moraes, em nome da Ordem dos Advogados, Faustino Nascimento, em nome dos juizes de Direito e procurador Romão Cortes Lacerda e outros. O des. Piragibe visivelmente emocionado, agradeceu a homenagem dos seus colegas.

RIO, 17 (Da Sucursal) — Foi nomeado contador geral da Republica, na pasta da Fazenda, o sr. Antonio Francisco Pereira. Para a Secretaria Geral do Tribunal Federal de Recursos, Manoel Martins Ferreira. Também foi escolhido pelo mesmo tribunal o sr. Walter Faria, ára diretor da divisão judiciaria dessa corte.

ACUSADO DE UM DESFALQUE

RIO, 7 (Da Sucursal) Está sendo acusado de um desfalque de dois milhões de cruzeiros, na Escola Técnica da Aviação em S. Paulo, o capitão da guarda aeronáutica, Joaquim Buenos Branda.

CREDITO DE 707.300 CRUZEIROS

RIO, 7 (Da Sucursal) O Tri-

bunal de Contas registrou um credito de 707.300 cruzeiros distriguido á Delegacia Fiscal do Piauí para a desapropriação dos terrenos destinados á edificação de uma escola industrial em Teresina.

O AUMENTO DO AÇUCAR

RIO, 7 (Da Sucursal) — O ministro do Trabalho, ouvido sobre o aumento do açúcar, caso que deu lugar a uma divergência com o presidente do Instituto do Alcool e Açúcar, declarou não ser sua a atribuição de suspender as resoluções dessa autarquia, quanto ao açúcar refinado ao consumo publico. o seu tabelamento seria assunto ainda a estudar.

CONCORDATA PREVENTIVA

RIO, 17 (De Sucursal) O Instituto Vital Brasil, um dos mais importantes estabelecimentos no genero, acaba de impetrar concordata preventiva, alegando insolvencia dos compromissos superiores a 18 milhões de cruzeiros.

HOMENAGEM A VALTER JOBIM

RIO, 17 (Da Sucursal) — O governador gaúcho, Walter Jobim, será homenageado com um banquete no "Copacabana Palace", promovido pelos seus amigos durante sua estadia nesta capital.

DIVERGENCIA ENTRE O MINISTRO E O INSTITUTO

RIO, 17 (Da Sucursal) — Estabeleceu-se uma divergência entre o Instituto do Alcool e Açúcar e o Ministério do Trabalho, em consequência da majoração do preço do açúcar. O ministro acha que tem poderes para não permitir a majoração, enquanto o Instituto nega-lhe esta autoridade.

REASSUMIU O CARGO

RIO, 17 (Da Sucursal) Reassumiu o cargo de diretor da Carteira de Emissão e Redescoto do Banco do Brasil, o sr. Ovidio de Abreu, regressado da Europa.

EM MONTEVIDEO O ALMIRANTE SILDANHA

RIO, 7 (Da Sucursal) O navio escola "Almirante Saldanha", procedente do seu cruzeiro, chegou a Montevideo, onde ficará até o dia 20.

NÃO TEM FUNDAMENTO

RIO, 17 (Da Sucursal) — O sr. Morvan Dias Figueiredo, ex-ministro do Trabalho e atual presidente da Federação das Indústrias de S. Paulo, declarou não ter fundamento a noticia de que no congresso que vai reunir-se em Araxá, fosse pleiteado a revogação da lei de estabilidade dos empregados. Declarou ser um recurso demagógico dos comunistas, essas informações.

NOVO CONVENIO COMERCIAL ANGLÔ-BRASILEIRO

RIO, 16 (via aérea Sucursal) — Pessoas que acompanham de perto o Sr. José Vieira Machado delegado do Banco do Brasil, informaram que a missão financeira que o trouxe a Londres está praticamente terminada e que ele pretende seguir para a França na proxima semana. Durante sua permanencia nesta capital, o Sr. Vieira Machado ultimou os entendimentos para a compra, pelo Governo brasileiro, de tres estradas de Ferro britannicas que operam no Brasil, e para a repatriação de uma parte substancial dos titulos da divida externa brasileiro que se achavam em poder de ingleses. Os auxiliares immediatos do delegado especial do Banco do Brasil dizem que ele chegou a "entendimentos satisfatorios" sobre os sistemas de pagamentos entre os dois paises. Informam também que a missão do Sr. Vieira Machado nada tem que ver com quaisquer questões ordinarias de comercio comum, mas sabe-se que estão em andamento, no Rio de Janeiro, as negociações para a assinatura de um novo Convenio Comercial entre os dois paises.

FACIT

MAIS COMPLETA
MAQUINA DE
CALCULAR

SOMA — SUBTRAÍ
MULTIPLICA — DIVIDE
AUTOMATICAMENTE
Agentes Distribuidores
PINHEIRO GOMES
& CIA., LTDA

Os mais bem pagos dos Estados Unidos

WASHINGTON, 16 (UP) — Eugene Grace, presidente da Bethlehem Steel Company, e G.A. Bryante, presidente da The Austin Company, Entre os nomes de astros de Hollywood figuram na lista. Allan Ladd com 212.333 dolares; Ray Milland, com 253.333 dolares; Rex Harrison, com 219.750 dolares; Tyrone Power, com 230.027 dolares; Bing Crosby com 112.500 dolares; Melvin Douglas, com 137.499 dolares; Bob Hope, com 115.000 dolares; e Edward G. Robinson, com 115.000 dolares.

WASHINGTON, 16 (UP) — Eugene Grace, presidente da Bethlehem Steel Company, e G.A. Bryante, presidente da The Austin Company, Entre os nomes de astros de Hollywood figuram na lista. Allan Ladd com 212.333 dolares; Ray Milland, com 253.333 dolares; Rex Harrison, com 219.750 dolares; Tyrone Power, com 230.027 dolares; Bing Crosby com 112.500 dolares; Melvin Douglas, com 137.499 dolares; Bob Hope, com 115.000 dolares; e Edward G. Robinson, com 115.000 dolares.

MAIS de dez mil classes para alfabetização de adultos estão funcionando em todo país, arrancando da ignorancia milhares de patriotas e os transformando em elementos úteis á grandeza de sua Pátria.

Posse do novo juiz e do novo promotor de Bacabal

BACABAL, 17 (Do correspondente) — Chegou, ontem, a esta cidade o dr. Alberto Macieira Neto, integro juiz, que, por recente ato do governador do Estado, foi nomeado juiz de Direito desta comarca.

POSSE

BACABAL, 17 (Do correspondente) — Tomaram posse, hoje, o novo juiz de Direito, dr. Alberto Macieira Neto e o novo promotor público, o jovem acadêmico Custódio Gonçalves.

O ato de posse foi bastante concorrido, reinando satisfação no espirito público em torno do acontecimento.

TEATRO ARTUR AZEVEDO

HOJE, ÀS 20 HORAS

Despedida da Companhia de Comédias

Mario Sallaberry

em FESTA ARTISTICA de

LUCY LAMOUR



MARIO SALLABERRY

Com a obra de RIBAMAR PEREIRA

ESQUECIMENTO
E PERDÃO

Terminará o espetáculo com um grande ato
— VARIADO —



LUCY LAMOUR

CABELO DURO no amistoso de amanhã

O popular atleta caxiense talvez assine contrato com o MAC

Jogarão, domingo nesta capital as equipes do Sampaio Correia e do Maranhão Atlético Clube. Essa pugna que será de caráter amistoso, ao que parece, contará com a participação do craque Cabelo Duro.

Referido jogador que encontrava-se na cidade de Caxias, interior deste Estado, está em forma, podendo, portanto, participar do amistoso, amanhã.

Cabelo Duro que já defendeu as cores do M.A.C. como profissional, desta vez poderá assinar outro contrato com esse mesmo clube, de vez que o mesmo necessita de reservas, senão titulares. O atleta caxiense é muito jovem e poderá ser útil à agremiação atlética.

LIDER O ATLETICO MINEIRO

BELO HORIZONTE, 17 (Asa) — Após a realização da quinta rodada, as realizações dos clubes participantes do certame principal de futebol, da cidade, são as seguintes: 1.º lugar: — Atlético, sem ponto perdido; 2.º — América, com 1 ponto perdido; 3.º — Cruzeiro, com 3 pontos perdidos; 4.º — Metaluzina, com 4 pontos perdidos; 5.º — Siderúrgica e Vila Nova, com 5 pontos; 6.º — Sete de Setembro, com 10 pontos perdidos.

Na tábua dos artilheiros, marcham Petrônio e Nívio, com 4 tentos cada. O certame rendeu, até o momento, pouco mais de 150 mil cruzeiros, que representa um índice desanimador para o sócio profissional montanhês.

Futebol e politica

Ramiro de MORAIS

Com imensa dificuldade estamos apresentando esta crônica. E' que os assuntos futebolísticos são escassos. A tradicional praça João Lisboa, que antes era um verdadeiro celeiro de notícias esportivas, quer locais quer nacionais, atualmente está transformada numa grande assembléia política. As rodinhas que se formam desde a "Casa Dias", ao "Café Brasil", ou do Correio à "Farmácia Sanitarja", somente um assunto é ventilado. Este assunto é a política com todos os seus pormenores, com todos os seus mexericos. Proceres de todas as partidos falam do último capítulo das memórias de Barreto Pinto, aplau-

dem ou criticam o famoso discurso de José Américo, elogiam ou condenam as entrevistas de Gols Monteiro ou o falado rompimento com o seu mano Pericles. Verdade insofismável é que o popular Largo do Carmo, que ontem era um campo fértil de se colher notícias esportivas, hoje, transformou-se radicalmente para uma enorme assembléia política, onde os casos das sucessões é o prato preferido. Estamos cada vez mais nos capacitando de que o futebol em nossa terra marcha às tontas, de olhos vedados para um abismo de proporções inenunciáveis. O povo já não se entusiasma mais.

(Conclue na 2.ª página)

Abertas as inscrições à Academia Maranhense de Pugilismo

Sá Vale e Edmirson Viégas serão os instrutores de box e jiu-jitsu, respectivamente — Outras notas

Segunda-feira próxima, na sede da FMD a partir das 20 horas, estarão abertas as inscrições dos candidatos à Academia Maranhense de Pugilismo.

Qualquer pessoa poderá inscrever-se, mediante a importância de Cr\$ 10,00. Na Academia funcionarão aulas de cultura física, catch, jiu-jitsu, box, luta-livre e romana.

INICIO DAS ATIVIDADES

Terça-feira, no Estádio Santa Isabel, à noite, na dependência destinada à Academia Maranhense de Pugilismo, terão início as

atividades dessa entidade.

Estamos informados de que foram convidados para as cadeiras de box e jiu-jitsu, o "sportman" Sá Vale e Edmirson Viégas, respectivamente.

Mozart estreará, amanhã, pelo Olaria em Juiz de Fora

A C. B. D. critica a F. M. D. sobre a renda da temporada do Bangu' em São Luiz — Outras notícias

JUIZ DE FORA, 17 (Asa) — Confirmando inteiramente o nosso noticiário, o Olaria, da Capital da República, jogará domingo nesta cidade, contra o poderoso quadro do Tupi. Refa grande interesse pela apresentação dos olarienses. Segundo apuramos, os bariris farão estreiar nessa peleja, o seu novo jogador, Mozart.

A C. B. D. E OS BOLETINS FINANCEIROS DOS JOGOS INTERESTADUAIS

RIO, 19 (Asa) — A Federação Pernambucana de Esportes acaba de recolher à C. B. D., a percentagem devida pela realização, em Recife, de seis jogos da temporada realizada contra o Olaria A. C. Pelos boletins demonstrativos da receita de cada jogo, a temporada proporcionou uma receita bruta de cerca de Cr\$ 177.000,00, tendo cabido à C. B. D., a percentagem de Cr\$ 7.778,90, correspondente a 5% sobre a renda, reduzidos os impostos.

DEVE ESTAR FALTANDO UM ZERO

Quanto ao boletim financeiro enviado pela Federação Mara-

nhense de Desportos, relativamente aos jogos do Bangu', em São Luiz, a C. B. D. estranhou a soma apresentada como "renda bruta". Diz a Confederação, em nota para a imprensa:

"Os três jogos realizados pelo Bangu' A. C., segundo a comunicação daquela Federação, produziram somente uma receita bruta de Cr\$ 47.395,00, o que é de se admirar, pois as rendas, em São Luiz, com jogos interestaduais, tem atingido ultimamente rendas que variam de Cr\$ 40.000,00 a Cr\$ 70.000,00, por jogo".

Provavelmente, há algum zero de menos, nas contas da entidade maranhense...

O RAPID EM S. PAULO

S. PAULO, 17 (Asa) — O onze do Rapid, ontem, empatou com o Corinthians por 2x2 voltará a jogar, aqui no próximo dia 22 com o Palmeiras. O Rapid jogará, provavelmente, ainda, uma vez, aqui, com o São Paulo F. C. no dia 29.

Em Recife, o Vasco venceu o America e, em S. Paulo empataram Rapid e Corinthians

RECIFE, 17 (Asapress) — Estreou, ontem, nesta capital, o C. R. Vasco da Gama, enfrentando

o poderoso conjunto do America vice-campeão local. Detalhes técnicos dessa peleja:

Jogo: Vasco x America
Local: Estádio Ilha do Retiro
Vencedor: Vasco da Gama
Score: 3x0.

Renda: — Cr\$ 94.660,00.

Goleadores: Ademir aos 22 minutos do 1.º tempo; Heleno aos 22,30 do 1.º tempo e aos 30 minutos Heleno encerra a contagem.

OS QUADROS VASCO

Barbosa; Augusto e Sampaio; Eli, Danilo e Jorge (Tão); Nestor (Maneca) Maneca (Ypoju-can), Heleno, Ademir (Dimas) e Mario.

A M E R I C A

Amauri; Cido e Doutor; Julinho, Dequinha e Astrogildo; Isaias, Amaro (Celis) (Alexandre), Buarque, Valeriano e Dija. Observação: — Ipojuca perdeu um penalti com 1,30 segundo do 2.º tempo.

CEARA' x FORTALEZA

FORTALEZA, 7 (Asapress) — Preliminar, amanhã, nesta capital, amistosamente, as equipes do Ceará Sporting e do Fortaleza. (Conclue na 2.ª página).

Verdadeiro suicidio!

GILONNA

Tudo indica que Capucão vai deixar a nossa terra. O Sampaio, agora às voltas com o seu magno problema, quer dinheiro e, por isso, vai vendendo os "passes" de seus jogadores, desfalcando, por outro lado, o nosso futebol de verdadeiros craques que poderiam formar na nossa seleção, no próximo Campeonato Brasileiro de Futebol. Fala-se as rodas sampaianas estão cheias, que o grêmio tricolor vai vender o "passo" de Capucão, para o Santa Cruz, de Recife. Alegam que o veterano jogador já se encontra numa idade não mais apropriada à prática do futebol e que o Sampaio faria um bom negócio se o vendesse à agremiação pernambucana, em troca de uma temporada em gramados recifenses.

Está tudo muito bem. E' meio de se fazer um comércio qualquer. Não há dúvidas a esses respeito. No entanto, o outro prisma, o da representação da pujança do futebol maranhense em terras estranhas, é que precisa ser olhado, não só com carinho, mas com imprescindível desvelo. Não se póde admitir, o próprio fan sampaiano com quem já conversamos não deseja seu clube querido, agora passando por um processo de reestruturação na sua equipe, avacalhado numa cidade como Recife, a terceira do Brasil, por sucessivas derrotas. Isto viria repercutir mal lá fora sobre o prestígio e o bom nome que o esporte-rei timbira desfruta, como detentor do cétero máximo no campo desportivo da zona norte.

Olhem para o Sampaio de hoje. Um rápido olhar e nos certificaremos que ele se assemelha a uma casa destruída pela voracidade de um incêndio, onde só ficaram de pé, firmes, seus alicerces. Agora, no momento em que se procura reconstruir a casa, tor-

na-la de fato livre das intempéries futuras, eis que, com o teto ainda a descoberto, deixa-se que seus alicerces enfrentem outra tormenta que poderá desmoroná-los para sempre, transformando-os num montão de ruínas, nesta temporada que se pretende realizar em Pernambuco.

Que linha-média poderá formar o Sampaio para enfrentar, no Recife, as linhas atacantes dos clubes locais? Que linha atacante poderá improvisar entre seus jogadores, para levar o pânico às defesas dos clubes de Pernambuco? Não o sabemos, leitores, e gostaríamos que alguém credenciado pelo clube explicasse-nos algo sobre o assunto. Naturalmente virão dizer-nos, sem cerimônia alguma, que poderiam cobrir os claros existentes no quadro com jogadores emprestados do M.A.C.. Parece-nos, entretanto, é o que é mais lógico, que o grêmio atlético não iria emprestar seus jogadores, só pelo prazer de bem servir ao Sampaio. E' claro — é isto é o mais certo — o M.A.C., com toda certeza, exigiria participação nos lucros da temporada e, desse modo, para o tricolor, o "passo" de Capucão sairia baratinho, não valendo a pena, portanto, trocá-lo por uma temporada.

O fato primordial é que está à vista de todos é que o Sampaio, em hipótese alguma, com a equipe que possui no momento, póde representar o futebol maranhense em outras plagas, onde o esporte bretão já atingiu um bom nível de desenvolvimento. Em 1947 ele poderia fazê-lo. Levá-lo, agora, para fora do Estado é verdadeiramente um suicidio!

FRANCIS D'AGUIAR & Cia.



Lampert & Holt Lin e Limited

LINHA DO ATLANTICO

"JUTAHY" — Escalará neste porto no dia 20 do corrente, quando receberá carga para New York.

LINHA DA EUROPA

Aceitamos carga para Lisboa, Havre, Londres, Antuérpia, Liverpool e Rotterdam, previamente avisadas, afim de ser chamado o navio.

Westfal-Larsen Company Line

LINHA DO PACIFICO

Recebemos carga para o Pacífico e portos Intermedíarios, mediante aviso antecipado afim de ser chamado o navio.

Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP)

"LAGUNA" — Mantém escala regular de uma vez por mês neste porto. Recebe carga para Tutóla, Chaval, Camocim, portos da Venezuela e portos das Antilhas.

"OSVALDO CRUZ" — Mantém escala regular de uma vez por mês neste porto. Recebe carga para Tutóla, Chaval e Camocim.

EMPRESA DE TRANSPORTES SILVA, LTDA.

PARA O NORTE

"CANGUERA" — Chegará neste porto no dia 18 do corrente. Recebe carga para Belém.

"TABATINGUERA" — Escalará neste porto em fins do corrente, quando receberá carga para Belém.

PARA O SUL

"CANGUERA" — Carregará para Fortaleza, Recife, Rio e Santos, em fins do corrente.

"TABATINGUERA" — Esperado em princípios de julho próximo.

NOTA IMPORTANTE

O prazo para reclamações sobre avarias, faltas, etc., é de DEZ DIAS, depois de terminado, a descarga nos Armazéns da Alfândega e três dias nos Armazéns da Cabotagem.

FRANCISCO AGUIAR & CIA.

Agentes

MOORE-McCORMACK Lines

LINHA DO ATLANTICO

MORMACKITE — Este vapor saiu de Baltimore no dia de maio p. p., sendo esperado do sul na 1ª. quinzena deste mês, carregando para New York. Receberá em Belém a carga do MORMACDALE destinada para São Luiz.

MORMACREED — E' esperado do sul nos últimos dias deste mês carregando para New York; nessa mesma época descarregará a carga que conduz para São Luiz.

MORMACLARK — A' carga em New York em meados de Junho.

MORMACDALE — A' carga em New York nos primeiros dias de Julho.

LINHA DO PACIFICO

Os navios desta linha serão chamados de acordo com a carga oferecida

Mais informações com

MOORE-McCORMACK (NAVEGAÇÃO) S. A.

S. LUIZ: Rua Portugal, 282 - s/D - Tel. 13-38

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE CANHAMO

FABRICA DE

ANIAGEM E SACARIA

MALVA

Compra aos melhores preços

Rua Senador Costa Rodrigues, 1232

End. Telegr.: "CANHAMO" — Caixa Postal, 40

S. LUIZ — MARANHÃO

LLOYD BRASILEIRO

PATRIMÔNIO NACIONAL

AGENCIA: — Avenida Pedro II. 209 — Tel. 1219

End. Teleg. NAVELOYD

Movimentação de Vapores

LINHA PORTO ALEGRE-BELÉM

CARGUEIROS

"ASCANIO COELHO" — "RIO DOCE" — "RIO AMAZONAS" —

"RIO IPIRANGA" — "RIO OIAPOQUE" — "RIO SOLIMÕES" —

SAIDAS PARA O NORTE

"ASCANIO COELHO" dia 25 até Belém

"RIO DOCE" dia 30 até Belém

"RIO YPIRANGA" dia 10/7 até Belém

SAIDAS PARA O SUL

"ASCANIO COELHO" dia 2/7 até Porto Alegre

"RIO DOCE" dia 10/7 até Porto Alegre

Escalas em TUTÓIA — FORTALEZA — NATAL — RECIFE — SALVADOR — VITÓRIA — RIO DE JANEIRO — SANTOS — RIO GRANDE — PELOTAS — PORTO ALEGRE.

"SANTAREM" — Sairá brevemente para Fortaleza — Cabedelo — Recife — Lisboa — Leixões — Vigo — Havre — Anvers — Roterdan — Hamburgo.

OBSERVAÇÕES — Conhecimento entregue na Agência 24 horas antes das chegadas dos vapores.

ELIAS DE ALMEIDA — Agente

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO

- SÃO LUIZ -

DE ARACATY CAMPOS

VIAGENS REGULARES E CONTRATUAIS

ALIA DO MEARIM

LINHA DE CAJAPÓ

LINHA DO PINDARÉ

LINHA DE S. BENTO

ESCRITÓRIO — TRAPICHE E DEPOSITOS

PRAIA DO DQUE N.º 42

Belém — Camocim — Tutóla — Manaus — 18-1.

Booth Line

THE BOOTH STEAMSHIP COMPANY LIMITED

Sede: — LIVERPOOL, INGLATERRA

Linhas diretas de Londres, New York, Lisboa, Leixões, Havre, Antuérpia e para Liverpool, Rotterdam, etc.

Aceitam-se cargas com conhecimentos diretos, com baldeação em Liverpool e Antuérpia, para Espanha, Grécia, África, Austrália, Nova Zelandia e outros países.

LINHA COM A EUROPA

"HILARY" — Carrega em Liverpool em Junho para Portugal, Recife, portos da Costa, Belém e Manaus.

"HUBERT" — Carrega em Liverpool até 21 de Junho para Recife, Maceió, portos da Costa, Belém. De regresso carrega para Portual e Liverpool.

"CAPE WRATH" — Carrega em Londres até 18 de Junho e em Antuérpia até 21 de junho para Recife, e portos da Costa até Belém. Vai às Ilhas do Pará e carrega para Portugal, Londres, Continente e Hull.

DUNSTAN" — De Londres a 9 de julho, sairá de Antuérpia a 14 de julho para portos da costa, Belém e possivelmente Manaus. Carrega no Brasil para Portugal e Liverpool.

"BASIL" — Atualmente na costa, sendo esperado neste porto a 19 de Junho para descarregar 1.265 toneladas e carregar para Portugal, Londres e Continente.

LINHA COM AMERICA DO NORTE

"PACHITEA" — Carrega neste porto para New York em meados de junho. Não vai a Manaus. Carrega em New York para portos Brasileiros até 22 de julho.

"DOMINIC" — Carrega em New York para portos brasileiros até 5 de agosto.

"DENIS" — Saiu de New York a 10 de Junho, via Hampton Roads e Trinidad, para Belém e portos da Costa até Maceió, portos da Costa, Belém. De regresso carrega meados de Julho.

AVISO IMPORTANTE — O prazo para reclamações sobre avarias, faltas, etc., é de DEZ DIAS depois de terminada a descarga nos armazéns da Alfândega.

BOOTH (BRASIL) LIMITED

AVENIDA PEDRO II, N.º 195 — Telefones: — 1197-1046

TIPOGRAVURA TEIXEIRA

Avisa aos Srs. Comerciantes que possuem livros comerciais aos menores preços, como sejam:

Livros: — CAIXA — de 50, 100 e 200 fls.

— DIÁRIO — de 50, 100 e 200 fls.

— C/ CORRENTES — de 50, 100 e 200 fls.

— BORRADORES — de 50, 100 e 200 fls.

— COSTANEIRAS — de 50, 100 e 200 fls.

COPIADORES EM PAPEL JAPONÊS de 50, 100, 200, 500 e 1.000 fls.

REGISTO DE EMPREGADOS de 25 e 50 fls.

LIVROS EM BRANCO de 50, 100 e 200 fls.

LIVROS PROTOCOLO de 50 e 100 fls. encadernado e dorso espiral.

LIVROS TAM. 4 de 50 e 100 fls. Não comprem seus livros, sem consultar nossos preços.

TIPOGRAVURA TEIXEIRA

Rua José Augusto Corrêa, 88

Edifício São José

CAMINHÕES DIAMOND T

Veículos adequados para nossas estradas.

Um modelo para cada necessidade.

Disponíveis para pronta entrega modelos para 2.300 quilos de carga.

Distribuidores autorizados

Haroldo Cavalcanti

& Cia. Ltda.

Telefones: 1515 e 1791

Calvo Preto, 85

A atitude do senador José Americo coloca a U. D. N. ante a iminencia de uma crise

Gois Monteiro e Ivo de Aquino tomam a defesa do general Dutra

Como os comentaristas políticos interpretam os dois ultimos discursos do parlamentar paraibano

RIO, 17 (Da Sucursal) — O senador José Americo, em seu discurso no Senado, atacou violentamente o deputado Benedito Valadares, dizendo ser o mesmo um politico sabido e oportunista e que a sua principal caracteristica é a ingratitude, revoltando-se contra os seus próprios protetores, citando ter sido ele uma criação do sr. Getúlio Vargas e, hoje, ser o primeiro a lhe virar as costas. Referindo-se ao acordo interpartidário, disse ter o mesmo fracassado em absoluto. Quando tentou responsabilizar o Presidente Eurico Dutra pela falta dessa harmonia, foi aparteado vivamente pelo general Gois Monteiro, Ivo Aquino, Magalhães Barata e outros senadores.

O sr. José Americo prometeu voltar á tribuna para citar fatos

HOJE! AMANHÃ! E SEMPRE!

Na vanguarda dos preços
minimos!!!

Loção em litros
Brilhanina em latas
Pilhas "Winchester" novissimas
Goma arábica em litros
Fitas de veludo
Pratos brancos e decorados
Brincos, ultimas novidades
Acetos de madeira para cadei-
ras
Lanternas "Eveready" de dois ele-
mentos
Lampadas para lanternas
Garrafas termos de litro
Máquinas de passar café
Pestroy com 10% de DDT
April, inimigo número 1 das pra-
gas

ACEITAMOS encomendas de qual-
quer tipo de serviços tipográficos,
para entrega rápida e a pre-
ços módicos. Confeção perfeita
de rotulos para bebidas, carimbos
de borracho, cartas, memorandum,
envelopes aéreos e comerciais.
ATENÇÃO DONAS DE CASA
Compre hoje uma novidade que
ha de lhe interessar: Máquinas
para tirar caroço de azeitonas,
custando apenas Cr\$ 30.00 cada e
confeccionando lindos pratos de alto
culinária.

Milhares de artigos a preços
baixos lhe oferece:

"O Taboleiro da Baiana"

Remarcando todos os seus artigos
afim de melhor atender aos seus
inúmeros freguezes e amigos

Compre no:

**O TABOLEIRO DA
BAIANA**

E exige do vendedor o seu des-
conto de freguez amigo.

Atendemos para o interior por
rembolsa postal

Fone 12-20

"Revista das Caixas
Econômicas
Federais"



Dr. Roberto Gonçalves

Vem de ser fundada na Capital
da República a "Revista das Cai-
xas Econômicas Federais", cujo
programa é difundir tanto quan-
to possível os assuntos econômi-
co-financeiros de mais atualidade.

Estendendo por todos os Esta-
dos a sua ação divulgadora, o
novo órgão vem de dirigir-se ao
nosso presado amigo e brilhante
confrade jornalista Roberto Gon-
çalves, membro do Conselho Ad-
ministrativo da C. E. do Mara-
nhão, comunicando-lhe o haver
nomeado diretor da "Revista"
neste Estado.

Justa foi a escolha daquele
digno conterrâneo a quem deixa-
mos aqui consignado o nosso
abraço de parabéns.

SIMPLES BOATOS DE AGITADORES

RIO, 17 (Da Sucursal) — Agi-
tadores comunistas espalharam
boatos de que as classes marítimas
iam entrar em greve desgosto-
sas com a tabela de aumento
de vencimentos decretada pelo
governo. As classes, através dos
seus sindicatos autorizados, tendo
à frente a Federação de Marinha,
desmentem, hoje, pela imprensa
os boatos alarmantes.

DIARIO DE S. LUIZ

S. Luiz, (Sabado) 18 de Junho de 1949

O general Dutra dará a ulti- ma palavra na sucessão presidencial

Como o comentarista politico do jo- nal tratou do assunto

RIO, 15 (via aérea, sucursal) — As cordas da sucessão,
partindo de lugares vários e caminhando pelos mais inespe-
rados canais, terminam sempre no Catete, nas mãos do gene-
ral Dutra. Pareceu, a certa época, que o problema lhe escaparia
definitivamente das mãos; e isto não ocorreu, por que o pre-
sidente despertou em tempo; e sobretudo não esteve a pique de
ocorrer, por que os partidos não estavam em condições de obter,
por conta própria, sem o poder natural e coordenador do Catete,
a solução nacional; tinham, apenas, soluções partidárias e até
pessoais. Eis por que avulta, a cada dia, a responsabilidade do
general Dutra na decisão. A sua técnica de deixar os fatos sur-
tirem e desaparecerem, como se não os observasse; a sua in-
transigente decisão de não veicular opiniões, sugerir soluções
favoráveis a este ou àquele setor, aumentaram a sua força po-
lítica e o seu crédito pessoal. O presidente está agindo com in-
teligência e também com espiro público. As agitações morrem
diante de sua fria impassibilidade; quando os grupos reco-
mendam a luta — sem plano para a mesma — o presidente pe-
de calma, e depois os partidos vão se aproveitando dessa tran-
quilidade está empurrando os partidos, pouco a pouco, para
pacificação em benefício do seu sucessor.

Conferencia dos governadores

RIO, 17 (Da Sucursal) — Estão
sendo esperados, aqui, os gover-
nadores Barbosa Lima e Valter
Jobim, que vêm conferenciar com
o Presidente Eurico Dutra sobre
assunto politico, inclusive o pro-
blema da sucessão presidencial.

RIO, 17 (Da Sucursal) — Foi
nomeado pelo ministro da Fazen-
da para exercer as funções de
seu oficial de gabinete o sr.
Francisco Santos de Brito Freire.

RIO, 17 (Da Sucursal) — Noti-
cias de Praga dizem que o go-
verno mandou ocupar militar-
mente o Palácio do Arcebispo ca-
tólico José Beran, prendendo o

secretário geral do Arcebispo.
Continuam desenfreadas as per-
seguições contra a Igreja Cato-
lica por parte do governo comu-
nista.

RIO, 17 (Da Sucursal) — Con-
tinua no cartaz politico a atua-
ção da UDN em face do discurso
do senador José Americo.

RIO, 17 (Asapress) — Nansen
Rosa empossar-se-á, hoje, no
cargo de diretor geral da Fazen-
da Nacional, substituindo Xisto
Bahia.

RIO, 17 (Da Sucursal) — O go-
verno de Minas assinou contrato
com a Internacional General Ele-
tric Company para fornecimento
de todo o equipamento destinado
à nova Central Hidro-Elétrica de
Salto Grande, no rio Santo Antô-
nio, de acordo com o plano de re-
cuperação econômica e fomento
da produção.

ATENÇÃO

JORNAL DE DEBATES e DIARIO
DE NOTICIAS, recebidos de
avião.

Máquina de perfurar papéis ta-
manhos pequeno, médio e
grande.

Colecionadores, tipo London, ta-
manho: ofício, carta, memo-
randum e júnior.

Livros pautados tamanho alma-
ço, com 50, 100 e 200 folhas.

Livros pautados tamanho um
quarto, com 50, 100 e 200 fo-
lhas.

Livraria Universal

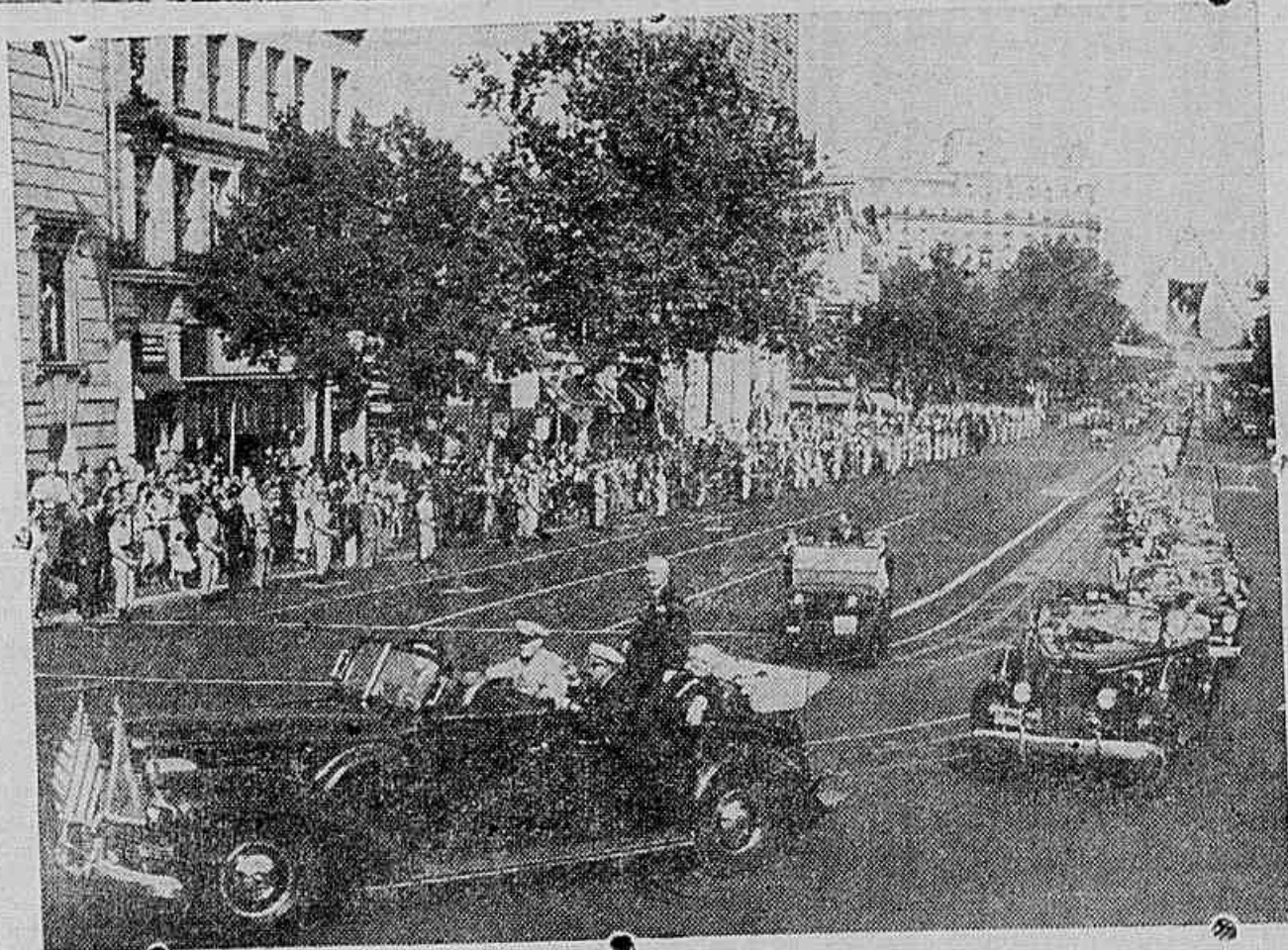
De RAMOS D'ALMEIDA
Livros Escolares — Revistas —

Figurinos — Romances

Praça João Lisboa, 114

São Luiz — Maranhão

Caixa Postal 12



O POVO DOS EE. UU. RECEBE CARINHOSAMENTE O PRESIDENTE DUTRA — Flagrante colhido
por ocasião da chegada do Presidente do Brasil, general Eurico Gaspar Dutra, tendo a seu lado o
Presidente Truman, dos Estados Unidos. Centenas de milhares de pessoas se agrupavam ao longo
das ruas de Washington, capital dos Estados Unidos, para saudar o Presidente Eurico Gaspar Du-
tra.

**APRESENTADO A' ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS NA
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 1949**

portante, com garantia de
de produtos essenciais, em virtude de se acharem
tados os seus limites de operações.
Não poderia, portanto, o Banco do Brasil, deixa

De Maio em diante foi se acentuando a melhoria da situação econômica e a abundância das safras tornou muito favorável a perspectiva futura.

Para acudir com maior amplitude às legítimas necessidades de crédito no País, concedeu o Banco do Brasil a todas as suas Agências um aumento de 40% em suas margens de aplicação.

Muitas Agências tinham deixado de atender operações de descontos de duplicatas, com comprovantes de entrega da mercadoria, e de títulos sobre praças importantes, com garantia de conhecimentos de embarque de produtos essenciais, em virtude de se acharem esgotados os seus limites de operações.

Não poderia, portanto, o Banco do Brasil, deixar ao

desamparo a economia brasileira em tal conjuntura e, por isso, deliberou elevar esses limites.

Principalmente em São Paulo, com o maior volume da produção criou-se um aumento irreprimível de negócios, impossível de ser detido pelos Bancos, visto serem comercialmente irrecusáveis; todas as operações eram legítimas e havia, em contrapartida, a garantia de produtos acabados.

Os títulos descontados sobre Santos tinham a garantia de conhecimentos de café na base de Cr\$ 300.00 por saca.

Entretanto, o aumento de 40% nas margens de aplicações de todas as Agências do Banco do Brasil, não obstante haver produzido evidentes benefícios à economia brasileira, foi vivamente criticado nos meios técnicos do exterior e alguns economistas estrangeiros, em visita a nosso País, o consideraram providência de caráter inflacionista.

Ardor tem sido o esforço do Banco do Brasil em proveito da economia brasileira, mas, infelizmente, os seus críticos muitas vezes se recolhem a gabinetes de estudo fechados e, afastando-se da realidade, se delectam em arquetipar situações que só podem existir abstratamente.

Muitos estrangeiros visitam o Brasil à pressa, de avião, e daqui saem convencidos de lhe terem conhecido todos os problemas. Nem sempre esses ilustres visitantes se abastecem de informações em fontes puras e por isso frequentemente assistimos a propagação no exterior de rumores tendenciosos, que geram clima de desconfiança e prevenções prejudiciais ao País.

Por ser a verdade a representação da realidade, não precisa de propaganda; impõe-se por si própria.

Assim sendo, esperamos que, com o decorrer do tempo, essa verdade se imponha espontaneamente a todos os observadores imparciais da situação econômico-financeira do Brasil.

Em fins de Dezembro visitou nosso País eminente financista estrangeiro, acompanhado de três competentes assessores técnicos, desempenhando importantes funções em uma grande Instituição monetária mundial e da qual faz parte o Brasil.

Depois de estudarem a situação brasileira, elaboraram esses técnicos um relatório preliminar do qual vamos destacar alguns tópicos, relativos a apreciações sobre a execução da política econômico-financeira do Governo.

Durante o ano de 1948 foram veementes as reclamações contra a política de crédito do Banco do Brasil, que os reclamantes consideravam deflacionista e altamente prejudicial aos interesses da economia brasileira.

Agora, entretanto, os peritos estrangeiros, que examinaram a situação do País, declararam que a política de crédito do Banco do Brasil tem sido excessiva e aconselham providências drásticas.

Consideram perigoso o aumento do crédito agrícola e criticam o Banco do Brasil, por estar, assim, concorrendo para a inflação.

Destacamos do Relatório dos peritos estrangeiros os seguintes tópicos:

"A princípio o novo Governo se preocupou com os perigos da inflação e instituiu uma política de crédito e fiscal rigorosa, que teve tanto êxito quanto se poderia razoavelmente esperar. A continuação dessa política seria, de fato, um grande acontecimento. Há várias indicações de que essa política de restrições está sendo abandonada."

"O País ainda atravessa um período de expansão (boom), embora haja algumas opiniões acerca do declínio das construções. Para um observador, o montante das construções no Rio de Janeiro e São Paulo é ameaçadoramente muito maior do que em qualquer país europeu ou dos Estados Unidos. Os preços dos imóveis são fantásticamente altos."

"Embora haja muitos comentários a respeito do fim do 'boom' de construções, é duvidoso se, de fato, os investimentos decrescerão."

"A providência capaz de restringir os investimentos é a limitação drástica do crédito."

"O Governo comprometeu-se a aumentar o crédito agrícola através do Banco do Brasil. Não há dúvida que o financiamento da produção agrícola e seu escoamento é duvidoso, dispendioso e praticamente inacessível aos pequenos produtores, mas, apesar disso, a expectativa é a de que o Banco do Brasil conceda créditos de cerca de um bilhão e meio de cruzeiros com esse objetivo", de um bilhão e meio de cruzeiros com esse objetivo", devido ao efeito favorável sobre a produção e distribuição, o Banco do Brasil deixa de ver a parte inflacionária dessa política."

"Provém tal atitude dos dirigentes do Banco do Brasil do fato de presumirem eles não poder haver inflação se os créditos forem a prazo curto e destinados realmente à produção."

"Tentamos inutilmente, mostrar que um crédito à agricultura liberará recursos para outros investimentos."

"Um nível de crédito bancário permanentemente cada vez mais alto para a agricultura ou outros fins, elevará a posição financeira do País e possibilitará a manutenção dos investimentos e o crescimento dos preços."

"Além disso, parte do crédito concedido pelo Banco do Brasil à agricultura repercutirá, sob a forma de depósitos, em outros bancos, aumentando-lhe, assim, tanto as reservas como a capacidade de conceder créditos e, por fim, a expansão do crédito agrícola contribuirá para nova inflação."

"A solução que propuzemos não foi a de negar novos créditos à agricultura. Sugerimos que o crédito fosse concedido em montante limitado e que o Banco do Brasil reduzisse outros créditos em montante equivalente. Tal política desviaria créditos da indústria e do comércio para a agricultura e seu efeito seria provavelmente anti-inflacionário."

"Tememos que as restrições do ano anterior desapareçam e o crédito bancário se expanda consideravelmente."

"Não podemos deixar de referir este paradoxo: um Governo verdadeiramente desejoso de limitar a inflação e que alcançou algum êxito nessa trilha, está sendo forçado — pelo desejo de elevar o nível real dos salários a facilitar os financiamentos à agricultura — a uma política de crédito que somente pode acrescer a inflação."

"Cumpramos evidenciar ao Brasil que para se impedirem novos aumentos de preços só existe um meio, que é a redução drástica do crédito."

"Havendo acentuada escassez de crédito também se reduzirá de modo significativo grande volume de investimentos."

E' inegável a importância dos comentários e conceitos transcritos, embora, ao mesmo tempo, revelem incompreensão do ambiente brasileiro por parte dos

eminentes técnicos que subscreveram o Relatório sobre a situação do País.

Geralmente os peritos financeiros são ortodoxos, e examinam as situações com muita rigidez, esquecendo-se sempre de computar, em suas apreciações, o fator psicológico, que é importantíssimo.

Uma coisa é estabelecer regras e planos para solucionar problemas econômicos e outra aplicá-los.

Quase sempre os planos econômico-financeiros delineados em gabinetes de estudos, onde todos os aspectos dos problemas a resolver são minuciosamente examinados, sofrem decepções quando postos em prática.

São os imponderáveis fatores psicológicos a causa de tantos insucessos.

Quem executa uma política econômico-financeira precisa ter a atenção constantemente voltada para esses fatores, cuja apreensão é muito difícil.

Agir drasticamente em matéria econômico-financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

Nem mesmo nos países de regime totalitário poderá ela ser realizada.

Uma boa política econômico-financeira precisa ter rumo definido, mas forçosamente requer a flexibilidade necessária à atenuação de reações desfavoráveis que de modo inesperado possam ocorrer no campo das atividades econômicas.

Ao apreciarem a situação brasileira, não se esqueceram os peritos estrangeiros a pesquisar os acontecimentos desenrolados no País durante o período em 1930 e 1945, e nem consideram as imensas dificuldades que o Governo atual teve de vencer desde o seu início em Janeiro de 1946.

Se tivessem analisado a situação brasileira naquele período veriam que, de 1930 a 1945, nenhum exercício orçamentário se encerrou sem "déficit" e que, depois de 1946, com saldos se têm encerrado os exercícios financeiros.

Bastaria esse fato para evidenciar o esforço do Governo em promover a restauração financeira do País.

Aos signatários do Relatório sobre a situação brasileira também não interessou qualquer pesquisa acerca das emissões de papel-moeda naquele mesmo período de 1930 a 1945, e no de 1946 a 1948, de responsabilidade do atual Governo.

Se indagações a esse respeito tivessem sido feitas, aos peritos não teria passado despercebido o estancamento das emissões de papel-moeda depois de 1946, fruto exclusivo da política econômico-financeira do Governo atual.

Constituiu, ainda, grande lacuna o fato de não terem os técnicos considerado suas apreciações sobre a situação brasileira, a influência dos fatores políticos, decorrentes da passagem de uma época de longa ditadura para um regime constitucional.

Mas o Relatório dos peritos estrangeiros teve o grande mérito de realçar a injustiça da campanha empreendida contra o Banco do Brasil pelos adversários da política econômico-financeira do Governo.

Esses adversários acusam o Banco do Brasil de estar restringindo o crédito; os técnicos estrangeiros censuram-no por ampliá-lo.

Reclamam os adversários crédito agrícola e afirmam que o Banco do Brasil o reduz; acentuam, entretanto, os peritos estrangeiros que o crédito agrícola é perigoso, declaram que o Banco do Brasil o está expandindo e encarecem a necessidade de uma drástica redução.

Mas, apesar dessa divergência de julgamento prosseguirá o Banco do Brasil, sereno e confiante, na sua alta missão de sempre servir a economia da Nação com o constante objetivo de lhe assegurar um contínuo progresso.

Em Novembro e Dezembro de 1948, para atender a operações da Carteira de Redescontos o Banco do Brasil requisitou, do Ministério da Fazenda, a importância de 1.350 milhões de cruzeiros.

De 22 a 30 de Novembro foram requisitados 250 milhões e, em Dezembro, de 6 a 24, 1.100 milhões de cruzeiros.

Para atender a essas requisições, a Caixa de Amortização emitiu papel-moeda em valor correspondente.

As emissões assim realizadas, através da Carteira de Redescontos, possuem o lastro de efeitos comerciais a prazo curto e conferiram uma maior elasticidade à circulação monetária, reclamada pela mobilização da volumosa produção já acabada e em condições de ser consumida.

Muitos comentários se fizeram em torno dessas emissões, mas não significaram elas qualquer mutação da política anti-inflacionista do Governo.

Estando a Carteira de Redescontos em pleno funcionamento legal, não se poderia eximir da obrigação de atender aos bancos que lhe solicitassem redescontos, mediante a garantia de efeitos comerciais com as condições exigidas pela lei.

Os adversários da política econômico-financeira do Governo acobimaram de ilegais as emissões requisitadas para as operações da Carteira de Redescontos, associando ainda, que, além de clandestinas, tinham por objetivo fornecer ao Tesouro exausto novos recursos para as suas despesas.

Paradoxalmente, os inflacionistas, que vivem sempre sonhando com emissões de papel-moeda capazes de lhes propiciar novo clima de especulações, passaram a verberar a pretensa mudança de orientação da política monetária e a afligir-se com o desaparecimento dos auspiciosos resultados com tamanho esforço já obtidos.

Houve mesmo quem anunciasse a inundação do País por um torrente de emissões de papel-moeda.

Mas todas essas afirmações constituíram apenas meras fantasias.

As emissões foram legais e obedeceram aos dispositivos da Lei n.º 449, de 14 de Junho de 1937, decretada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República.

Não se destinaram essas emissões a empréstimos ao Tesouro Nacional, cujas contas o Banco do Brasil apresentavam saldos credores avultados.

Nenhuma letra ou promissória emitiu o Tesouro Nacional que, descontada pelo Banco do Brasil, fosse por este depois levada à Carteira de Redesconto.

Três motivos ocasionam as emissões de Novembro a Dezembro de 1948:

a) — as necessidades relativas ao escoamento de volumosa produção — já feita;

b) — as necessidades estacionais de fim de ano;

c) — as necessidades resultantes do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da União, cujo pagamento relativo aos meses de Agosto, Setembro e Outubro teve de ser feito conjuntamente com o de Novembro.

O transporte financeiro das safras, que foram abundantes, exigiu maior volume de numerário e todos os

bancos foram forçados a operar largamente para não deixar de atender necessidades legítimas da produção.

Para fazer face ao aumento de vencimentos não precisou o Tesouro Nacional recorrer a qualquer empréstimo, visto possuir saldos credores no Banco do Brasil, mas a este coube mobilizar recursos, através da Carteira de Redescontos, para fortalecer sua caixa e assim honrar os cheques emitidos pelo Tesouro Nacional.

Foi, pois, a pressão exercida de chofre pela ação conjugada dessas três causas que provocou as emissões de Novembro e Dezembro de 1948.

Essas emissões não podem ser interpretadas como alteração do rumo da política econômico-financeira vigente.

Nem sempre uma maior elasticidade da circulação monetária produz a inflação.

Desde que o maior volume do papel-moeda emitido esteja lastreado por efeitos comerciais a prazo curto e representativos de produção efetiva, isto é, acabada e em condições de ser consumida não haverá inflação; esta só existirá se o papel-moeda emitido não possuir a contrapartida da produção.

E' por isso que uma emissão de papel-moeda feita para estimular a produção ocasiona inflação; a prensa litográfica funciona instantaneamente mas a produção demanda tempo.

E' essa decalagem que produz a inflação.

Sem elasticidade de circulação monetária não poderá haver ritmo de produção e será sempre defeituoso qualquer sistema de crédito.

Em nosso País, as dificuldades para a produção sempre provieram da ausência de um mecanismo da circulação monetária ou da imperfeição com que funcionou a Carteira de Redescontos, cuja finalidade foi deturpada, ocasionando abusos prejudiciais à nossa economia.

Agora, entretanto, com a existência da Superintendência da Moeda e do Crédito, que possui atribuições de Banco Central e lhe está preparando o caminho para a fundação, muitos benefícios poderá colher a economia do País, desde que se impeçam os inconvenientes que a distorção de funcionamento da Carteira de Redescontos ocasionou no passado.

Das emissões de papel-moeda procedidas em Novembro e Dezembro de 1948, no valor de 1.350 milhões de cruzeiros, já foram resgatados 470 milhões de cruzeiros, representando uma percentagem de 34,8%.

A Caixa de Amortização foram devolvidos pela Carteira de Redescontos, para a competente incineração, as seguintes quantias:

DATAS	Cr\$ 1.000.000
Em 28-1-1949	75
" 29-1-1949	25
" 31-1-1949	50
" 24-2-1949	75
" 25-2-1949	45
" 28-3-1949	75
" 29-3-1949	75
" 30-3-1949	50

TOTAL 470

A qualidade principal de um instrumento de circulação é a sua elasticidade, isto é, a faculdade de aumentar ante as necessidades da atividade econômica, e em seguida, diminuir quando a pressão se atenua, impedindo, assim, tanto um excesso de moeda em circulação quanto uma acentuada escassez em face das operações efetuadas.

Nas épocas de safra deve haver expansão de circulação monetária para corresponder a intensa procura de moeda indispensável ao escoamento das mesmas.

Se houver inflexível rigidez de circulação nessas épocas ocorrerão grandes dificuldades consequentes à escassez do numerário indispensável ao movimento das transações.

Em seguida, após o escoamento das safras a liquidação das transações, sobrevirá superabundância de moeda, precisamente em ocasião de pouca procura para aplicações legítimas.

Essa abundância de moeda só aproveitará aos especuladores.

Por isso, tanto a inelasticidade da circulação como a do crédito constituem um incentivo à instabilidade dos mercados monetário e financeiro.

O escoamento das safras provoca uma multidão de transações que se manifestam em efeitos comerciais, que, descontados pelos bancos, vão depois ser reduzidos nos institutos de redescontos.

Pagos esses efeitos nos vencimentos, deverá o papel-moeda ser recolhido, desde que não seja solicitado para novos redescontos.

Destarte não haverá qualquer tensão excessiva do mercado no período de atividade e nem superabundância de moeda durante o período de calma.

Para que um sistema central de redescontos, possa funcionar livremente e fornecer aos bancos o apoio necessário, tornando líquidos, a qualquer momento os valores das suas carteiras e transformando-os em moeda, é indispensável que possua o privilégio de emissão com a flexibilidade necessária para se adaptar às exigências temporárias do movimento dos negócios.

As emissões dos Bancos de Reserva dos Estados Unidos são lastreadas por efeitos comerciais de primeira ordem e estão organizadas para assegurar a elasticidade da circulação nos dois sentidos, tanto de expansão como de contração.

Há uma diferença entre efeito comercial "seguro" e "certo".

Não basta que um banco tenha a certeza de reembolso de um empréstimo concedido com a garantia de toda a fortuna de um cliente; é preciso que o papel descontado se liquide por si mesmo, isto é, traga no vencimento um pagamento em espécie. Se isso não ocorrer, o banco deixará de ser comercial para se transformar em instituto de investimentos.

O papel-moeda emitido pelo Instituto de Redescontos deve ter o lastro de efeitos comerciais, isto é, títulos que representem transações comerciais.

Mas o papel-moeda assim emitido, após haver preenchido a sua finalidade, deverá ser recolhido para não obstruir e inflar a circulação.

Resgatado o efeito comercial no dia do vencimento, o papel-moeda recebido deverá voltar ao Instituto que o emitiu.

Só se emitirá o papel-moeda em resposta a transações comerciais e, terminadas estas, deverá voltar ao Instituto de Redescontos; assim sendo, os movimentos da circulação devem se adaptar aos dos negócios.

Uma das principais finalidades do Federal Reserve Act, de 23 de Dezembro de 1913, foi a de dotar os Estados Unidos com uma circulação monetária elástica, isto é, capaz de aumentar desde que crescesse a demanda do crédito.

A inelasticidade da circulação monetária americana era o seu principal defeito, pois o suprimento de

los desequilíbrios orçamentários e também pela inflação monetária, cruéis sofrimentos e imensas injustiças às classes que vivem de salários, ordenados e vencimentos fixos.

Ao mesmo tempo, essa alta de preços, permitindo lucros exagerados a uma minoria acentua as desigualdades e injustiças sociais.

Assim, toda política financeira capaz de assegurar o equilíbrio orçamentário, portanto a ordem financeira, estabelecerá condições de dignidade e conforto à vida dos trabalhadores, mas a que persistir no regime de constantes "deficits" conduzirá os trabalhadores a degradação e escravidão.

Em 15 anos que decorreram entre 1930 e 1945 foram constantes os "deficits" orçamentários.

São muito expressivos os algarismos do seguinte quadro:

Anos	RECEITAS E DESPESAS Cr\$ 1.000.000		
	Receitas	Despesas	Deficits
1930	1.677	2.510	833
1931	1.752	2.046	294
1932	1.750	2.859	1.109
1933	2.078	2.391	313
1934	2.519	3.050	531
1935	2.722	2.872	150
1936	3.127	3.226	99
1937	3.462	4.143	681
1938	3.879	4.735	856
1939	3.795	4.335	540
1940	4.036	4.629	593
1941	4.045	4.839	794
1942	4.377	5.748	1.371
1943	5.443	5.944	501
1944	7.368	7.451	85
1945	8.852	9.850	998

Foram nocivos à economia da Nação os efeitos dessa cadência de "deficits" orçamentários anuais durante tão longo período.

Acentuaram-se os desequilíbrios entre vários setores da economia, provocando o aumento contínuo dos preços.

Agravou-se o desajustamento entre as atividades agrícolas e industriais, incentivando a transferência de trabalhadores rurais para as cidades.

Cresceram as dificuldades de financiamento das estradas de ferro em virtude do desajustamento dos preços e custos e por isso se reduziu a capacidade dos transportes.

Desenvolveu-se uma mentalidade de altos lucros inflacionistas que desviou economias coletivas para especulações imobiliárias nas cidades.

Mas essas economias financiaram geralmente a construção de suntuosos edifícios comerciais e de apartamentos destinados a uma minoria de abastados ou ricos.

Com a alta contínua do custo da vida, entretanto, reduziu-se o poder de compra da maioria constituída de trabalhadores e de todos os que vivem de salários e vencimentos fixos.

Foi a "economia forçada" proveniente da redução de consumo dessa maioria, cujo padrão de vida baixou em consequência da depreciação da moeda, causada pelos contínuos "deficits" orçamentários e consecutivas emissões de papel-moeda, que possibilitou o surto dos lucros excessivos de uma minoria.

Cabe a responsabilidade dessa injustiça social à desordem financeira gerada pela constância dos "deficits" orçamentários, que, que sua vez, provocaram sucessivas emissões de papel-moeda.

Foi esse o tremendo problema que teve de solucionar a política econômico-financeira do Governo que se iniciou em 31 de Janeiro de 1946.

Só enuncia-lo já é evidenciar as imensas dificuldades da solução.

Concentraram-se no exercício de 1946 todas as consequências do regime deficitário dos orçamentos anteriores.

Teve o orçamento de 1946 de arcar com o peso dos encargos oriundos do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da Nação.

Foi áspero o trabalho de reajustamento dos desequilíbrios sociais, econômicos e financeiros, mas com paciência, dedicação e perseverança os esforços foram sendo paulatinamente compensados e os benefícios da nova política começaram a aparecer.

Para comprovar os resultados dessa política, em vez de longas explicações, mais expressivos são os algarismos do seguinte quadro:

Anos	RECEITAS E DESPESAS Cr\$ 1.000.000		
	Receitas	Despesas	Resultados
1946	11.570	14.203	-2.633
1947	13.853	13.393	+ 460
1948	15.699	15.696	+ 6

Encerrou-se o exercício de 1946 com um "deficit" de 2.633 milhões de cruzeiros, fruto ainda da desordem financeira provocada pelos desequilíbrios orçamentários do período 1930 a 1945.

Mas, no exercício de 1947, da execução orçamentária resultou um "superavit" de 460 milhões de cruzeiros.

No exercício de 1948 o "superavit" foi de 3 milhões de cruzeiros, não obstante ter ocorrido um acréscimo de despesa de 831 milhões de cruzeiros, resultante do aumento de vencimento dos servidores civis e militares da União.

Restaurou, assim a política econômico-financeira do Governo, pelo equilíbrio orçamentário, a ordem financeira tão necessária ao desenvolvimento econômico da Nação.

Assegurada a estabilidade financeira, poderão ser defendidos e realmente amparados, sem estereis demagogias, os altos interesses da maioria, constituída pela classe dos trabalhadores que vivem de salários, vencimentos ou rendimentos fixos.

Sem ordem financeira jamais será possível corrigir as injustiças sociais e assegurar melhor padrão de vida às classes trabalhadoras.

Representa o desejo de lucro o princípio fundamental da economia.

E esse desejo de ganho que leva o homem a produzir quantidades sempre maiores de mercadorias e a procurar convertê-las em moeda antes de as trocar por outros bens.

O aparente antagonismo entre o capital e o trabalho resulta somente do fato de ambos, em concorrência, visarem a mesma presa: o lucro.

Procura o trabalho sempre crescer o seu rendimento. Por isso o operário e o empregado reclamam aumento de salários. Por sua vez, o industrial e o comerciante, o banqueiro, o advogado e o médico decidem

também aumentar o preço de seus serviços.

São visíveis os salários daqueles, mas invisíveis os destes.

Os impostos representam o salário do Estado. Independente das necessidades imediatas, é constante o esforço dos que trabalham em conseguir o aumento de seus lucros.

Existe mesmo uma tendência humana a considerar sempre insuficientes os salários auferidos.

Sobre o assunto existem estatísticas muito interessantes.

Na Grã-Bretanha o índice de salários subiu, de 1800 a 1850, de 54 a 57 e dobrou até 1910. Em 1913 chegou a 140 e, em 1930, a 197.

Explicam essa elevação a "pressão salarial", o crescimento das necessidades dos salarizados e, também, desde o fim do século passado, a alta do custo da vida.

Em França, a média dos salários passou de 100, em 1810, a 380, em 1934.

Há a considerar que esses salários foram calculados por dia de trabalho, correspondendo, entretanto, a número decrescente de horas: 12, em 1850; 11, em 1870; 10, em 1900 e 8, em 1910.

Verifica-se, assim, que os salários apresentam uma tendência à alta em todos os países, sejam quais forem as situações econômicas ou as organizações sociais.

Constitui a "pressão salarial" uma força cuja ação é contínua, tanto no meio dos empregados quanto dos empregadores.

Quando a "pressão salarial" se manifesta violenta ou prossegue sem reações durante longo período, provoca, altas irresistíveis do custo da vida.

Mas têm os salários uma perpétua tendência à alta e isso representa uma realidade histórica e constitui uma necessidade econômica.

Nos países totalitários ou coletivistas, são os princípios inspiradores da política de salários inteiramente diversos dos adotados nos países liberais.

Naqueles, as considerações econômicas e políticas superam as sociais: não se procura atingir o bem-estar dos trabalhadores, mas sim a grandeza e prosperidade do país.

Nos regimes totalitários o preço dos salários é fenômeno decisivo, seja para regular o consumo ou estabelecer os custos da produção e preços, seja para estabilizar a moeda, evitando-se o "deficit" orçamentário e o do balanço comercial.

Nos países totalitários ou coletivistas, o salário é dirigido, isto é, fixado pelo Governo.

Visa essa política a consecução da estabilidade dos preços, pois que evita esta as discussões entre empregados e empregadores.

Com os salários e preços estáveis, desaparecem as controvérsias: essa é a tese dos coletivistas.

Foi à custa de salários baixos que os países coletivistas ou totalitários conseguiram construir novas indústrias, principalmente as de armamentos.

Nesses países os sindicatos foram extintos e desastrosos. Consiste a ideologia desses regimes no seguinte: igualdade do trabalho manual e intelectual, obrigação de trabalho, grandeza de trabalho, sacrifício à coletividade e ao país.

O operário, porém, não é livre e não é bem pago.

A qualquer elevação de salários deve acompanhar maior rendimento do trabalho.

E' econômico o salário alto: provém da maior produtividade de equilíbrio econômico.

Para que se possa repartir bastante, mister se torna, primeiro, muito produzir.

Quando os aumentos de salários não são acompanhados de um acréscimo da produção, em vez de propiciar aos que os recebem a satisfação de necessidades, acentuam a carestia geral.

Mas o problema dos salários depende fundamentalmente da política monetária.

Em nosso País, devemos todos conjugar esforços para afastar o perigo do ciclo infernal da corrida entre preços e salários.

A alta de preços suscita um aumento de salários, mas a elevação dos salários, por sua vez, arrasta uma alta de preços que lhe neutraliza os efeitos. Surgem, então, novas reivindicações visando novo reajustamento de salários... e o ciclo prossegue indefinidamente, acarretando sempre novas altas de preços, isto é, uma depreciação contínua da moeda.

Constitui o salário um elemento importante do preço de custo.

De fato, todos os preços de matérias primas, maquinaria e transportes que entram na composição dos preços de custo de cada empresa ficam majorados pelo aumento de salários de outras empresas.

Mas os empregadores também geralmente se aproveitam desse pretexto para aumentar desmedidamente os seus lucros.

Por isso cada aumento de salário conduz a uma alta proporcional dos preços.

Mas essa alta não constitui inelutável consequência da elevação dos salários.

Para romper o ciclo infernal, indispensável se torna conhecer quem iniciou a corrida.

Se os lucros tiverem aumentado primeiro, impõe-se, para o restabelecimento do equilíbrio, que o aumento dos salários não possa dar motivo a uma nova majoração dos lucros das empresas.

Não representa a defesa de nossa moeda apenas um problema monetário e financeiro.

Depende essa defesa também de uma política econômica e social.

Consiste, porém, o problema essencial em romper o ciclo infernal da corrida entre preços e salários.

Têm aparecido com frequência insinuações tendenciosas acerca das divisas do Banco do Brasil e do ouro pertencente ao Tesouro Nacional.

Segundo certos rumores, esse ouro e essas divisas teriam sido dissipados pelo atual Governo.

Tais murmurações, porém, são inteiramente infundadas.

Das divisas acumuladas em França e na Tchecoslováquia, grande parte será utilizada no pagamento das refinarias de petróleo que terão de ser brevemente instaladas no País.

Quanto às da Grã-Bretanha, estão elas sendo empregadas em vários fins de interesse nacional, em conformidade com acordo firmado.

Depois de Outubro de 1945, tem continuado a figurar ininterruptamente, em todos os balancetes do Banco do Brasil, o ouro do Tesouro Nacional, cujo peso, em 31 de Dezembro de 1948, era representado por 314.881 quilos de ouro, menos a entrega, ao Fundo Monetário,

da quota-ouro integrante da nossa subscrição, correspondente a 33.312 quilos de ouro. Em virtude da entrega, o ouro do Banco do Brasil, do Tesouro Nacional

constando dos balancetes do Banco do Brasil passou a ser de 231.606 quilos, incluídos 37 quilos comprados durante o exercício.

Cumpra salientar, entretanto, que a entrega dessa quota-ouro ao Fundo Monetário Internacional não representou uma diminuição de reservas, pois que temos assegurada a faculdade de obter, do Fundo, em parcelas anuais, divisas de outros países, até 5 vezes o valor da quota inscrita.

Em 30 de Junho de 1948 fizemos ao Fundo Monetário a declaração do valor-par do cruzeiro, que foi fixado em Cr\$ 18,50 por 1 dólar americano.

Tomando-se por base o preço internacional do ouro, de 35 dólares por onça troy ou US\$ 1.125,275 por grama de ouro fino, o conteúdo metálico do cruzeiro corresponde a gr. 0.0480363 de ouro puro.

A quota inscrita pelo Brasil foi de 150 milhões de dólares; desse montante 25% deveriam ser entregues em ouro.

Foi essa parte em ouro que o Brasil integrou no Fundo Monetário em 13 de Setembro de 1948. Essa integração correspondeu a 2.700 barras de ouro, pesando 1.071.000.861 onças troy, no valor de US\$ 37.485.030,10.

O restante da quota, equivalente a 112 milhões e 500 mil dólares, foi entregue, em cruzeiros, mediante depósito em conta, à disposição do Fundo, na Superintendência da Moeda e do Crédito.

Esses fatos concorreram para firmar o prestígio internacional do cruzeiro, permitindo-lhe ser aceito como instrumento de troca em convênios internacionais e, também, para acrescer nossas possibilidades, pois ficamos habilitados a obter, do Fundo, divisas de outros países, contra a entrega de nossa moeda.

Não obstante esses acontecimentos, persistem os especuladores em propagar, aqui e no estrangeiro, rumores acerca da desvalorização do cruzeiro.

Conservam-se obstinadamente articulados a elementos do exterior os maquinários indígenas da pretensa desvalorização do cruzeiro.

Não há desmentido oficial que os detenha na ânsia de especularem. Necessitando, para livremente agirem, de ambiente de desconfiança, forjam telegramas lançando boatos incríveis que se espalham com celeridade nos principais centros financeiros do mundo.

Chegam até a precisar com antecedência a data em que o cruzeiro será desvalorizado!

Mas o admirável é que haja ingênuos que deem crédito a tais balelas de contumazes especuladores.

A política econômico-financeira do Governo, restaurando a ordem financeira da Nação, visa o saneamento da moeda e não a sua desvalorização.

Representam esses créditos, assim imobilizados, sem remuneração e vencimento certo, empréstimos forçados, auxílios prestados pelo Brasil no exterior, com sacrifício próprio, visto não dispor de economia que lhe permita desempenhar o papel de país, financeiramente credor.

Provieram, pois, de causas externas as dificuldades cambiais sobrevindas em 1946.

A suspensão do comércio triangular, impedindo-nos de usar os créditos acumulados no exterior, está nos forçando a vender, a prazo, grande parte do excedente exportável de nossa produção e pagar à vista, a maior parte das compras essenciais na área do dólar.

Para atenuar esses desajustamentos e impedir a exaustão das reservas em ouro e em dólares, foi o Governo compelido a instituir o regime de licença-prévia (Lei n.º 262, de 23-2-48).

Também a Superintendência da Moeda e do Crédito estabeleceu normas para o fornecimento de cobertura cambial.

Facultaram-nos essas providências destinar as disponibilidades em divisas, de preferência, ao pagamento de importações essenciais e de interesse nacional, aos serviços comerciais e aos encargos relativos a investimentos estrangeiros.

Destarte, conseguimos manter em dia o serviço da Dívida Externa e satisfazer com pontualidade as obrigações contratuais assumidas com a garantia do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, no valor aproximado de 16 milhões e 700 mil dólares; também liquidamos no vencimento a primeira prestação, no montante de 20 milhões de dólares, do Empréstimo de Estabilização, obtido nos Estados Unidos, e atendemos, na medida do possível, às necessidades pertinentes a compras essenciais, remessa de rendas de inversões estrangeiras, serviços de fretes, seguros, etc.

Mas, em virtude da escassez de dólares, não nos foi facultada a possibilidade de manter em dia essas últimas obrigações, não obstante as restrições das importações não essenciais e supressão quase total dos gastos adiáveis.

Visando remover entraves oriundos da escassez de meios de pagamento internacionais, foram prorrogados alguns acordos e firmados novos ajustes que se vão mostrando satisfatórios.

Em Março, prorrogou-se o acordo com a França e, em Maio, foi assinado outro com a Grã-Bretanha, que constitui elemento decisivo para a solução do problema dos esterlins "congelados" e utilização dos novos saldos de transações correntes.

Esses "congelados", que montavam a 61 milhões e 500 mil libras, em 1946, e tinham se reduzido, por ocasião do acordo, a 50 milhões de libras, deverão ser liquidados até Junho de 1950.

Em Outubro foi assinado o acordo de pagamentos com a Argentina, visando não só a regularização mas também a intensificação das trocas com o Brasil.

Representam as restrições cambiais e a utilização racional de nossas divisas disponíveis a via mais segura e menos áspera, capaz de nos permitir transpor a difícil situação criada pelo pós-guerra no campo internacional.

Constituem, na presente situação, tanto o controle do câmbio como o da importação, elementos decisivos para a consolidação do crédito do País no exterior.

Precisamos atrair capitais estrangeiros para assegurar o progresso do nosso desenvolvimento econômico; cumpra-nos ampliar e melhorar nossas exportações, desenvolvendo tanto a produção agrícola como a industrial e resolver o problema dos combustíveis, cuja importação tanto sobrecarrega nosso Balanço de Pagamentos.

Visam os controles de câmbio e importação obter o equilíbrio entre a oferta e a procura de cambiais; mas para assegurar esse objetivo deparam-se-lhes imensas dificuldades, que só podem ser superadas mediante estreita colaboração entre a Carteira de Exportação e Importação e a Carteira de Câmbio.

E' indispensável que esses dois órgãos ajam conjuntamente.

Muito se tem aludido ao problema dos atrasados cujo montante, na imaginação de alguns, atinge a cifras fabulosas.

Entretanto, o valor desses atrasados, em 31 de Dezembro de 1948, representava 116 milhões de dólares. Estamos nos esforçando em resolver este caso realmente prejudicial a interesses legítimos.

Durante o ano de 1948 continuou a Superintendência da Moeda e do Crédito a desempenhar relevante papel no setor financeiro do País, fazendo as vezes de Banco Central e preparando-lhe o caminho para a fundação. A Carteira de Redescontos funcionou eficientemente com recursos fornecidos, de acordo com a Lei, pela Superintendência da Moeda e do Crédito, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro Nacional.

A Caixa de Mobilização Bancária continuou realizando operações de descongelamento de ativos bancários, com o objetivo de facultar aos bancos, atingidos por imobilizações, suficientes recursos para aplicações úteis à economia nacional.

Montavam os empréstimos concedidos a bancos pela Caixa de Mobilização Bancária, em 31 de Dezembro de 1948, a 2 bilhões e 178 milhões de cruzeiros.

Em Dezembro de 1945, esses empréstimos atingiam apenas ao valor de 164 milhões de cruzeiros.

Tem sido profícua aos interesses da economia brasileira a ação desse importante órgão do nosso sistema bancário.

Em todas as nações civilizadas existem órgãos semelhantes.

Nos Estados Unidos existem a Reconstruction Finance Corporation e a Federal Deposit Insurance Corporation, além de outros.

Na Alemanha houve a "FINAG" e a "TILKA", dois importantes órgãos de amparo a bancos de ativos congelados.

A "TILKA" representou uma verdadeira clínica de bancos doentes.

Pelo quadro seguinte poderá ser avaliada a ação construtiva da Caixa de Mobilização Bancária.

EMPRÉSTIMOS A BANCOS

	Cr\$ 1.000
31-12-1945	164.000
31-12-1946	550.000
31-12-1947	1.472.000
31-12-1948	2.178.000

Durante o ano de 1948 tornaram-se evidentes os sintomas do reajustamento das forças de produção no sentido de um equilíbrio entre os diferentes setores de nossa atividade econômica.

No decurso da última guerra, para ocorrer às nossas próprias necessidades e às das Nações Unidas, deslocaram-se braços e capitais da agricultura para a indústria extrativa mineral e vegetal e para certos ramos da indústria fabril.

Essas transferências bruscas de fatores de produção, de uns para outros setores de atividade econômica, constituíram as causas remotas das dificuldades financeiras.

A produção global do País cresceu em ritmo razoável em 1948, transparecendo com evidência no alargamento do mercado interno e na composição do comércio exterior.

Em 31 de Dezembro de 1948, o balanço do comércio exterior apresentou um "superavit" de 712 milhões de cruzeiros; em 1947, o balanço acusou um "deficit" de 1 bilhão e 610 milhões de cruzeiros.

As estatísticas da composição percentual do comércio exterior revelam a expansão e variedade da produção global brasileira.

Na exportação, aumentou a tonelagem relativa às matérias-primas.

Nas importações foi sensível a transformação de nossa economia, acentuando-se os traços de uma estrutura agro-industrial e apagando-se os sulcos da atividade puramente colonial, tão sujeita às oscilações bruscas dos mercados externos de produtos primários.

Revelam os dados estatísticos, na importação, a crescente importância das matérias-primas indispensáveis às nossas indústrias.

Analisando minuciosamente a rubrica "Produtos Manufaturados" no quadro da importação, teremos a prova do progresso de nossa diversificação econômica, revelada pelas cifras concernentes ao número e variedade de máquinas, instrumentos e matérias-primas industrializadas que se têm destinado a ulterior processo de transformação em nosso parque mecânico-fabril já bastante especializado.

Embora o preço médio unitário dos produtos exportados seja inferior ao de alguns dos últimos anos, o surto de exportação, em 1948, representa auspicioso indicio de recuperação da economia brasileira.

Convém assinalar que, para a baixa de preço da tonelada exportada, concorreram não só a queda inevitável dos preços de certas matérias-primas, mas também o aumento impressionante dos embarques de minério de ferro.

Embora tenhamos ainda árduas dificuldades a superar, encaramos o futuro com sadio otimismo, certos de que prosseguirá, em 1949, a recuperação econômica do País.

Restabelecida a ordem financeira pelo equilíbrio orçamentário e perseverando-se na política de saneamento da moeda, ficará assegurado o clima propício ao desenvolvimento econômico da Nação e o consequente bem estar coletivo, que constituem a suprema finalidade de todo Governo consciente.

1 — A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL NO ANO DE 1949

1. PRODUÇÃO

Apesar de não termos debruçado os problemas de reconversão da economia de guerra para a de paz, tal como se apresentaram aos países diretamente atingidos pela Hecatombe Mundial, o choque sofrido por nossa estrutura econômica foi de tal sorte violento que, a bem dizer, somente no ano findo começaram a surgir os sintomas de reajustamento das forças produtivas, na aceitação de uma tendência ao equilíbrio entre os diversos setores da atividade econômica.

E' que, para ocorrer às necessidades das Nações Unidas e às nossas próprias, fomos forçados a deslocar braços e capitais da agricultura para as indústrias extrativas mineral e vegetal, bem como para certos ramos da indústria manufatureira. Essas transferências bruscas e, de certo modo, maciças de fatores de produção, somadas aos custos elevados — que, via de regra, acompanhavam, em tais ocasiões, a substituição, pelas nacionais, da matéria-prima e da manufatura importada — foram as causas remotas dos distúrbios financeiros, que outros fenômenos viriam, sobretudo, agravar.

Os óbices à nossa recuperação econômica podem,

ainda, ser constatados pelo fato de que, dependentes como somos do mercado mundial de produtos primários, ela não poderia antecipar-se às das nações envolvidas no conflito. Por isso é que a normalização da economia europeia está coincidindo com a nossa, malgrado os embaraços oriundos do balanço de pagamentos, que, aliás, afligem, praticamente, todas as nações.

Melhor do que comentários, o quadro seguinte exprime a vitalidade da economia brasileira, após oito anos de grandes sacrifícios, durante os quais ficamos privados, quase totalmente, de alguns produtos essenciais oriundos do balanço de pagamentos, que, aliás, res de nossa produção rural, fechados pela guerra marítima.

PRODUÇÃO BRASILEIRA Alguns itens (1.000 t)

Produtos	1939	1942	1945	1946	1947	1948
Carvão	1.047	1.775	2.073	1.897	1.996	2.013
Cimento	698	753	774	826	914	1.112
Ferro gusa	160	214	260	371	481	532
Ferro laminado	101	155	166	230	316	387
Aço	114	160	206	348	387	481
Café	1.157	830	835	920	903	1.134
Arroz	1.485	1.881	2.147	2.759	2.598	2.790
Algodão em pluma	429	377	378	378	346	240
Milho	5.459	5.276	4.847	5.721	5.503	5.800
Oleos vegetais	101	116	152	127	126	128
Felício	786	838	1.002	1.076	1.046	1.042
Banha	85	50	62	57	63	45
Fumo	96	93	113	119	102	122
Mandioca	7.231	7.916	11.415	11.556	10.947	10.508
Caná de açúcar	19.869	21.574	25.179	28.300	28.444	28.200
Açúcar	1.123	1.234	1.265	1.457	1.377	1.400
Cacáu	135	109	120	129	119	122
Trigo	101	217	233	213	267	350

(*) Dados sujeitos a retificação.

Os dados acima mostram que a produção global do País vem crescendo em ritmo razoável, não obstante as quedas — inevitáveis, por certo, e sem caráter de permanência — no volume de alguns produtos isolados. Se ponderarmos que, para o presente ano, se prevê

CONSUMO APARENTE (*) 1.000 TONELADAS

PRODUTOS	1946			1947			1948		
	Produção	Impor- tação	Consumo aparente	Produção	Impor- tação	Consumo aparente	Produção	Impor- tação	Consumo aparente
Carvão	1.897	1.037	2.934	1.993	1.531	3.527	2.013	1.060	3.073
Cimento	826	351	1.177	914	347	1.261	1.112	361	1.473
Ferro e aço (1)	230	170	400	316	172	498	387	46	433
Papel	156	74	230	171	86	257	(2) 160	64	244

(*) A exportação não foi deduzida, em virtude de ser nula ou insignificante.

(1) Laminados.

(2) Estimativas.

Outro elemento de grande significado na análise da normalização de nosso organismo econômico — no sentido de tendência a uma expansão equilibrada — é o concernente à importação de veículo e embarcações, a cujas escassês tem sido atribuída grande parte dos entraves à recuperação econômica, principalmente no que respeita ao escoamento da produção agrícola para os grandes centros de consumo e distribuição.

IMPORTAÇÕES

UNIDADES	1946	1947	1948
Veículos e Máquinas			
Vagões para estrada de ferro	2.422	2.797	197
Locomotivas	136	194	131
Caminhões, ônibus e semelhantes	2.651	11.313	13.333
Chassis para caminhões, ônibus e semelhantes	16.117	25.722	22.811
Embarcações	17	105	53

CLASSES	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
Animais vivos	18	3	7	55	45	36
Matérias primas	7.583	8.259	7.985	3.424	4.961	4.891
Gêneros alimentícios	9.284	11.287	12.993	2.494	4.072	3.900
Manufaturas	1.345	1.630	712	7.056	13.711	12.158
Total	18.230	21.179	21.697	13.029	22.789	20.965

b) Valor (Cr\$ 1.000.000)

c) Preço médio por Tonelada (Cruzeiros)

uma colheita de algodão superior em 50% à de 1948, estimando-se, ainda, a safra do café na mesma quantidade da passada — e isso apesar dos estragos causados pela broca —, chegaremos à conclusão de que o ano findo marca o início do reajustamento da economia nacional, no sentido de um fortalecimento de sua base econômica agrícola, sobre a qual terá que se apoiar, ainda por muito tempo, a indústria manufatureira, cuja expansão durante estes últimos anos é um dos fatos auspiciosos de nossa vida econômica.

Na série abaixo apresentada destacam-se os índices da produção industrial do Brasil:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL ÍNDICES Janeiro/Setembro de 1948

PAÍSES	Período	Ferro e Aço		Produção Industrial Total
		Básico	Aço	
EUROPA				
Bélgica	1938	163	115	
Tchecoslováquia	1937	107	93	
Frância	1938	116	106	
Alemanha (Zonas francesa, inglesa e americana)	1938	28	61	
Itália	1938	82	79	
Holanda	1938	...	104	
Noruega	1938	...	129	
Polônia	1938	121	129	
Suécia	1938	120	142	
Inglaterra	1938	126	117	
AMÉRICA DO NORTE				
Canadá	1935/39	218	180	
Estados Unidos	1935/39	201	191	
OUTROS PAÍSES				
Brasil	1937	651	513	
Japão	1930/34	51	50	
México	1939	358	124	
União Sul-Africana	1937	232	128	

Fonte: — Major Economic Changes in 1948 — United Nations.

Se bem que as cifras referentes à produção sejam por si sós, suficientes para ajuizar da nossa recuperação econômica, os dados relativos ao consumo aparente são ainda mais expressivos. Ei-los para alguns produtos básicos:

2 — COMÉRCIO EXTERIOR

Grupado por classes, eis como se tem apresentado o nosso intercâmbio mundial, nos últimos três anos:

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO POR CLASSES

a) Volume físico (1.000 toneladas)

CLASSES	Exportação			Importação		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
Animais vivos	2	0	0	12	7	3
Matérias primas	1.596	1.785	2.304	3.567	4.935	4.923
Gêneros alimentícios	2.026	1.951	2.320	670	1.030	933
Manufaturas	39	45	34	812	1.189	940
Total	3.663	3.781	4.658	5.061	7.161	6.799

IMPORTAÇÃO

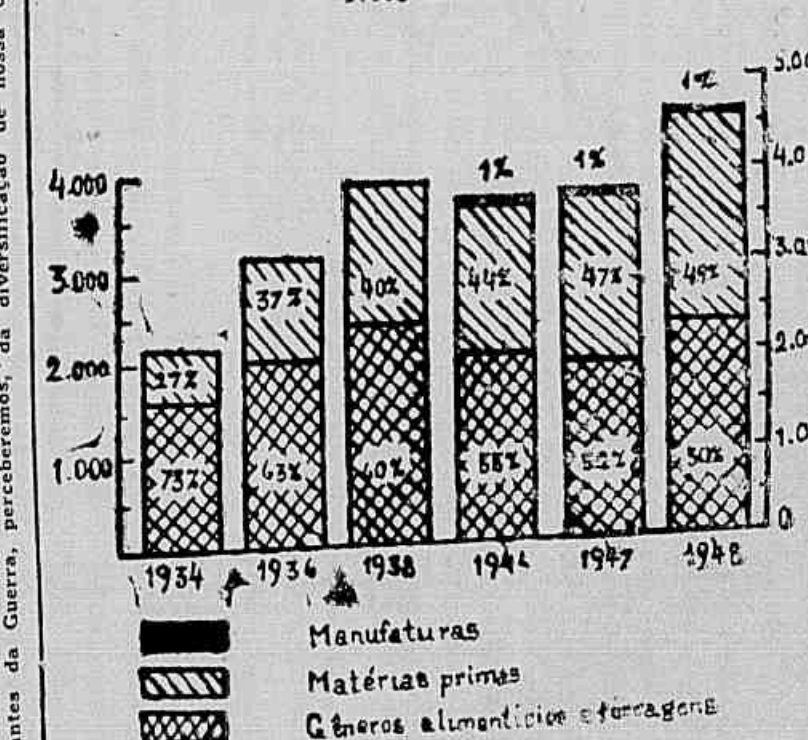
TONELAGEM

Percentuais sobre o total

CLASSES	1934	1936	1938	1946	1947	1948
Matérias primas	27	37	40	44	47	49
Gêneros alimentícios	73	63	60	55	52	50
Manufaturas	0	0	0	1	1	1
Total	100	100	100	100	100	100

EXPORTAÇÃO

1.000 toneladas



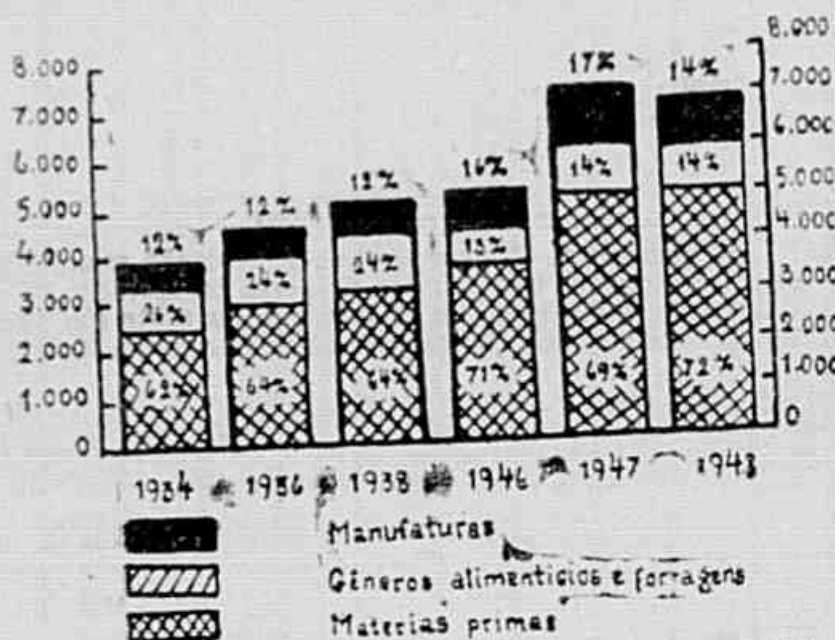
EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS BRASILEIRAS
Cr\$ 1.000

Anos	Tecidos de algodão	Outras manufaturas	Total de manufaturas	Total geral de exportação	% de manufaturas sobre o total geral
1939	29.387	18.167	47.554	5.613.319	0,85
1940	67.904	61.898	129.802	4.960.538	2,62
1941	208.649	160.442	369.091	6.725.648	5,49
1942	297.285	321.389	618.674	7.499.556	8,25
1943	1.104.246	613.594	1.717.840	8.728.569	19,58
1944	1.046.193	531.602	1.577.795	10.726.509	14,69
1945	1.316.762	824.561	2.141.323	12.197.510	17,56
1946	703.021	641.821	1.344.842	18.229.532	7,38
1947	1.252.587	377.675	1.630.262	21.179.413	7,70
1948	480.069	212.469	692.538	21.696.874	3,28

Nas importações se vai refletindo a evolução da nossa economia, com o aparecimento das traças de uma estrutura agro-industrial que, auspiciosamente, começam a apagar os velhos sulcos de uma economia colonial. O aumento da importação de matérias primas, nos últimos anos, reforça essa conclusão.

IMPORTAÇÃO
TONELAGEM
Porcentuais sobre o total

Grupos	1934	1936	1938	1946	1947	1948
Matérias primas	62	64	64	71	69	72
Gêneros alimentícios	26	24	24	13	14	14
Manufaturas	12	12	12	16	17	14
Total	100	100	100	100	100	100

IMPORTAÇÃO
1.000 Toneladas

O confronto entre a tonelagem e o valor da manufatura importada deixa ver claramente que se trata de uma variedade de artigos de alta qualidade, na qual se inclui elevada parcela de bens duráveis de produção — máquinas, instrumentos, etc. — e materiais semi-manufaturados, destinados a ulterior transformação em nosso parque mecânico-fabril, já aprofundadamente desenvolvido.

Para garantir o suprimento normal desses bens essenciais à nossa economia — nesta fase de consolidação de sua estrutura agro-industrial — é que o Controle Cambial, através do regime de licen-

ça-prévia de importação, instituiu graus de prioridade de obtenção de divisas em consonância com o papel desempenhado pelo produto ou artigo importado, no conjunto da economia nacional.

Nem outro poderia ser o critério de distribuição de câmbio, de vez que a fonte quase única de nossos recursos no exterior é representada pelas exportações, cujo valor, em 1947, mostrava-se insuficiente para fazer face às importações, que cresciam desmesuradamente, de mês a mês.

Felizmente, o saldo do balanço mercantil, no ano findo, voltou a ser favorável ao Brasil. Ainda que esse saldo tenha sido pequeno (712.000 cruzeiros), o fato não deixa de revelar a vitalidade de nosso comércio exterior, cuja participação no intercâmbio mundial passou de 1,4% em 1938 a 2,4% em 1947.

Para garantir o suprimento normal a maior parcela, o café, cujas exportações, em 1948, alcançaram 17.492 mil sacos, na importância de 9.019 milhões de cruzeiros. Esta cifra representa o máximo atingido nos últimos 18 anos, conforme se verifica do quadro abaixo:

tanto depende a economia brasileira, a despeito do avanço no caminho da policultura e da industrialização — se vai restabelecendo da crise que vinha sofrendo. É que o consumo ascendente desse produto nos Estados Unidos, e em quase todos os países da Europa com que

temos estreitas relações comerciais, deixa entrever a possibilidade de um apreciável acréscimo da quota brasileira no abastecimento mundial. Para isso seria altamente aconselhável um esforço mais amplo no sentido de fazer com que nosso café possa corresponder às exigências do paladar de alguns

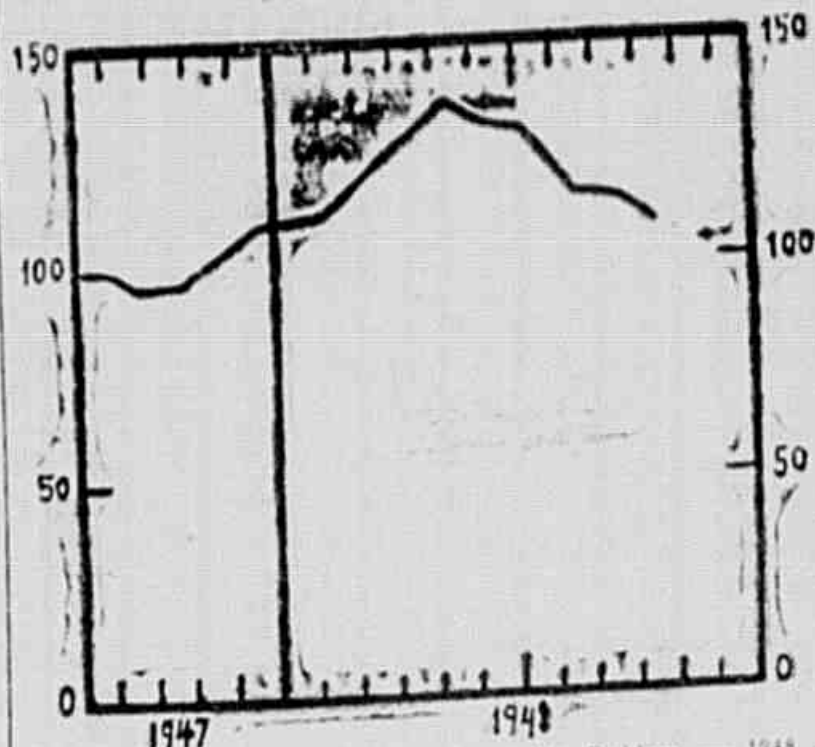
grandes consumidores, principalmente os Estados Unidos. Nunca será demais repetir que devemos caminhar para o objetivo de expandir a produção de cafés finos, cujos mercados são praticamente garantidos.

O produto de exportação que se segue ao café, em importância, é o algodão, com 259 mil toneladas, no valor de 3.385 milhões. As séries seguintes são expressivas da posição da malvece brasileira nos mercados internacionais:

Anos	Toneladas	Cr\$ 1.000	Preço médio da tonelada Cr\$ 1.000
1934	107.640	667.941	6,205
1935	164.456	1.049.058	6,379
1936	352.732	2.937.584	8,328
1937	285.473	3.076.205	10,776
1938	258.701	3.384.997	13,084

COTAÇÕES DO ALGODÃO

Índice composto dos preços médios mensais em alguns mercados
(Média 1946/1947 = 100)



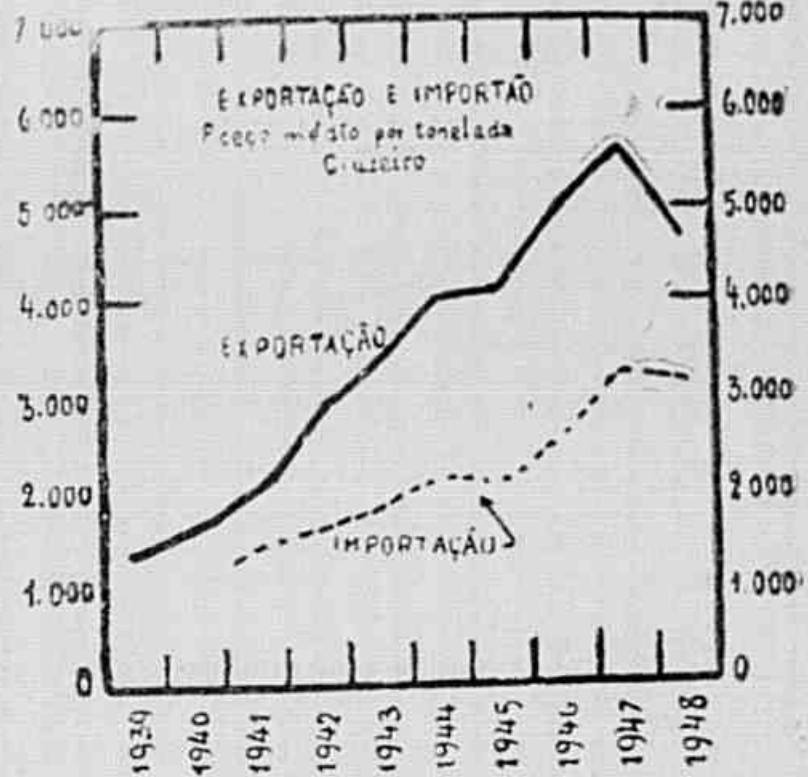
Fonte: Review of International Commodity Problems — 1948 — United Nations.

Esses dois produtos — café e algodão — representam 57% do valor geral das exportações do ano passado. Os outros itens, principalmente gêneros alimentícios, começaram, se bem que muito distantes daqueles dois, para que o valor da exportação no ano findo alcançasse o máximo até hoje registrado em moeda nacional.

O valor unitário, em cruzeiros, apresenta-se como segue:

CLASSES	1934	1936	1938	1946	1947	1948
Animais vivos	1.096	3.231	1.963	9.415	23.504	22.175
Matérias primas	1.484	1.599	1.232	4.752	4.627	3.465
Gêneros alimentícios	1.619	1.560	1.316	4.582	5.785	5.601
Manufaturas	1.461	1.759	1.502	34.147	35.848	21.007
Total	1.583	1.575	1.295	4.927	5.601	4.658

PREÇO MÉDIO POR TONELADA
Em Cruzeiros



Cumpre advertir que, para a diminuição do preço da tonelada exportada em 1948, contribuíram a queda dos preços de certas matérias-primas e o aumento impressionante dos embarques de minério de ferro, que passaram de 197 mil toneladas, em 1947, a 600 mil no ano passado. Produto primário de baixo valor, é evidente que sua quantidade havia de influir, fortemente, para o declínio do valor unitário da exportação, em seu conjunto.

Compensando a baixa das cotações de um certo número de matérias-primas, os preços e a procura de café, algodão, cacau e arroz, por exemplo, levam-nos a admitir que os valores das exportações deste ano e, possivelmente, dos imediatos, deverão ser aproximadamente os mesmos de 1948, talvez, algo mais elevados.

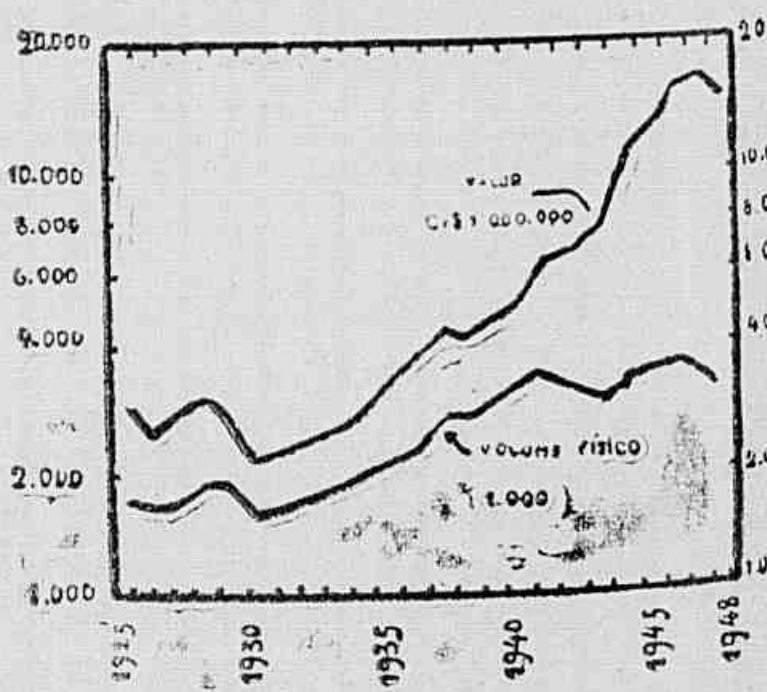
Para o decréscimo do preço unitário da importação, no ano de 1948, em comparação com o anterior, o valor predominante foi a ligeira diferença verificada no valor unitário das matérias-primas.

As relações de troca (Terms of Trade) do Brasil, em 1948, permaneceram, praticamente, iguais às do ano de 1947, isto é, podem ser representadas pelo índice 110, tomando-se como base o ano de 1945.

3 — COMÉRCIO INTERNO

Inda que no Brasil, bem como nos países de estrutura semelhante, o comércio internacional continue a exercer função econômica importante, desempenhando o papel de investimento externo nos países supercapitalizados, nossas permutas internas tendem a expandir-se, como se percebe do seguinte gráfico:

COMÉRCIO DE CABOTAGEM



(*) Janeiro-Outubro.

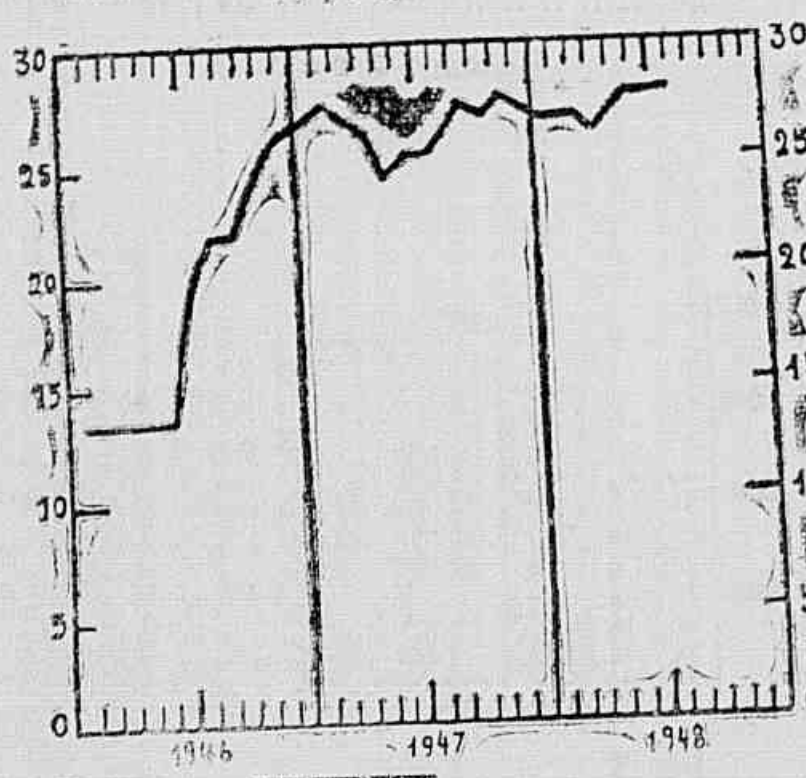
Não somente a tonelagem da carga transportada, nos últimos 20 anos, entre os portos brasileiros e a cabotagem e tendendo a uma definida integração político-econômica interna, mas também a

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ
1931 a 1948

Anos	Quantidade (sacos de 60 ks.)	Valor Cr\$ 1.000
1931	17.850.672	2.347.079
1932	11.935.244	1.823.948
1933	15.459.309	2.052.858
1934	14.146.879	2.114.512
1935	15.328.791	2.156.599
1936	14.185.506	2.231.472
1937	12.122.809	2.159.431
1938	17.112.524	2.296.110
1939	16.498.525	2.834.280
1940	12.045.715	1.589.245
1941	11.052.484	2.017.116
1942	7.280.028	1.965.809
1943	10.111.817	2.802.734
1944	13.555.484	3.879.345
1945	14.172.003	4.260.340
1946	15.504.581	6.441.465
1947	14.830.064	7.755.099
1948	17.492.324	9.018.564

CAFÉ

MÉDIA DA COTAÇÃO DO DISPONÍVEL
New York
TIPO 4 — SANTOS
Cents por libra



Fonte: Review of International Commodity Problems — 1948 — United Nations.

Apesar de, para a alta exportação de café em 1948, ter concorrido um certo volume de estoques retidos, é lícito concluir que, pouco a pouco, o nosso grande produto de exportação — do qual ainda

COMERCIO DE CABOTAGEM

Janeiro — Outubro de 1948

Produtos e grupos de	1945	1946	1947	1948
Produtos				Jan. a out.
Açúcar	414.947	432.213	361.681	326.963
Algodão em rama ..	40.907	67.166	55.827	65.930
Arroz	119.134	134.510	135.406	175.091
Banha de porco ..	31.040	27.119	28.351	26.822
Bebidas	68.999	70.580	63.692	48.709
Borracha	15.670	24.187	28.635	22.977
Calê	36.533	59.831	46.463	28.832
Carne seca	51.511	58.649	62.936	50.973
Carvão de pedra ..	509.740	429.829	472.580	504.836
Cimento	62.028	35.050	27.715	41.462
Farinha de trigo ..	101.308	12.163	40.517	45.563
Frutos oleaginosos ..	26.037	38.674	34.315	37.800
Gasolina	75.466	102.956	120.523	138.456
Lã em bruto	8.490	11.554	6.929	7.332
Madeiras	331.814	388.885	326.600	271.404
Manufaturas de ferro e aço	65.083	69.711	74.765	104.945
Manufaturas de louça e vidro	28.159	30.492	36.167	25.289
Óleos vegetais	12.063	14.443	10.822	12.161
Papel	42.791	41.823	41.470	33.705
Pele e couros	19.741	18.500	11.634	11.710
Produtos químicos e farmacêuticos	45.649	46.383	37.408	30.295
Sal para uso industrial ..	328.373	413.397	426.947	433.168
Tecidos de algodão ..	33.221	36.067	26.350	30.420
Outros produtos	864.970	958.831	876.005	760.954
Total	3.331.874	3.523.215	3.353.738	3.235.821

Norte, Centro e Sul vão, atra- turas merecem especial destaque- vés da troca de seus produtos tí- picos, contribuindo para a forma- ção de um grande mercado, con- dição precípua de uma industria- lização de maior envergadura.

Apesar de os produtos primá- rios concorrerem com tonelagem mais importante, como, aliás, era de esperar, em valor as manufa- turas merecem especial destaque.

Vamos, assim, ampliando a pro- cura de nossa produção fabril, que deve encontrar, dentro das fron- teiras, o seu principal consumi- dor.

Eis os quadros do comércio in- terregional, por via marítima, nos primeiros dez meses do ano findo:

COMERCIO DE CABOTAGEM

Janeiro — Outubro

Cr\$ 1.000.000

REGIÕES	Exportação		Importação	
	1947	1948	1947	1948
Norte	891	994	1.127	1.088
Nordeste	2.648	3.108	2.792	3.562
Leste	4.033	4.820	4.585	5.285
Sul	5.269	6.063	4.356	4.958
Centro-Oeste	—	—	1	2
Total	12.861	14.895	12.861	14.895

As emissões originárias de re- quisitos da Carteira de Redesc- ontos ao Ministério da Fazenda, de acordo com sua finalidade es- pecífica, foram feitas em fins de 1948 e repousam em títulos co- merciais de alta liquidez, a prazo curto, levados a redescontos pelo Banco do Brasil e outros bancos, para atender a necessidades de tes- ouraria. Tais necessidades, sem- pre mais amplias nos últimos me- ses do ano, foram acentuadas, no exercício, pelas retiradas maiores do governo Federal, decorrentes do aumento de vencimentos dos fun- cionários públicos civis e militares, e pelas exigências de crédito da produção em crescimento.

A devolução das quantias re- quisitadas deverá ser processada, paulatinamente, na proporção do resgate dos títulos levados ao re- desconto (*).

E' de justiça consignar que o Banco do Brasil, durante o ano de 1948, deixou, muitas vezes, de lan- çar mão do recurso legal do redesc- onto e, ao contrário, fez vários adiantamentos à Carteira respec- tiva, conforme atestam seus balan- ces mensais.

RESPONSABILIDADE

	1947	1948	Varição
Tesouro Nacional	19.216	19.165	— 51
Carteira de Redescontos ..	619	1.350	+ 731
Caixa de Mobilização Bancária ..	560	1.178	+ 618
Caixa de Estabilização	4	3	— 1
Total	20.399	21.696	+ 1.297

Ainda neste capítulo, cabe assi- nalar a fixação da paridade do cru- zeiro, em 14 de Julho de 1948, nos termos do artigo XX, Secção 4 (b) da Convenção do Fundo Mo- netário Internacional, ratificada pe- lo Decreto n.º 21.177, de 27 de Maio de 1946. Essa paridade foi estabelecida na base de Cr\$ 18,50 por dólar americano, equivalente a

0,0480363 gramas de ouro fino por cruzeiro (US\$ 0,0540541 por cru- zeiro), ou, ainda, Cr\$ 647,50 por onça troy de ouro fino.

O Federal Reserve Bank of New York, cumprindo instruções do Go- verno Brasileiro, transferiu para o Fundo Monetário Internacional 2.700 barras de ouro, contendo

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS

	Toneladas	Cr\$ 1.000
Tecidos de algodão	39.420	1.693.756
Açúcar	326.963	827.126
Carne seca ou charque ..	50.977	490.754
Borracha	22.977	463.595
Algodão em rama	65.930	766.592
Banha de porco	26.822	434.058
Produtos farmacêuticos ..	8.562	344.470
Gasolina	138.456	418.657
Arroz	175.091	567.862
Máquinas agrícolas	16.628	526.323
Pinho	146.147	166.956
Pele e couros	11.710	283.923
Fumo em folhas	18.723	166.265
Calê em grão	28.832	150.875
Farinha de trigo	45.563	234.088
Outros produtos	2.120.000	7.344.362
Total	3.235.821	14.895.682

Embora os números supra sejam suficientes para ilustrar a expan- são do âmbito interno de trocas, cumpre considerar que o comércio de cabotagem — por muito ex-

pressivo que seja na vida do País — tem representado cerca de me- tade do intercâmbio efetuado por vias interiores, conforme se pôde verificar da seguinte estimativa:

COMERCIO POR VIAS INTERNAS

ANOS	1.000 toneladas	Cr\$ 1.000.000
1942	5.237	10.861
1943	6.752	17.784
1944	6.918	20.582
1945	6.671	22.169
1946	6.587	26.305
1947	7.022	24.758

Se levarmos em conta que os dados anteriores devem estar aquém da realidade, devido à na-

tural dificuldade do registro es- tatístico de todos os transportes por vias internas, chega-se à con-

lusão de que o intercâmbio, den- tro das fronteiras, deve ter gira- do em torno de cifras bastante su- periores às que figuram nos qua- dros oficiais publicados.

Todavia, nunca se deve perder de vista que o comércio exterior é fator ponderável na intensidade das trocas internas.

4 — MOEDA E CRÉDITO

a) MEIO CIRCULANTE

As estatísticas do papel-moeda em circulação acusam, sobre 1947, um acréscimo de 1.208 milhões de cruzeiros, como se evidencia no

quadro abaixo, onde vemos, resu- mido, o movimento das emissões e dos resgates verificados em 1948:

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ 1.000	
	Emissão	Resgate
Caixa de Estabilização — Pela substituição de cédulas desta ex- tinta Caixa — Decreto n.º 29.621, de 7 de Novembro de 1943 ..	826	826
Carteira de Redescontos — Lei nu- mero 449, de 14 de Junho de 1937, Decreto-lei n.º 4.792, de 5 de Outubro de 1942, e Decreto- lei numero 7.293, de 2 de Feve- reiro de 1945: — Para suprimento à Carteira .. — Por devolução da Carteira ..	1.350.000	618.900
Caixa de Mobilização Bancária — De acordo com o Decreto n.º 21.499, de 9 de Junho de 1932 ..	618.900	—
Moeda Divisionária — Posta em circulação mediante recolhimen- to de quantia correspondente em papel-moeda ..	—	52.037
Diversas — Descontos sobre notas recolhidas ..	—	348
Aumento do papel-moeda em cir- culação ..	1.969.726	672.111
Total ..	1.969.726	1.297.615

O quadro a seguir evidencia a evolução semestral dos meios de pagamento, no último decênio:

(*) A pequena diferença entre os 25% exatos (37,5 milhões de dó- lares) e o ouro efetivamente en- tregue se refere ao pagamento fei- to pelo Brasil no momento da as- sinatura da Convenção.

MEIOS DE PAGAMENTO

Cr\$ 10000,00

Datas	a Moeda em circulação (*)	b Encaixe nos Bancos	c Moeda em poder do público (a-b)	d Dep. à vista (menos bancá- rios)	e Total dos meios de pagamento (c+d)	f Relação de e/a
1939						
30 Junho	4.803	1.178	3.625	7.080	10.705	2,23
31 Dezembro	4.971	1.117	3.854	7.380	11.234	2,26
1940						
30 Junho	5.053	1.180	3.873	7.326	11.199	2,22
31 Dezembro	5.183	1.090	4.093	7.474	11.569	2,23
1941						
30 Junho	5.588	1.243	4.345	8.390	12.735	2,28
31 Dezembro	6.647	1.337	5.310	9.713	15.023	2,26
1942						
30 Junho	7.792	1.476	6.316	10.674	16.990	2,18
31 Dezembro	8.238	2.108	6.130	12.595	18.725	2,27
1943						
30 Junho	9.342	2.137	7.205	15.503	22.708	2,43
31 Dezembro	10.981	2.459	8.542	19.895	28.437	2,60
1944						
30 Junho	13.336	3.038	10.298	22.399	32.697	2,45
31 Dezembro	14.462	2.800	11.662	24.047	35.709	2,47
1945						
30 Junho	15.438	3.265	12.173	26.831	39.004	2,53
31 Dezembro	17.535	3.214	14.321	27.169	41.490	2,36
1946						
30 Junho	18.552	3.359	15.193	29.430	44.623	2,41
31 Dezembro	20.494	3.674	16.820	29.837	46.657	2,28
1947						
30 Junho	20.349	3.552	16.797	33.969	50.766	2,49
31 Dezembro	20.399	3.517	16.882	33.256	50.138	2,46
1948						
30 Junho	20.378	3.667	16.711	34.779	51.490	2,53
31 Dezembro	3.962	3.963	17.734	36.186	53.920	2,49

(*) Não inclui moeda divisionária.

c) RESERVAS-OURO

As reservas-ouro do Tesouro Na- cional, depositadas no Banco do Brasil e no exterior, cifravam-se em 281.605.577 gramas de ouro fino, no valor de Cr\$ 6.403.685.462,00 em 31 de Dezem- bro de 1948.

Registrou-se, em relação ao exer- cício anterior, uma diminuição de 33.275.248 gramas (Cr\$ 692.710.973,00) para a qual con- correu a transferência de 33.311.871 gramas, corresponden- tes a Cr\$ 693.473.205,00 para o Fundo Monetário Internacional, quota do Brasil naquele Organismo, conforme se acha explicado em item anterior.

Dessas reservas, acha-se grava- da a parcela de 54.409.007 gramas em garantia do saldo de US\$ 60.000.000 do Empréstimo de Estabilização, no montante de US\$ 80.000.000, obtido do Federal Reserve Bank em 1947.

As compras de ouro efetuadas no exercício limitaram-se a 36.664 gramas, no valor de Cr\$ 768.257, em virtude da vigência da Instru- ção n.º 4, de 5 de Junho de 1945, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que suspendeu, a título de provisoriedade, a obrigatoriedade da entrega do ouro de produção na- cional ao Banco do Brasil. Essa Instrução foi parcialmente modifi- cada pela de n.º 27, baixada em 4 de Dezembro de 1948, que obriga os mineradores e exploradores de ouro a venderem 20% da sua pro- dução ao Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil, a

preço correspondente à paridade da cruzeiro. Os restantes 80% fi- carão livres para a venda no mer- cado.

Continua permitida, sob regime de licença prévia, a importação de ouro de liga especial destinado a trabalhos dentários, estando, tem- porariamente, revogado o controle da Fiscalização Bancária sobre as transações internas de compra e venda de ouro.

O preço oficial, baseado na pa- ridade do cruzeiro (Instrução n.º 21, de 18 de Outubro de 1946, da Superintendência da Moeda e do Crédito), é de Cr\$ 20,8176 por gra- ma de ouro fino.

d) POLITICA DE CRÉDITO

Ante a impossibilidade de serem atendidos, de modo imediato, os pedidos de cambio para pagamen- to de importações, foram revoga- dos os dispositivos do Decreto n.º 24.038, de 26 de Março de 1934, que determina o depósito prévio do equivalente em cruzei- ros, em nome do cedente ou credor, no exterior, para efei- to de oportuno fechamento de cam- bio, dentro do regime estabelecido para distribuição de coberturas na Instrução n.º 25, de 3 de Junho de 1947, da Superintendência da Moeda e do Crédito. Em Setembro de 1948, a Superintendência deliberou que tais depósitos deverão ser transferidos diariamente ao Banco do Brasil, pelos bancos deposita- rios, onde permanecerão, a ordem da mesma, até o fechamento do cambio respectivo.

Em face desse novo dispositivo,

passaram a ser de três espécies os recolhimentos obrigatórios ao Ban- co do Brasil, como depositário da Superintendência da Moeda e do

Crédito, cujos totais apresenta- mos, em milhões de cruzeiros, com suas variações em relação ao exer- cício anterior:

Depósitos	31-12-47	31-12-48	Varição
Bancários (artigo 4.º do Decreto- lei n.º 7.293, de 2-2-1945) ..	808	828	+ 20
Compulsórios (letra c do artigo 14 do Decreto-lei n.º 9.159, de 16-4-1946) ..	688	845	+ 157
Obrigatórios (Decreto, n.º 24.038, de 26-3-1934) ..	—	1.332	+ 1.332
Total ..	1.496	3.005	+ 1.509

Esses depósitos permitiram a execução ao deliberado em reunião ministerial efetuada em meados de 1948, permitiu a redução da taxa de desconto para 5% exclusiva- mente para os títulos representa- tivos de transações reais de pro- dução ou de circulação de bens produzidos.

O Banco do Brasil, coerente com a orientação oficial de facilitar o crédito às atividades econômicas — de que a referida redução de taxa de desconto é um indicí- cio claro — resolveu elevar de 40% em todas as suas Agências, os li- mites das operações processadas pela Carteira de Crédito Geral.

O tópico seguinte, referente ao movimento bancário, completa as considerações acima.

e) MOVIMENTO BANCÁRIO

Foi intensa a atividade bancária em 1948, fato que atribuímos à po- lítica de crédito adotada pelo Go- verno, visando à normalização do mercado monetário.

O número de estabelecimentos de crédito apresentou um acréscimo de 154 unidades, em relação ao exercício anterior, elevando-se a 3.115, assim classificados:		
Sédes: Bancos	227	424
Casas bancárias	197	
Filiais: Bancos nacionais	1.814	
Bancos estrangeiros	41	
Casas bancárias	19	
Escritórios bancários	493	2.367
Cooperativas		324
Total		3.115

Enquanto baixava o número de pequenos estabelecimentos aparecidos no período inflacionário, os bancos solidamente assentados abriam filiais e escritórios pelo interior, em louvável obra de disseminação do crédito. No decorrer de 1948, 3 filiais de grandes bancos estrangeiros iniciaram operações no País.

O Capital empregado nas atividades bancárias apresentou majoração de 550 milhões de cruzeiros (+ 13%), tendo passado de 4.193 milhões para 4.743 milhões de cruzeiros.

A expansão dos empréstimos, traduzida na cifra de 4.770 milhões de cruzeiros, torna-se mais significativa pela circunstância de corresponder aos reclamos do desenvolvimento econômico nacional. De 46.539 milhões, em fins de 1947, elevou-se a 51.309 milhões de cruzeiros, em Dezembro de 1948. Reflete essa expansão um período de

grande crescimento das atividades bancárias, para o qual concorreu a atuação da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária, supervisionadas, ambas, pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

Os depósitos, tanto de natureza comercial quanto popular, apresentam satisfatória progressão. Na sua totalidade o aumento foi de 5.409 milhões de cruzeiros (10%), tendo evoluído de 51.809 milhões para 57.218 milhões de cruzeiros no decorrer do último exercício.

MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

As operações sobre valores mobiliários permaneceram pouco ativas no ano de 1948, com exceção dos títulos estaduais, que se mostraram em ascensão, conforme se observa no quadro abaixo, referente às bolsas de maior movimento:

TÍTULOS	Cr\$ 1.000.000	VARIACÃO		
	1947	1948	Absoluta	%
PUBLICOS	948	1.217	+ 269	28
Federais	586	406	- 180	31
Estaduais	312	775	+ 463	148
Municipais	50	36	- 14	28
PRIVADOS	676	667	- 9	1
Total	1.624	1.884	+ 260	16

Refletindo a situação geral, damos, a seguir, o movimento das principais Bolsas de Valores do País:

BOLSAS	Cr\$ 1.000.000	VARIACÃO		
	1947	1948	Absoluta	%
RIO DE JANEIRO	816	627	- 189	23
SÃO PAULO	759	1.194	+ 435	57
PORTO ALEGRE	27	37	+ 10	37
RECIFE	16	16	-	7
SANTOS	6	10	+ 4	67
TOTAL	1.624	1.884	+ 260	16

Vemos que a Bolsa do Rio de Janeiro, em cujas transações os títulos estaduais, normalmente, representam modesta percentagem registou queda ponderável, ao passo que as dos Estados — influenciados por maiores negócios em valores dessa natureza — ofereceram relativa expansão, mais acentuada na de São Paulo, onde as transações sobre aqueles títulos atingiram 684 milhões de cruzeiros, ou seja 57% do seu movimento global.

5 — MERCADO CAMBIAL

O desequilíbrio monetário internacional, caracterizado pelo bloqueio de fundos e por restrições de várias ordens, impossibilitou a utilização dos saldos de exportação em libras, francos franceses, francos belgas e outras moedas na cobertura parcial de déficits com a área do dólar e das demais moedas fortes. Por isso, viu-se o Brasil forçado a adotar uma atitude que encerra um dualismo aparentemente paradoxal: por um lado era obrigado a contrair dívidas no exterior, a atrasar os pagamentos e a desfalar suas disponibilidades em dólares, para efetuar pagamentos essenciais nessa zona monetária, única ainda em condições de supri-lo de certos bens indispensáveis, enquanto, por outro lado, era compelido a assistir a acumulação crescente de saldos credores indisponíveis nas zonas de moeda fraca.

Ingressamos, assim, no exercício de 1948 com o mercado cambial seriamente afetado pela quase suspensão do comércio triangular que nos havia causado, em 1947, uma diminuição de 1.163 milhões de cruzeiros em divisas livres, já escassas, e um acréscimo de 705 milhões de cruzeiros em divisas bloqueadas, ou de utilização restrita, das quais já tínhamos elevada posição.

Ao iniciar-se o ano de 1948, dispunhamos de reservas no valor de 13.507 milhões de cruzeiros, dos quais 6.952 milhões em divisas e 6.555 milhões em ouro. Tais reservas nos teriam permitido fazer face ao déficit de 1947 e atender regularmente às necessidades do

mercado cambial em 1948, não fôra o desajuste monetário internacional provocado pela escassez mundial de dólares. As perturbações daí decorrentes generalizaram-se por quase todo o mundo, fundamentando a conclusão de que, enquanto perdurar o presente desequilíbrio monetário, poucos países poderão, sem graves riscos, instituir um regime de plena liberdade na movimentação de capitais e mercadorias.

Essa situação forçou o nosso Governo a prosseguir na política cambial adotada em 1947, cujas grandes linhas são as seguintes: seleção das importações e regulamentação dos pagamentos relativos a serviços comerciais e financeiros; drástica restrição dos serviços não comerciais e das remessas unilaterais. Paralelamente, procurou-se aplicar os saldos bloqueados em transações capazes de aliviar futuros encargos que viessem afetar nosso Balanço de Pagamentos.

Por outro lado, ao iniciar-se o exercício, ante a carência de divisas livres e a necessidade de distribuição equitativa de coberturas cambiais, foi elevada de 30% para 75% a quota de "repasso" obrigatória, ao Banco do Brasil, das compras de moedas arbitráveis, efetuadas pelos bancos autorizados a operar em câmbio (Instrução n.º 26, de 8 de Janeiro de 1948, da Superintendência da Moeda e do Crédito).

Prosseguiu, durante o ano de 1948, o regime de prioridade na concessão de câmbio, com observância do grau de preferência dos compromissos a satisfazer e da essencialidade das mercadorias, a importar, na ordem estabelecida pela Instrução n.º 25, de 3 de Junho de 1947, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Não obstante as dificuldades reinantes pôde o Brasil cumprir rigorosamente, graças aos controles estabelecidos, vultosos compromissos assumidos no exterior. Além dos serviços da Dívida Externa, foram pontualmente satisfeitos, durante o ano, obrigações contratuais decorrentes de empréstimos anteriormente concedidos por entidades estrangeiras à Companhia Side-

urgica Nacional, Lloyd Brasileiro, E. F. Sorocabana, E. F. Central de Brasil e Fábrica Nacional de Motores, todos garantidos pelo Banco do Brasil, por conta do Governo Federal. Foram, ainda, atendidos, na medida do possível, as remessas de rendas de inversões estrangeiras e os serviços de fretes, seguros, etc. A escassez de dólares e a impossibilidade de converter os saldos de exportação em divisas fracas, acumulados no exterior, não nos permitiram manter

em dia os pagamentos na área do dólar. Embora tenha havido uma redução de 553 milhões de cruzeiros nas disponibilidades em divisas do Banco do Brasil, à ordem do Tesouro Nacional, a posição cambial melhorou em virtude da diminuição do montante das libras bloqueadas, devido ao acôrdo de congelamento respectivo. Nas moedas convertíveis e compensadas houve acréscimos apreciáveis, como se constata no seguinte quadro:

MOEDAS		Banco do Brasil		Outros Bancos (*)		Total (*)	
		Milhares de unidades monetárias estrangeiras	Cr\$ 1.000	Milhares de unidades monetárias estrangeiras	Cr\$ 1.000	Milhares de unidades monetárias estrangeiras	Cr\$ 1.000
Convertíveis							
Dólares	62.778	1.154.005		6.502	116.039	69.280	1.270.044
Escudos	2.507	2.433		20.229	15.853	17.722	13.400
Francos suíços	258	1.040		58	145	316	1.185
Outras		2.614			343		2.957
Total		1.152.784			99.718		1.252.502
Compensadas							
Francos belgas	915.915	391.487		60.935	26.186	976.850	417.678
Francos franceses	4.208.804	334.761		28.706	1.710	4.737.510	336.471
Libras esterlinas	5.184	391.113		68	5.554	5.252	396.667
Coroas tchecas	619.958	232.112		5.890	2.101	625.848	234.213
Coroas suecas	16.437	85.650		696	4.586	15.741	81.064
Coroas dinamarquesas	9.065	35.366		338	1.307	9.404	36.673
Dólares e/Argentina	26.788	501.479		57	102	26.731	501.581
Outras		63.271			775		62.496
Total		2.035.239			31.599		2.066.838
Bloqueadas							
Libras esterlinas	38.383	2.906.802			254	38.383	2.906.802
Outras		23.423					23.677
Total		2.883.379			254		2.883.125
Total geral		6.071.402			131.063		6.202.465

(*) Dados provisórios.

Providência digna de realce foi a declaração do valor par do cruzeiro, feita ao Fundo Monetário Internacional, no cumprimento de obrigações assumidas na Conferência de Bretton Woods de que já tratamos no capítulo "Moeda e Crédito".

Convém salientar que a remessa da quota-ouro não redunda em definitiva diminuição de reservas. Ao contrário, importa praticamente em aumento, pela facilidade conferida ao Brasil de obter do Fundo divisas disponíveis, em parcelas anuais, até 5 vezes o valor da referida quota.

As dificuldades e os desequilíbrios do intercâmbio internacional obrigaram o Brasil a realizar vários acordos de pagamento. A série de atos concluídos, renovados ou modificados no decorrer do exercício findo, representa trabalho digno de especial referência, salientando-se o Acôrdo Anglo-Brasileiro, assinado em 21 de Maio, que solucionou o problema dos esterlinos "congelados" e regulou a utilização dos novos saldos oriundos de transações correntes. Esses "congelados", que totalizavam, em 1 de Janeiro de 1948, £ 53.864.308, estavam reduzidos, em 31 de Dezembro de 1948, a £ 38.383.080, tendo sido a diferença aplicada da seguinte forma:

— Compra de títulos da Dívida Externa Brasileira	£ 1.000
— Pagamento relativo à encampação da São Paulo Railway Co.	4.401
— Idem, de indenizações à Brazil Railway Co., por encampação de bens de sua propriedade	7.580
— Transferência para a conta disponível	2.000
	1.500

A 8 de Março de 1948, foi assinada a prorrogação, por dois anos, do Acôrdo de Pagamentos firmado com a França em 8 de Março de 1946. A prorrogação teve em mira regular a liquidação do saldo a favor do Brasil, restante do antigo acôrdo, que não previa forma específica de pagamento, e reduzir de 25 milhões para 15 milhões de dólares o crédito anteriormente concedido àquele país.

A 17 de Maio de 1948, venceu-se o Acôrdo com a Bélgica, vigente desde 1946, denunciado pelo Brasil em vista da rápida recuperação da economia belga e das dificuldades cambiais que ainda nos assolavam. O saldo a favor do Brasil, resultante do acôrdo, deverá ser liquidado em moeda de curso internacional, no prazo máximo de três anos.

Durante o exercício de 1948, registrou-se uma redução de 23% nos fundos retidos na Tchecoslováquia, com quem assinamos um Acôrdo em Outubro de 1946.

Em virtude da denúncia, pelo Brasil, e do vencimento de convênio vigente desde 1941, as transações entre nosso País e a Argentina foram reguladas em novo convênio, assinado a 21 de Outubro de 1948, o qual estabeleceu que, a partir de 16 de Novembro do mesmo ano, o intercâmbio das duas nações passaria a efetuar-se em cruzeiros. Elevava-se, em fins de 1948, a Cr\$ 356.220.318 o saldo credor do Brasil. Do convênio extinto subsistiu um saldo de cerca de US\$ 40.000.000, utilizável em pagamentos de importações de trigo, o qual, em 31 de Dezembro de 1948, estava reduzido a US\$ 26.787.807.

Tendo chegado a bom termo os entendimentos com o Banco Central do Chile, para regularização do crédito concedido pelo Brasil, cujo limite tinha sido ultrapassado, os pagamentos entre os dois países retomaram seu ritmo normal.

Relativamente ao Paraguai, dificuldades oriundas de desequilíbrios tendenciais no balanço de pagamentos com o Brasil têm impedido a satisfação de compromissos comerciais e financeiros assumidos para com o nosso País.

Regularizando o intercâmbio com a Dinamarca, o Banco do Brasil e o Denmarks National Bank, de Copenhague, ajustaram, em Setembro de 1948, a liquidação dos nossos créditos acumulados, mediante pagamento em libras. Foi também ajustada a abertura de uma conta, para registro das novas transações, pelo prazo de dois anos, a partir de 24 de Março de 1948, até o limite de 15 milhões de coroas, prevista a liquidação do excedente em dólares.

Prosseguiram normalmente em 1948 as operações regidas pelos demais acordos existentes.

6 — FINANÇAS PÚBLICAS

A reforma tributária brasileira, já delineada no exercício anterior, teve sua execução iniciada com a nova legislação do imposto de renda, a consolidação das leis do imposto de consumo, o reajustamento das tarifas aduaneiras e o restabelecimento do imposto sobre transferência de fundos para o exterior.

A nova lei do imposto de renda, de 25 de Novembro de 1947, apesar de aumentar várias taxas, favoreceu os contribuintes com a majoração dos abatimentos relativos aos encargos de família, além de outras vantagens, destacando-se a extinção do imposto

adicional de renda que se não mais justificava. Vigorando em todo o exercício, a nova lei permitiu uma arrecadação superior à previsão orçamentária, tanto em relação às pessoas físicas como às pessoas jurídicas. A supressão do imposto adicional de renda veio dar maior margem ao desenvolvimento do comércio e da indústria.

O imposto de 5% sobre as transferências de fundos para o exterior, que havia sido extinto, foi restabelecido pela Lei n.º 156, de 27 de Novembro de 1947, dele ficando isentas as remessas para atender serviços da dívida externa, pagamentos de combustíveis, lubrificantes, papel para imprensa importado com isenção de direitos aduaneiros, gêneros alimentícios de primeira necessidade, retorno de capitais estrangeiros aplicados no País, bem como remessas feitas pelas Missões Diplomáticas e Representações Consulares de países que dispensem tratamento recíproco. Sua arrecadação ficou a cargo do Banco do Brasil.

Os direitos alfandegários, tendo em vista o palatino desarmamento aduaneiro que sofremos em virtude do nosso sistema de tarifas baseado em valores fixos por unidade, tiveram de ser reajustados. A Lei n.º 313, de 30 de Julho de 1948, consubstanciou esse reajustamento e aprovou o Acôrdo Geral de Tarifas, concluído em Genebra em Outubro de 1947, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, visando estimular a expansão do comércio internacional por meio da redução das barreiras aduaneiras.

O imposto de consumo, ainda a maior parcela no valor de nossa renda tributária, sofreu aumento em suas taxas sobre fumo, bebidas, relógios, jóias e obras de ourives e semelhantes, passando a incidir também sobre os automóveis. Esta alteração foi objeto da Lei n.º 494, de 26 de Novembro de 1948.

Vai assim o Governo executando seu programa financeiro, cujos resultados se evidenciam pelo "superavit" alcançado na execução orçamentária do exercício de 1947, agora confirmados no exercício de 1948, se bem que com um saldo diminuído de Cr\$ 3.280.682. Esse saldo teria sido bem maior se não fossem os encargos consequentes da majoração dos vencimentos do funcionalismo da União. Por pequeno que seja, entretanto, demonstra uma técnica mais apurada da arrecadação da receita tributária, conseguida pela reforma já iniciada.

A execução orçamentária do exercício de 1948 apresentou uma receita de Cr\$ 15.698.971.246 e

uma despesa de Cr\$ 15.695.590.594, inclusive "Restos a Pagar".

A previsão orçamentária para 1949, consubstanciada na Lei n.º 537, de 14 de Dezembro de 1948, estima a receita em Cr\$ 18.228.650.000 e fixa a despesa em Cr\$ 19.370.015.769, apresentando, por conseguinte, um "déficit" previsto de Cr\$ 1.141.365.769, que o Governo espera reduzir ou eliminar no decorrer do exercício.

O provável excesso da arrecadação sobre a receita orçada, como resultante da severa política fiscal e como fenômeno decorrente do próprio crescimento das forças econômicas e, por outro lado, a redução das despesas ao mínimo indispensável, permitirão ao Governo prosseguir na execução do seu sadio programa financeiro.

Em 31 de Dezembro de 1948, a dívida externa da União elevava-se a £ 71.266.285 e US\$ 100.167.065, verificando-se um decréscimo de £ 1.393.748 e US\$ 6.478.040 em relação ao ano anterior.

A dívida externa nacional (União, Estados e Municípios) era representada, ao terminar o ano de 1948, por £ 98.537.650, US\$ 184.833.865 e Florins 6.428.100.

Os nossos compromissos para com a França, no montante de 229.185.000 francos-ouro e 519.566.587 francos-papel — sendo 272.908.462 de responsabilidade federal, 225.138.125 estadual e 21.520.000 municipal — foram objeto de "Acôrdo de Liquidação" entre os dois governos, por troca de notas datadas de 8 de Março de 1946, estando essas importâncias depositadas no Banco de França para resgate com os portadores dos títulos.

O empréstimo em florins, emitido pelo Estado de São Paulo em 1921, constitui matéria de estudos especiais tendentes à sua liquidação.

A dívida interna consolidada federal, em fins de 1948, estava representada pela quantia de 10.411 milhões de cruzeiros, registrando o pequeno acréscimo de 348 milhões em relação ao último dia de 1947.

II — AS ATIVIDADES DO BANCO NO ANO DE 1948

A — Síntese das Operações

1 — QUADRO GERAL

O confronto, que abaixo apresentamos, evidencia ter prosseguido, no último exercício, o ritmo ascendente do movimento do Banco, sendo de salientar que algumas das principais rubricas mostram

PRINCIPAIS RUBRICAS	SALDOS MEDIOS Cr\$ 1.000.000				Diferença 1948/1947	% de 1948 s/1947
	1946	1947	1948			
Recursos próprios	3.187	3.536	3.756	+ 220	6	
Total dos depósitos	12.635	18.266	19.402	+ 1.136	6	
Depósitos de entidades públicas ..	5.079	5.617	7.035	+ 1.418	26	
Total dos empréstimos	13.608	14.115	15.060	+ 945	7	
Empréstimos a bancos	549	520	1.322	+ 802	154	
Empréstimos a entidades públicas ..	4.771	4.472	3.920	- 552	12	
Empréstimos aos setores econômi- cos	8.488	9.123	9.818	+ 695	8	
Cobrança	825	976	1.167	+ 191	20	
Ordens de pagamento	1.456	1.419	1.563	+ 144	10	
Valores em custódia	12.610	14.057	14.400	+ 343	2	

A seguir, referimo-nos, sucinta-
mente embora, aos Recursos e Apli-
cações, destacando-lhes as varia-
ções e ocorrências mais signifi-
cativas.

a) RECURSOS

A média anual dos recursos ele-
vou-se a 28.529 milhões, corres-
pondente a 10%. Os recursos pró-
prios tiveram um aumento de 220

milhões de cruzeiros (6%), ao
mesmo tempo que os exigíveis re-
gistraram o acréscimo de 2.315 mi-
lhões (16%). Os depósitos au-
mentaram de 1.136 milhões de
cruzeiros, devido, quase exclusi-
vamente, aos de entidades públicas.
Os depósitos do público diminui-
ram. Essa diminuição pode ser ex-
plicada pelas taxas de juros mais
elevadas oferecidas por muitos ou-

tros estabelecimentos bancários aos
depositantes, taxas que o Banco
do Brasil se acha impossibilitado
de oferecer porque a sua taxa mé-
dia de empréstimos é das mais
baixas do País.

No resumo abaixo, alinhavamos os
dados relativos aos recursos do
Banco, condensados em classes e
grupos:

RECURSOS	SALDOS MEDIOS Cr\$ 1.000.000				VARIACOES	Absolutas	%
	1947	1948					
PROPRIOS	3.536	3.756	+ 220	6			
EXIGIVEIS							
Depósitos	18.266	19.402	+ 1.136	6			
Redescontos	497	171	- 326	58			
Bonus em circulação	76	76	—	—			
Outras exigibilidades	3.709	5.124	+ 1.415	38			
	22.458	24.773	+ 2.315	10			
TODOS OS RECURSOS	25.994	28.529	+ 2.535	10			

b) APLICAÇÕES

A expansão dos recursos veio
aplicações, conforme se pôde apre-
sentar compatível amplitude de
ciar no quadro a seguir:

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES	SALDOS MEDIOS Cr\$ 1.000.000				VARIACOES	Absolutas	%
	1947	1948					
DISPONIBILIDADES							
Caixa (*)	1.523	1.546	+ 23	12			
Disponibilidades liqui- das no exterior	8.204	8.961	+ 757	9			
	2.727	10.307	+ 580	6			
APLICAÇÕES							
Empréstimos	14.115	15.060	+ 945	7			
Títulos do Banco	344	441	+ 97	28			
Títulos de uso do Banco	199	222	+ 23	12			
Dutras aplicações	1.609	2.499	+ 890	55			
	16.267	18.222	+ 1.955	12			
TOTAL	25.994	28.529	+ 2.535	10			

(*) Moeda corrente, outras espé-
cies e reservas legais depositadas.

O decréscimo verificado no sal-
do médio de Caixa, mostra que o
Banco, preocupado em atender aos
reclamos da economia nacional em
seus múltiplos aspectos, tem uti-
lizado seus recursos até o máximo
possível.

Outra prova de que acabamos
de afirmar está no aumento de
945 milhões de cruzeiros no volu-
me dos empréstimos, relevando
notar que, dessa importância, 695
foram destinados às atividades
econômicas.

O movimento da Carteira de Cré-
dito Geral acusou sensível aumen-
to, devido, em grande parte, à ele-
vação do limite de operações das
agências.

A diminuição que se observa
nas cifras referentes às transa-
ções da Carteira de Crédito Agri-
cola e Industrial é motivada pela
liquidação de financiamentos, de

caráter comercial, ao algodão em
pluma — processados na Carteira
de agente do Governo Fede-
ral e realizados pelo Banco, na qua-
ral.

A leitura do relato das opera-
ções dessa Carteira revelará que,
apesar dos reajustamentos que se
vem efetuando no setor do crédi-
to à pecuária, os empréstimos
às atividades rurais alcançaram, no
ano findo, nível consideravelmente
alto.

Aliás, a esse respeito, é preciso
considerar que a Carteira de Cré-
dito Geral também opera em em-
préstimos à produção agrícola e
industrial.

Assim sendo, o volume de crédi-
to concedido à produção pode ser
avaliado somente à vista do qua-
dro relativo à decomposição dos
empréstimos por categorias, o qual
figura sob o tópico Empréstimos.

Com a ressalva acima é que de-
ve ser estudada a demonstração
que se segue:

EMPRÉSTIMOS ÀS ATIVIDADES ECONOMICAS

A n o s	CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL		CARTEIRA DE CRÉ- DITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL		TOTAL
	Saldos médios	% do total	Saldos médios	% do total	
	Cr\$ 1.000.000		Cr\$ 1.000.000		Cr\$ 1.000.000
1944	2.017	45	2.476	55	4.493
1945	2.695	36	4.823	64	7.518
1946	3.433	40	5.055	60	8.488
1947	4.532	50	4.591	50	9.123
1948	5.471	56	4.347	44	9.818

2 — TESOIRO NACIONAL
A posição das contas do Tesou-
ro Nacional acusava, em 31 de De-

CRÉDITO

C/ aplicação da Lei 16, de 7 de Fe-
vereiro de 1947 (*),
Outros créditos

DÉBITO			
Conta de compra de ouro	751.793,10		
Saldo a liquidar do exercício de 1.092.763.636,30			
1946			
Saldo das contas de arrecadação			
o despesa do exercício de 1948	588.048.716,00		
Outros débitos	189.306.169,20	1.870.870.374,60	
S a l d o		1.495.620.204,30	

As contas de arrecadação e des-
pesa referentes a 1948, regidas pe-
lo Contrato de 28 de Outubro de
1948, apresentavam, como se vê,
saldo de Cr\$ 588.048.716,00 a fa-
vor do Banco. Todavia, a arrec-
dação da receita procedida no pe-
ríodo adicional reduziu esse débi-
to à importância de 224 milhões
de cruzeiros, transferida para a
conta "Liquidação", ficando, des-
se modo, encerradas as contas de
arrecadação e despesa do exercí-
cio de 1948.

Além das contas acima, de ca-
ráter orçamentário, possui o Te-
souro Nacional junto ao Banco do
Brasil as relativas às operações da

Carteira de Câmbio que, a partir
de vigência do regime cambial ins-
tituído pelo Decreto-Lei n.º 97, de
23 de Dezembro de 1937, passa-
ram a ser realizadas sob a res-
ponsabilidade do Governo.

Em Julho de 1948, nossos ba-
lancetes começaram a evidenciar
a posição do Tesouro com refe-
rência a essas operações que, até
então figuravam nas contas do
Banco.

Dêsse modo, a situação, em 31 de
Dezembro de 1948, das contas
oriundas de operações cambiais in-
dicava o saldo devedor de Cr\$
6.658.699.213:

TESOIRO NACIONAL — OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CÂMBIO

DÉBITO			
Correspondentes no Exterior	8.134.546.122		
Outras contas	5.660.954.908	13.795.501.030	

CRÉDITO

Correspondentes no Exterior	1.660.754.473		
Depósitos para Certificados de			
Equipamento	5.552.018		
Certificados de Equipamento	154.414.428		
Depósitos vinculados	264.082.972		
Depósitos obrigatórios (Decreto 24.038, de 26 de Março de 1934)	1.331.900.965		
Outras contas	3.720.096.961	7.136.801.817	
S a l d o s		6.658.699.213	

Das contas mencionadas, a de
"Correspondentes no Exterior" ex-
prime, no Ativo, as disponibilida-
des e, no Passivo, as obrigações
em moeda estrangeira, indicando o
seu saldo as disponibilidades liqui-
dadas no exterior, em moedas livres,
bloqueadas e compensadas. O ba-
lancete de todas as contas da Car-
teira de Câmbio oferece a posição
devedora do Tesouro, junto ao
Banco, decorrente de adiantamen-
tos feitos para a efetivação de
operações cambiais por conta do
mesmo Tesouro.

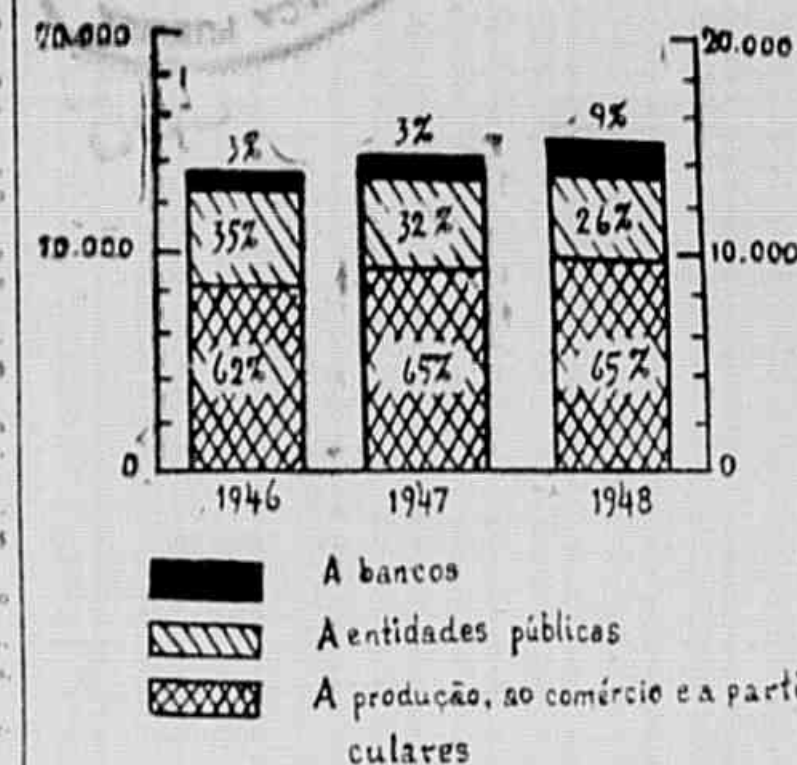
3 — EMPRÉSTIMOS

a) — EMPRÉSTIMOS EM GERAL
Conforme já havíamos referido
páginas atrás, prosseguia a ex-

A distribuição dos Empréstimos
pelas diversas categorias, reprodu-
zida no quadro a seguir, vem con-
firmar, com referência à sua tota-

lidade, as observações iniciais
(1 — Quadro Geral) e a exposi-
ção relativa às operações da Car-
teira de Crédito Geral, que se en-
contra adiante.

EMPRÉSTIMOS	SALDOS MEDIOS Cr\$ 1.000.000				VARIACOES	Absolutas	%
	1947	1948					
A entidades públicas	4.472	3.920	- 552	12			
A bancos	520	1.322	+ 802	154			
A produção, ao comércio e a particulares	0.123	9.818	+ 6.95	8			
Todos os empréstimos	14.115	15.060	+ 945	7			

EMPRÉSTIMOS
Saldos médios em milhões de cruzeiros

E' oportuno assinalar que figu-
ram entre os "Empréstimos a En-
tidades Públicas" operações desti-
nadas ao propulsamento das
forças econômicas como, por ex-
emplo, a aquisição, pelo Banco do
Brasil, de máquinas agrícolas, por
conta do Ministério da Agricultura,
para execução do seu plano de
mecanização da lavoura.

b) EMPRÉSTIMOS A UNIDADES
FEDERADAS E MUNICIPIOS
Registrou-se, no exercício de
1948, uma elevação de 121 milhões
de cruzeiros nessa categoria de
Empréstimos, para a qual contri-
buíram operações novas, com os
seguintes Estados e Municípios:

PARA — Crédito de Cr\$
2.901.600, destinado à aquisição
de material para a usina de forne-
cimento de luz e energia elétrica à
cidade de Belém (Contrato de
10-2-1948), prazo de 30 meses,
amortização em parcelas mensais
de Cr\$ 100.000, juros pagáveis se-
mestralmente.

BAHIA — Crédito de Cr\$
40.000.000, para aplicação de na-
tureza reprodutiva e ampliação
dos serviços de luz, água, esgotos
(Contrato de 13-2-1948), prazo de
10 anos, juros pagáveis semestral-
mente.

A posição dos empréstimos des-
sa categoria, nos últimos dois anos,
era a seguinte:

UNIDADES FEDERADAS E MUNICIPAIS	Saldos e em fim de ano		VARIACOES	
	Cr\$ 1.000		Cr\$ 1.000	
	1947	1948	+	-
Amazonas	1.796	1.796	—	—
Para	5.200	6.150	950	—
Ceará	1.200	—	—	1.200
Rio Grande do Norte ..	2.100	1.750	—	350
Alagoas	20	6.361	6.341	—
Sergipe	11.825	11.825	—	—
Bahia	40.678	78.691	38.013	—
Minas Gerais	63.707	108.533	44.826	—
Espirito Santos	18.871	18.883	12	—
Rio de Janeiro	7.080	4.944	—	2.136
Distrito Federal	570.425	570.425	—	—
São Paulo	439.516	475.990	36.474	—
Santa Catarina	11.519	—	—	11.519
Rio Grande do Sul	20.220	16.175	—	4.045
Mato Grosso	4.800	8.402	3.602	—
Unidades Federadas ..	1.198.957	1.309.923	110.966	—
Bele Horizonte	—	9.500	9.500	—
Petrópolis	247	144	—	103
São Borja	—	304	304	—
Unidades Federadas e Municipais	1.199.204	1.319.873	120.669	—

c) EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES
AUTARQUICAS FEDERAIS E EM-
PRESAS DE INTERESSE
NACIONAL

No decorrer de 1948, foram abertos
créditos à Comissão de Consti-
tuição da Refinaria Nacional de
Petróleo S. A. (Limite de Cr\$
25.000.000,00), à Caixa Econômica
Federal do Rio de Janeiro (Limite
de Cr\$ 66.000.000,00), à Estrada
de Ferro Central do Brasil (Limite
de Cr\$ 280.000.000,00), ao Insti-
tuto do Açúcar e do Alcool (Limite
de Cr\$ 230.000.000,00) ao Insti-
tuto Nacional do Mate (Limite
de Cr\$ 1.000.000,00) e à Com-
panhia Siderurgica Nacional (Li-
mite de Cr\$ 30.000.000,00). Os
limites contratuais mencionados
ainda não foram atingidos e os
empréstimos sofreram, no decorrer
do exercício, as amortizações pre-
vistas.

Ao findar 1948, possuía o Ban-
co, sob as rubricas "Empréstimos"
e "Empréstimos a Entidades Pú-
blicas" (Carteira de Crédito Geral)
e "Empréstimos a Exportadores e
Importadores" (Carteira de Expor-
tação e Importação), contas ab-
ertas às seguintes entidades:

Refinaria Nacional de Petróleo
S. A.
Cooperativa Central dos Pro-
dutores de Leite Ltda.
Cooperativa Central de Pesca do
Rio de Janeiro
Caixa Econômica Federal do Rio
de Janeiro
Comissão Executiva dos Produ-
tos de Mandioca
Estrada de Ferro Central do
Brasil
Fundação Brasil Central
Frigorífico Barbacena S. A.
Instituto do Açúcar e do Alcool
Instituto Nacional do Mate
Instituto Nacional do Sal
Organização Henrique Lage, Pa-
trimônio Nacional.

Continua, assim, o Banco do Bra-
sil a prestar assistência a grandes
empreendimentos nacionais, fatores
do progresso econômico do País.

d) EMPRÉSTIMOS A BANCOS

Os empréstimos a bancos apre-
sentaram, em 1948, um acréscimo
de 802 milhões de cruzeiros, cor-
respondente a 154%, em relação
ao exercício anterior:

Saldos Médios

A n o s

Cr\$ 1.000.000

1944

1945

1946

1947

1948

Devemos encerrar a volta dessa classe de empréstimos, em 1948, como efeitos remotos da fase inflacionária do crédito, já felizmente vencida, durante a qual alguns estabelecimentos expandiram seus negócios sem a necessária cautela, empenhando em operações de prazo dilatado, embora de comprovada liquidez, recursos exigíveis à vista e a curto prazo. A maior parte de tais operações é feita através da Caixa de Mobilização Bancária.

EMPRÉSTIMOS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Registrou sensível expansão essa categoria de empréstimos, tanto

mais significativa quanto considerarmos o critério seletivo adotado pelo Banco, recusando, de modo sistemático, operações meramente especulativas.

Attingiram, em 1948, a 9.818 milhões de cruzeiros (saldos médios), indicando uma diferença para mais de 695 milhões sobre o ano anterior. Os empréstimos às atividades econômicas representaram 65% do total dos empréstimos do Banco (vide Quadro Geral), percentagem expressiva, se levarmos em conta as múltiplas atividades de outra ordem que, continuamente, solicitam nossa assistência financeira.

Saldos Médios
Cr\$ 1.000.000

ANOS	Saldos Médios Cr\$ 1.000.000	% sobre o total dos empréstimos do Banco
1939	1.028	27%
1940	1.455	35%
1941	1.940	42%
1942	2.639	42%
1943	2.912	36%
1944	4.493	39%
1945	7.518	64%
1946	8.488	62%
1947	9.121	63%
1948	9.818	65%

As variações percentuais dessas aplicações pelas diversas Unidades Federadas, nos dois últimos exercícios, foram as seguintes:

UNIDADES FEDERADAS	1948 em % de 1947
Guaporé	2%
Acre	14%
Amazonas	9%
Rio Branco	3%
Pará	2%
Amapa	5%
Maranhão	12%
Piauí	2%
Ceará	8%
Rio Grande do Norte	6%
Paraíba	12%
Pernambuco	2%
Alagoas	13%
Sergipe	2%
Bahia	7%
Minas Gerais	12%
Espírito Santo	8%
Rio de Janeiro	16%
Distrito Federal	24%
São Paulo	11%
Paraná	48%
Santa Catarina	12%
Rio Grande do Sul	4%
Mato Grosso	5%
Goiás	14%

A distribuição dos empréstimos, versos grupos de atividades, e de finalidade econômica, pelos departamentos, é dada no quadro a seguir:

Grupos Econômicos	Saldos em fim de ano Cr\$ 1.000.000		VARIÁÇÕES	
	1947	1948	Absolutas	%
A — Agricultura, indústria florestal e industrial extrativa mineral (*)	4.316	4.249	- 67	2
B — Indústria manufatureira (**)	1.873	2.417	+ 544	29
C — Indústria de construção	195	298	+ 103	7
D — Indústria de transportes	213	373	+ 160	75
E — Comércio	1.872	2.089	+ 217	12
F — Diversos	1.048	1.308	+ 260	25
Todos os grupos econômicos	9.517	10.653	+ 1.136	12

(*) Inclusive as indústrias rurais (açúcar, laticínios, etc.).

(**) Exclusive as indústrias rurais.

A composição percentual desses empréstimos apresenta-se desse modo:

GRUPOS ECONÔMICOS	SALDOS EM FIM DE ANO Cr\$ 1.000.000			% S/O TOTAL		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
A — Agricultura industrial florestal e indústria extrativa mineral	4.725	4.316	4.294	53	45	40
B — Indústria manufatureira	1.555	1.873	2.417	17	20	23
C — Indústria de construção	145	195	208	2	2	2
D — Indústria de transporte	287	213	373	3	2	3
E — Comércio	1.634	1.872	2.098	18	20	20
F — Diversos	578	1.048	1.308	7	11	12
TODOS OS GRUPOS ECONÔMICOS	8.922	9.517	10.653	100	100	100

Instituindo na observação feita sob o título "Aplicações" (vide "Quadro Geral"), devemos esclarecer, mais uma vez, que a queda acusada no quadro retro, referente aos empréstimos do grupo A, origina-se da circunstância de terem sido processados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial os financiamentos do algodão em

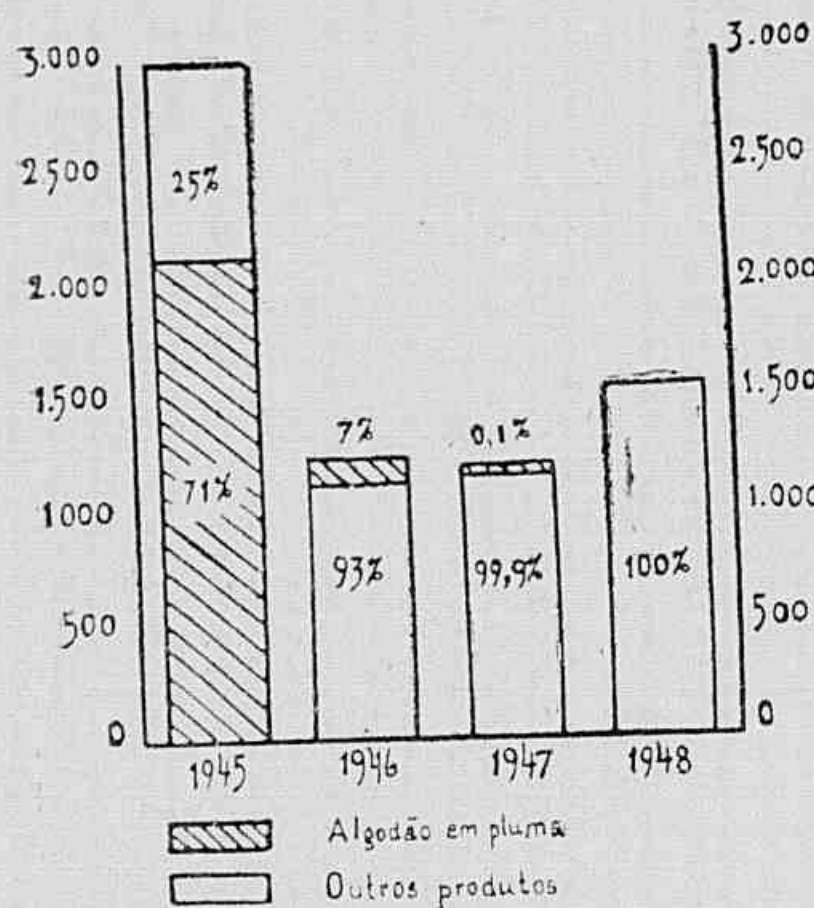
FINANCIAMENTOS DO ALGODÃO EM PLUMA E À PRODUÇÃO AGRÍCOLA (*)

	1945		1946		1947		1948	
	Total	% s/o	Total	% s/o	Total	% s/o	Total	% s/o
Algodão em pluma (**)	2.116	71	88	2	1.209	100	1.583	100
Produção agrícola	878	29	1.152	93	1.210	100	1.583	100
TOTAL	2.994	100	1.240	100				

(*) Pecuária exclusiva.

(**) Financiamento por conta do Tesouro Nacional.

FINANCIAMENTO À AGRICULTURA E AO ALGODÃO EM PLUMA (*)



(*) Financiamento por conta do Tesouro Nacional.

O quadro a seguir evidencia que, agricultura (pecuária exclusiva) nos exercícios de 1946 a 1948, isto subiram de cerca de 700 milhões de cruzeiros.

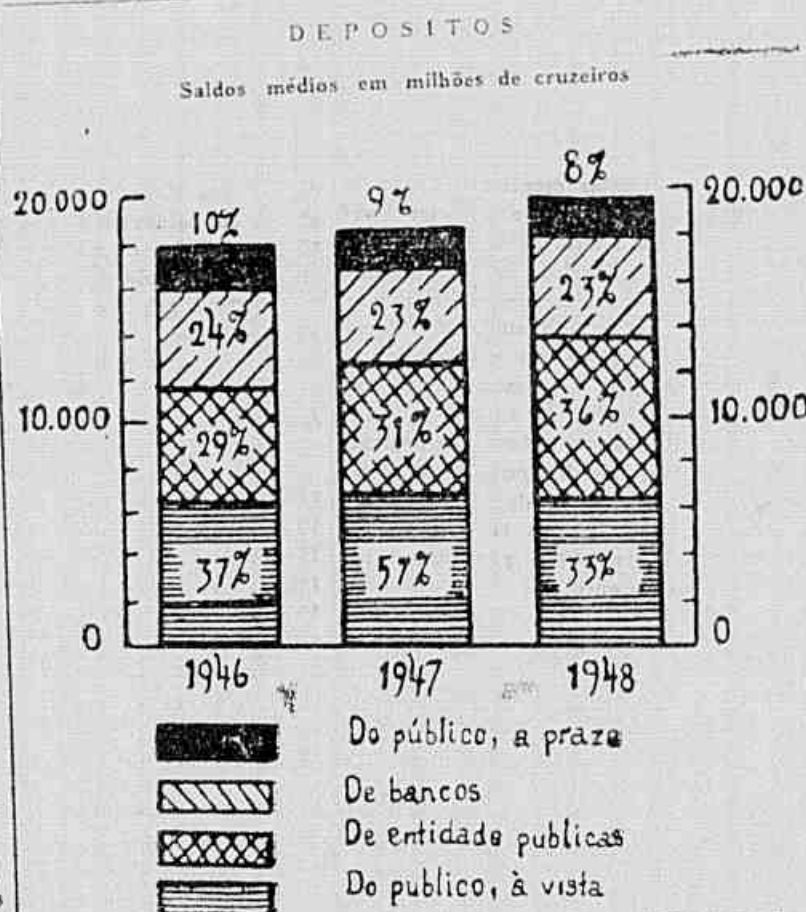
FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

ANOS	CREDITOS	AUMENTO s/o ano anterior
1945	878	—
1946	1.152	274
1947	1.209	57
1948	1.583	374

4 — DEPOSITOS

Seu valor, em comparação com o do exercício anterior, consignou, em saldos médios, o aumento de 1.136 milhões de cruzeiros (6,2%).

DEPOSITOS	Saldos médios Cr\$ 1.000.000		VARIÁÇÕES	
	1947	1948	Absolutas	%
De entidades públicas	5.612	7.055	+ 1.443	26
De bancos	4.143	4.336	+ 193	5
Do público, à vista	6.793	6.461	- 332	5
Do público, a prazo	1.713	1.550	- 163	10
Todos os depósitos	18.266	19.402	+ 1.136	6



A participação percentual das principais categorias de depósitos assim se expressava no último biênio:

DEPOSITOS	% SOBRE O TOTAL	
	1947	1948
De entidades públicas	31%	37%
De bancos	23%	22%
Do público, à vista	37%	33%
Do público, a prazo	9%	8%
TODOS OS DEPOSITOS	100%	100%

A despeito da diminuição do saldo dos depósitos do público, o número de depositantes elevou-se de quase 9.000, como se infere no quadro seguinte:

ANOS	Numero de depositantes
1944	178.340
1945	199.426
1946	214.862
1947	226.422
1948	234.919

Ações	Numero de ações		Porcentagem
	1947	1948	
Tesouro Nacional	250.152	278.669	55,33
Inalienáveis	19.508	212.353	42,47
Particulares	155	155	0,03
Bancos Nacionais	7.630	7.630	1,53
Bancos Estrangeiros	1.202	1.202	0,24
A converter e unificar	—	—	—
Total	500.000	500.000	100,00

Os dividendos, à razão de 20% ao ano, totalizaram a importância de 20 milhões de cruzeiros. Em 1948, a cotação média das ações elevou-se a Cr\$ 519,00, tendo sido de Cr\$ 514,00 a do exercício anterior.

Attingiu a 108.421 milhares de cruzeiros o lucro líquido do Banco, havendo o primeiro semestre corrido com 75.168 milhares e o segundo com 33.253 milhares de cruzeiros.

A queda verificada no último semestre pode ser parcialmente imputada ao aumento do vencimen-

to, a partir de julho, de seu acervo de depósitos, em cumprimento ao Acordo assinado em 2 de Junho de 1948 entre o Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro, homologado pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em data de 22 de Julho de 1948.

O lucro do último exercício, portanto, apresentou um acréscimo de 27.884 milhares de cruzeiros em relação ao lucro líquido de 1947, quando cifrou-se em 80.547 milhares de cruzeiros.

As reservas subiram a 2.701 milhões de cruzeiros, valor que reflete o grau de solidez do Banco. Houve uma alta de 123 milhões de cruzeiros em relação ao ano anterior. No fim do exercício, as reservas apresentavam-se da seguinte maneira:

	Cr\$ 1.000
Fundo de reserva	384.992
Fundo de previsão	1.036.776
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	294.968
Fundo para prejuízos eventuais	984.476
Total	2.701.212

6 — COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

Foram compensados, em 1948, 6.152.000 cheques, no valor de 204.123 milhões de cruzeiros, contra 5.671.000 unidades, na importância de 184.272 milhões, no exercício anterior.

Sendo a atividade das Camaras de Compensação utilizada como índice de real interesse, vem o Ban-

7 — COBRANÇAS

Apresentaram ponderável desenvolvimento os nossos serviços de cobrança de títulos no ano de 1948, fato que, de certo modo, indica grau de intensidade da vida comercial do País:

ANOS	Numero de títulos	Valor Cr\$ 1.000.000
1944	1.137	5.168
1945	1.404	6.721
1946	1.769	9.897
1947	1.864	11.710
1948	2.186	14.007

8 — ORDENS DE PAGAMENTO

Houve regular alta no montante das ordens de pagamento processadas em 1948 (+ 1.737 milhões de cruzeiros, correspondente a 10,2%), sendo pequeno o aumento quantitativo, o que denunciará o valor unitário dos pagamentos realizados:

ANOS	Numero de ordens — 1.000	Valor Cr\$ 1.000.000
1944	747	10.790
1945	812	13.840
1946	850	17.470
1947	875	17.020
1948	884	18.790

9 — VALORES EM CUSTODIA

O quadro a seguir regista o movimento dos valores depositados no Banco, no último quinquênio:

Anos	Saldo médio Cr\$ 1.000.000
1944	4.568
1945	19.161
1946	12.610
1947	14.057
1948	14.400

B — OPERAÇÕES POR CARTEIRAS

1 — CARTEIRA DE CAMBIO

Continua a Carteira de Cambio a executar, nos termos do Contrato celebrado entre o Banco e o Ministério da Fazenda, os serviços de Cambio, de Fiscalização Bancária e os da Agência Especial de Defesa Econômica.

No tocante aos serviços de Cambio, foi intenso o movimento das

Estados Unidos	US\$	525.287.768,45
Suécia	K. Sw.	571.579,48
Argentina	M\$N	389.519,24
Uruguai	OSU	166.132,13
Suiza	Frs. Sa.	10.750.039,10
França	Frs.	68.768.437,50
Bélgica	Frs. Bga.	4.226.973,14
Portugal	Esc.	1.350.766,40
Grã Bretanha	£	41.764.676.17,10
Juros e Dividendos não transferidos e repatriados ao País	Cr\$	10.285.415,629

A Agência Especial de Defesa Econômica prosseguiu na sua tarefa de controle das firmas do "Eixo". A maioria delas está sendo, efetivamente, liquidada, e muitas já em fase final. Algumas, entretanto, permanecem em franca atividade, por isso que, pela natureza de suas indústrias e pelo aspecto técnico, não podem deixar de ser preservadas:

2 — CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

a) RECURSOS E APLICAÇÕES

O quadro dos recursos e aplicações da Carteira, em 31 de Dezembro de 1948, revela a permanência da situação, referida em relatórios anteriores, exigindo constante utilização de disponibilidades gerais do Banco.

De fato, para inversões no total de Cr\$ 4.683.136.402,80, apenas Cr\$ 1.591.433.734,70 correspondem a recursos específicos. A diferença, ou sejam Cr\$ 3.096.702.668,10, proveio de descontos, no montante de Cr\$ 2.307.438.380,10, e de suprimentos do Banco do Brasil num total de Cr\$ 1.789.264.288,00.

Verifica-se, assim, que, até agora, não se solucionou o problema fundamental da Carteira, — aliás, de preponderante influência na economia do próprio Banco — qual seja a constituição dos meios específicos necessários às operações rurais e industriais, reclamadas em volume cada vez maior.

A subscrição de títulos prevista pela Lei n.º 454, de 9 de Julho de 1937, para o financiamento das atividades rurais e industriais mantém-se inalterada, não passando

de Cr\$ 75.863.000,00. Somam Cr\$ 348.683.280,10 os depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daquelas títulos. Também insuficientes são os recursos, para idêntica finalidade, criados pelo Decreto-Lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940.

O serviço de emissão e resgate de Letras do Tesouro Nacional, criadas pelo Decreto-Lei n.º 9.524, de 26 de Julho de 1946, relativas à retenção temporária de 20% do valor das cambiais de exportação, alcançou grande vulto no ano de 1948. Até 31 de Dezembro de 1948, as letras emitidas atingiram Cr\$ 8.837.055.000, das quais tinham sido resgatadas Cr\$ 7.018.236.000, havia em circulação, naquela data, títulos no valor de Cr\$ 1.818.819.000.

Dentre os novos encargos de que está incumbida a Fiscalização Bancária, salienta-se o registro dos capitais estrangeiros investidos no País. Trata-se de tarefa de grande envergadura. Já tinham sido apurados, até 31 de Dezembro de 1948, através de verificações e estudos, os seguintes valores:

US\$	525.287.768,45
K. Sw.	571.579,48
M\$N	389.519,24
OSU	166.132,13
Frs. Sa.	10.750.039,10
Frs.	68.768.437,50
Frs. Bga.	4.226.973,14
Esc.	1.350.766,40
£	41.764.676.17,10
Cr\$	10.285.415,629

de Cr\$ 75.863.000,00. Somam Cr\$ 348.683.280,10 os depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daquelas títulos. Também insuficientes são os recursos, para idêntica finalidade, criados pelo Decreto-Lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940.

Esse tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, saberão solucionar o problema, afim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve

desempenhar e para a qual foi instituída. Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valiosa contribuição do Banco de Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para a economia do Banco.

CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL
Recursos e aplicações
Balanço em 31 de Dezembro de 1948

Recursos	Depósitos obriga- tórios a prazo fixo (Institutos)
Recursos próprios da Carteira (Decreto-Lei n.º 3.077, de 26-2-41)	148.683.280,10
Depósitos judi- ciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	1.515.579.734,79
Depósitos judi- ciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	75.863.900,00
Depósitos de em- presas conces- sionárias de ser- viços públicos	1.591.433.734,70
	Redescontos .. 1.307.438.380,16
	Das disponibilida- des gerais do Banco .. 1.789.264.288,00
	3.096.702.668,10
	4.683.136.402,80

Aplicações

Empréstimos Ru- rais	3.421.753.775,50
Empréstimos In- dustriais	898.121.496,70
Créditos em li- quidação	4.319.675.272,20
	368.261.130,00

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica que não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-48, sendo que os créditos, em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

Rurais	4.139.915.962,40
Industriais	975.263.915,40
Total	5.115.179.877,80

Desde sua fundação, firmou a Carteira 141.412 contratos, no va-

lor de Cr\$ 19.935.215.229,00, dos quais 110.285, no total

de Cr\$ 14.820.035.351,20, foram liquidados até 31 de Dezem-

bro de 1948, restando em vigor, na mesma data, 31.154 operações somando Cr\$ 5.115.179.877,80. Sua distribuição, por espécie e por Es-

tados, encontra-se compilada em quadros a seguir:

CREDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

UNIDADES FEDERADAS E		AGRICOLA		PECUARIOS		AGRO-PECUARIOS		INDUSTRIAIS		AGROINDUSTRIAIS		TOTAL	
REGIOES		N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000
Guaporé		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	3.467
Acre		4	1.087	6	2.380	—	—	—	—	1	75	24	1.697
Amazonas		16	1.409	7	214	—	—	—	—	—	—	37	2.475
Rio Branco		14	300	23	2.175	—	—	—	—	10	220	76	2.660
Pará		19	2.299	47	5.150	—	—	1	134	—	—	3	407
Amapá		—	—	2	270	—	—	—	—	—	—	—	—
Norte		53	5.095	85	18.189	—	—	1	134	11	295	150	15.719
Maranhão		25	15.757	10	335	—	—	13	6.057	—	—	46	13.659
Piauí		106	15.757	245	18.907	6	169	8	946	4	529	363	28.307
Ceará		130	22.108	1.150	36.587	10	373	17	13.459	41	1.319	1.348	73.847
Rio Grande do Norte		81	7.502	1.289	73.744	69	2.950	13	16.617	13	3.917	1.465	104.735
Paraíba		177	14.509	1.270	141.965	52	3.248	11	17.087	13	606	2.023	177.411
Pernambuco		85	22.436	1.584	156.576	5	310	10	8.511	86	366.493	1.770	554.327
Alagoas		6	283	567	57.269	—	—	11	4.455	26	35.056	610	97.067
Nordeste		604	89.861	6.615	477.383	142	7.046	83	67.132	183	407.920	7.627	1.049.347
Sergipe		16	378	661	47.904	2	82	3	1.088	25	8.765	707	58.213
Bahia		324	42.363	2.241	167.718	16	477	3	2.510	6	10.866	2.590	223.937
Minas Gerais		579	41.597	4.944	725.523	3	185	30	74.908	13	10.519	5.569	852.733
Espírito Santo		618	31.275	283	19.018	—	—	6	2.020	32	2.056	939	54.367
Rio de Janeiro		458	20.174	832	58.005	3	166	63	61.899	26	74.512	1.382	214.757
Distrito Federal		104	1.117	28	3.652	1	573	52	197.374	5	2.686	190	207.407
Leste		2.099	136.904	8.989	1.023.820	25	1.483	157	339.799	107	109.404	11.377	1.611.410
São Paulo		3.716	550.503	1.570	378.467	3	56	91	391.235	33	82.738	5.713	1.402.997
Paraná		305	54.312	200	21.520	2	420	5	49.688	4	11.950	565	137.897
Santa Catarina		294	3.843	70	3.442	—	—	15	18.696	—	—	379	25.987
Rio Grande do Sul		1.670	193.579	1.501	194.890	2	239	58	108.580	2	17.144	3.033	514.437
Sul		5.985	802.237	3.441	598.319	7	715	218	568.199	39	111.832	9.690	2.081.307
Goiás		17	2.309	1.056	176.407	1	22	—	—	1	1.327	1.075	180.477
Mato Grosso		49	1.085	1.185	175.661	—	—	—	—	1	196	1.235	176.947
Centro-Oeste		66	3.394	2.241	352.068	1	22	—	—	2	1.928	2.310	357.417
Brasil		8.807	1.037.491	21.371	2.461.779	175	9.266	459	975.264	342	631.379	31.154	5.115.179

correspondem a 41% do total, se constata no quadro aqui reprod-

b) CREDITO AGRICOLA

Com o objetivo de concorrer para o fomento de nossas atividades agrícolas, expedimos às Filiais, em 30-11-48, carta-circular nos termos seguintes:

"Dado o notório interesse nacional de ser intensificada a assistência financeira à agricultura, visando o aumento da respectiva produção, mormente da parte relativa aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, vimos recomendar aos Srs. Administradores das Agências que dispensem a melhor atenção às operações de financiamento agrícola, estimulando-as discretamente e procurando atrair à órbita da Carteira os produtores mais qualificados".

"A Direção da Carteira deverá ser feita imediata comunicação de cada indeferimento de propostas da espécie, mencionando-se o nome do proponente, valor do empréstimo pleiteado e fins a que se destinava, expondo-se, outrossim, os motivos determinante da recusa".

Várias concessões têm sido ultimamente feitas em benefício do produtor, tais como:

o Banco de prejuízo, na hipótese de invalidação do penhor, no caso de financiamento de lavouras formadas ou imóveis gravadas com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;

b) dispensa de avaliação prévia das safras de algodão, quando localizadas as lavouras em terras já vistoriadas por prepostos do Banco;

c) dispensa, em determinadas hipóteses, da avaliação, por perito remunerado, das safras de café;

d) manutenção em carteira dos contratos vencidos de financiamentos de lavouras de café, sem maiores ônus para os devedores, isto é, isenção da cobrança de juros suplementares, à razão de 1% a.a., pela mora, até que se processe a venda normal do produto, para a qual se concede um prazo adicional de 90 dias, após o vencimento, quando depositado o café no interior, de 60 dias, após sua chegada e liberação, se despachado para as praças de exportação;

e) concessão de novos financiamentos a mutuários que,

por frustração das colheitas apenadas, não hajam liquidado os contratos anteriores, os quais são contraídos, nas mesmas condições do item anterior;

f) liberação dos conhecimentos de transporte de café, apenados, que excederem a quantidade necessária para a cobertura dos débitos correspondentes e despesas suplementares até final liquidação, na base regulamentar de 60% do valor do produto, considerando-se, para efeito de cálculo, os preços correntes nas praças de exportação e descontando-se, dos adiantamentos, as despesas a que o produto estiver sujeito".

Essas facilidades e o nosso decidido propósito de difundir o crédito agrícola — tanto quanto permitam o atual Regulamento e os recursos de que pôde a Carteira dispor — contribuíram para o auge do movimento registrado no exercício de 1948, ano em que o número de contratos agrícolas se elevou a 8.676, no valor de Cr\$ 1.583.271.000,00, contra 5.448, no valor de Cr\$ 1.309.904.000,00. Verificou-se, pois, um acréscimo de 3.228 contratos, no valor de 373.367.000,00.

Circunstância digna de especial

registro é a elevada percentagem, em 1948, dos empréstimos de valor até Cr\$ 30.000,00 cada um, os quais corresponderam a 41% do total dos financiamentos rurais (agrícolas e pecuários), conforme se constata no quadro aqui reproduzido.

FINANCIAMENTOS RURAIS

Produtos	1938/945	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
De 250 a 5.000	5.376	935	1.049	686	315	496	8.851
De 5.001 a 10.000	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	13.905
De 10.001 a 20.000	10.188	3.110	3.819	2.768	900	1.561	22.346
De 20.001 a 30.000	6.397	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440
	29.273	9.277	10.738	7.160	2.291	3.803	62.542
Médios	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
De 30.001 a 50.000	7.306	3.364	4.009	2.544	649	1.039	18.911
De 50.001 a 100.000	8.315	4.406	5.518	3.215	943	1.505	23.902
	15.621	7.770	9.527	5.759	1.592	2.544	42.815
Grandes	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
De 100.001 a 500.000	2.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.162
Superiores a 500.000	999	1.115	1.859	456	346	663	5.439
	8.857	6.705	9.349	4.559	1.964	3.166	34.600
Todos os produtores	51.751	23.752	29.614	17.478	5.847	9.513	139.955

NUMERO DE FINANCIAMENTOS RURAIS

% das classes a total

Produtoria	1938-1943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos							
Cr\$ Cr\$							
De 250 a 5.000	5	4	4	4	5	5	5
De 5.001 a 10.000	13	10	9	10	11	11	11
De 10.001 a 20.000	18	13	13	16	15	16	15
De 20.001 a 30.000	12	12	11	11	8	8	10
	32	39	37	41	39	40	41
Medios							
Cr\$ Cr\$							
De 30.001 a 50.000	14	14	14	15	11	11	13
De 50.001 a 100.000	16	19	18	18	16	16	17
	30	33	32	33	27	27	30
Grandes							
Cr\$ Cr\$							
De 100.001 a 500.000	16	23	25	23	28	26	23
Superiores a 500.000	2	5	6	5	6	7	6
	18	28	31	28	34	33	29
Todos os produtores	100	100	100	100	100	100	100

PEQUENOS PRODUTORES

Colaborando com as potências públicas, empenhados em promover a redução do preço dos gêneros alimentícios, objetiva que se possa alcançar mediante substancial aumento de produção, decidimos autorizar a extensão das regalias aplicáveis aos "pequenos produtores" a todos os casos de empréstimos até Cr\$ 20.000,00, destinados ao custeio de lavouras, ainda que os proponentes disponham de patrimônio acima de Cr\$ 100.000,00 ou a lavoura por financiar comporte empréstimo superior a vinte mil cruzeiros.

Considerando que, a muitos casos, os principais trabalhos das pequenas lavouras são executados pelos próprios donos, com a cooperação de membros de suas famílias, admitimos, dentro do princípio de que os orçamentos integrantes dos contratos devem indicar a verdadeira aplicação que terão os créditos abertos, a inclusão nos mesmos orçamentos, de verbas para manutenção dos créditos e de suas famílias.

São as seguintes as concessões especiais facultadas aos pequenos produtores:

- dispensa de prévia estimativa da colheita por avaliador remunerado;
- dispensa de certidões negativas de impostos, ônus sobre bens imóveis, ações civis e criminais;
- dispensa de organização da ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituída por ficha especial, de confecção simples e resumida;
- dispensa da garantia subsidiária comumente exigível nos financiamentos de culturas periódicas;
- inclusão, no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado não dispuser de recursos suficientes para pagá-las; e
- fornecimento da primeira parcela do crédito ainda antes da inscrição do penhor, que será providenciada por nossas próprias Agências.

MAQUINAS AGRICOLAS

Ainda dentro do programa de estímulo à produção, contribuindo para o plano de mecanização das lavouras, regulamentamos o financiamento da compra de máquinas agrícolas pelo seu valor integral, em função da garantia oferecida, e ao prazo de até três anos, de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes, estimada esta pelo provável rendimento líquido da exploração.

PRODUTOS ACUCAR (LAVOURA E INDUSTRIA)

Não obstante ser a produção "muito superior às necessidades do consumo nacional", como reconhece o Instituto do Açúcar e do Alcool, continuamos prestando assistência à lavoura canieira e a indústria açucareira, inclusive, em certos casos, para reaparelhamento das fábricas, desde que implique em melhoria do rendimento.

Os adiantamentos para os trabalhos das lavouras estão sendo feitos até o máximo de 50% do valor de venda fixado por aquele Instituto, com base na produção de canas próprias das usinas e, em certos casos, para reaparelhamento das fábricas, desde que implique em melhoria do rendimento.

do primeiro mês da moagem seguinte.

Para os trabalhos das lavouras de fornecedores de usinas, os financiamentos estão sendo feitos até 50% do valor das canas (que estas se comprometem a receber daqueles), mediante penhor da safra corrente e respeito ao limite oficial de produção do fornecedor, fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Nosso auxílio à lavoura e à indústria do açúcar, produto que abrange maior soma de recursos, se expressou, em 1948, pelo elevado total de Cr\$ 559.052.000,00, isto é, mais Cr\$ 92.522.000,00 do que em 1947.

AGAVE

A crise do agave, esboçada em princípio de 1946 em consequência da retração dos compradores, agravou-se no decorrer daquele ano, não obstante as medidas adotadas em defesa do produto.

Assim, em Outubro de 1946, reconhecendo a completa saturação do mercado, pimo-nos na continência de suspender os financiamentos da espécie, considerando tal iniciativa como indispensável à salvaguarda não só de nossos próprios interesses como dos de nossos financiados, uma vez que qualquer aumento de produção só lhes poderia acarretar, naquela conjuntura, dificuldades ainda maiores.

Durante o exercício de 1947, o mercado não chegou a oferecer reação digna de nota e, por esse motivo, embora deixando de conceder novos empréstimos não exigimos a liquidação dos contratos vencidos, afim de evitar para os devedores mais sérios embaraços.

Em 1948, atendendo a apêlos que nos foram feitos por interessados nessa cultura, mandamos que nossas Agências localizadas na área do agave estudassem a matéria, afim de licarmos habilitados a decidir sobre a conveniência de tabeladas, são os financiamentos.

ALGODÃO

Foram alteradas, para o período agrícola de 1948-1949, as instruções relativas ao financiamento de lavouras de algodão, abandonando-se os limites máximos de adiantamento por hectare, de Cr\$ 700,00 (sul) e Cr\$ 450,00 (norte). Estabeleceu-se a base de 60% do valor da produção provável, até o máximo, por hectare, de 30 arrobas, na zona sul, e de 20, na zona norte, para o algodão em carôço. Foi considerado, para efeito de cálculo, o preço corrente da arroba na região. Se a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, são os financiamentos acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente, lavrando-se o contrato pelo valor total assim obtido.

No caso de necessidade de adubação das terras, admitimos, como base para o cálculo dos financiamentos, a produção máxima de 35 e 25 arrobas por hectare (ou 84,70 e 60,50 arrobas por alqueire de 24.200 m²), respectivamente nas zonas sul e norte.

Concedemos, em 1948, 1.399 financiamentos, no valor de Cr\$ 108.040.000,00, contra 842, em 1947, no total de Cr\$ 57.895.000,00, sendo a variação de mais 557 contratos, somando Cr\$ 50.145.000,00.

BABACU

Limitados a Cr\$ 100.000,00 por cliente, os adiantamentos aos produtores foram feitos na base de 40% da estimativa da produção,

considerado o preço corrente na região.

CACAU

O limite dos financiamentos foi ultimamente elevado de Cr\$ 25,00 para Cr\$ 30,00 por arroba da produção estimada.

Foram contratadas, em 1948, 142 operações no valor de Cr\$ 40.669.000,00. Em 1947, o número de contratos foi de 57, no total de Cr\$ 32.420.000,00.

Obtida autorização da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, foi nossa Agência em Salvador instruída no sentido de contratar com o Governo daquele Estado, por intermédio do Instituto do Cacaú, novo empréstimo no valor de Cr\$ 30.000.000,00, para adiantamentos aos cacaucultores que venderem ou entregarem o produto ao Instituto, mediante garantia de penhor mercantil.

CAFÉ

Financiamento comum

Desde 1944 o adiantamento total (compreendendo a parte destinada aos gastos referentes ao trabalho e conservação da lavoura, bem como a relativa às despesas da colheita, preparo e transporte do produto) passou a ser feito na base de um máximo de 60% da produção provável, quando esta não exceder 40 arrobas ou 10 sacas de café beneficiado por 1.000 pés, podendo ser acrescido, se maior for a safra prevista, da importância necessária para atender às despesas de colheita, preparo e transporte do produto excedente.

Para obtenção do valor da produção provável da lavoura por financiar, adota-se o critério dos preços corrente na região em períodos anteriores. Continuamos admitindo a inclusão, no orçamento, de verba razoável para atender à subsistência do agricultor e de sua família.

Financiamento de lavouras infestadas pela broca

Com o objetivo de propiciar recursos para o combate à broca, que se expandiu em 1948, estabelecemos as seguintes normas especiais aplicáveis aos financiamentos dos trabalhos das lavouras atingidas ou ameaçadas por aquela praga:

- Os empréstimos serão contratados em data que permita a primeira aplicação de inseticida adequado e na época mais recomendável, isto é, geralmente quando os frutos começam a desenvolver-se.
- Poderão os financiamentos elevar-se a 60% do valor da produção provável, máxima correspondente à média de 44 arrobas ou 11 sacos por 1.000 pés, admitindo-se, porém, que o montante seja acrescido de importância equivalente ao custo real dos serviços de colheita, preparo e transporte das quantidades excedentes.
- Nos casos em que a produção provável ultrapasse a média de 44 arrobas, ou 11 sacos, de café beneficiado por 1.000 pés, e quando comprovadamente necessário, poderá ser proporcionado adiantamento especial, fora do limite fixado no item anterior, para ocorrer às despesas de aquisição e aplicação de inseticida adequado, desde que o empréstimo total não exceda 60% do valor da colheita prevista.
- Quando, pela exiguidade da colheita prevista, não for possível solução nos termos do item precedente e este o proponente disposto e habilitado a formar, intercaladamente

nos cafezais (observados certos precedentes técnicos), culturas de outros produtos de fácil colocação, tais como amendoim, feijão, mamona, milho etc. (exceto arroz), poderá ser concedido financiamento abrangendo a aquisição de sementes, preparo do solo para formação da cultura, intercalação e serviços de colheita, preparo e transporte da produção, bem como a aquisição do inseticida indicado para o combate à broca, desde que se ajuste ao limite de 60% do valor da provável produção da lavoura de café, adicionada ao da cultura intercalar a ser introduzida.

Se os empréstimos máximos proporcionáveis, nas condições indicadas nos itens anteriores, não comportarem verba para ocorrer às despesas indispensáveis ao combate à broca, compreendidas as de aquisição da maquinária e acessórios (polvilhadeiras, carretas, óculos, máscaras, animais de fração e arreios), poderão ser concedidos outros empréstimos para tal fim como destinados à melhoria das condições rendimento das explorações agrícolas (regulamento, art. 2º, letra g), com base nos prováveis lucros líquidos das lavouras, nas seguintes condições, conforme a espécie da garantia oferecida:

Maquinária — até 40% do valor desta, podendo tal base elevar-se até 60%, quando se tratar de máquinas de maior porte;

Animais — até 60% do valor venal;

Imóveis — até 40% do valor venal considerando-se:

- o valor exato das terras;
- o das matas e plantações permanentes;
- o de outras benfeitorias edificações, cercas, etc), até o máximo de 20% do das terras e das matas ou culturas permanentes.

Os empréstimos de que trata o item precedente são realizáveis mediante contratos à parte, pelo prazo de um ano, prorrogável por tantos novos períodos iguais quantos necessários, de acordo com a capacidade de pagamento dos mutuários, até o máximo de três ou quatro períodos, conforme a garantia seja constituída de penhor agrícola, pecuário ou

hipoteca. Entretanto, como os lucros das explorações agrícolas, economicamente produtivas, no prazo de um ano são quase sempre suficientes para o pagamento dos empréstimos, permite-se que os mesmos sejam conjuntamente contratados, em um único instrumento, com os destinados ao custeio comum.

Aos fiscais da Carteira foram fornecidas cópia de trabalhos técnicos sobre a aplicação de inseticidas, com a recomendação de orientar nossos clientes quanto à conveniente execução do serviço, sempre que estiverem deficientemente instruídos a respeito.

Financiamentos especiais

A estiação que flagelou as plantações em São Paulo, reduzindo sua produtividade, seguida de inipernia anormal, com fortes geadas e constância de ventos frios, fenômenos que também castigaram, com violência, os cafezais do Paraná, levaram o Governo Federal, a partir do período agrícola 1940-41, a renovar a autorização legislativa até o período 1947-48 — a contratar com o Banco, por intermédio do Departamento Nacional do Café, financiamentos especiais das lavouras cafezeiras, sem fixação de limites em função das colheitas previstas e adstritos, apenas, às legítimas necessidades de custeio de parte das lavouras consideradas economicamente produtivas, com a incorporação, em cada ano, do saldo devedor que porventura restasse do anterior. Nesse empreendimento, que teve o objetivo nacional de epitar o pericimento de culturas assoladas por fenômenos climáticos adversos, mas ainda economicamente produtivas, invertendo cerca de meio bilhão de cruzeiros, sendo este um dos grandes serviços prestados pela Carteira em seu primeiro decênio de labor.

Operação conduzida com observância de todos os precedentes técnicos, produziu os melhores resultados, sendo que o saldo devedor a descoberto — apesar do vulto da importância aplicada desde o início do plano — deverá afinal reduzir-se a cerca de Cr\$ 3.300.000,00 apenas, importância que corresponde a financiamentos não integralmente liquidados por insuficiência das produções que os garantiam. Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-Leis ns. 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570), estamos em entendimento com essa autarquia, ora

em liquidação, no sentido de lhe ser transferida aquela parcela de Cr\$ 3.300.000,00, mediante sub-rogação de nossos direitos creditórios.

Aplicamos, em 1948, na lavoura do café, a elevada soma de 511.283 milhares de cruzeiros, relativa a 3.061 empréstimos. Isso representa, em comparação com o total de 1947, mais 1.157 contratos e mais 168.213 milhares de cruzeiros.

CERA DE CARNAUBA

Foram mantidas as bases para o financiamento dos trabalhos de extração e preparo do produto, isto é, adiantamentos de 40% do valor da produção, limitados ao máximo de Cr\$ 160,00 por arroba.

Financiamentos especiais

Nos termos do aviso n.º 467, de 22 de Julho de 1948, do Senhor Ministro da Fazenda, foi autorizada a realização de empréstimos especiais, mediante penhor mercantil do remanescente das safras, então, existentes, nas seguintes condições:

Preços por arroba:

Tipos	Cr\$
1	580
2	560
3	420
4	400

Adiantamento — 80% dos preços acima, com as deduções seguintes:

- Juros de 7% a. a.;
- comissão de fiscalização de 1/2% a. a.;
- verba para pagamento de de armazenagem e seguro;
- quanto baste para pagamento de selos contratuais e despesas de transporte, impostos e taxas que incidirem sobre a mercadoria para ser vendida na praça de exportação.

Conforme quadro que acompanha este capítulo, foram realizadas 71 contratos, correspondentes a 1.835.788 quilos de cera, somando os créditos Cr\$ 40.942.190,00.

Operação não especificamente agrícola, mas de sustentação e defesa de mercado, — não prevista, assim, em nosso Regulamento, — foi conduzida nos exatos termos da autorização do Senhor Ministro da Fazenda, dos todos os apêlos que nos vêm sendo dirigidos por numerosos interessados na situação da cera de carnaúba, produto de vital importância na economia dos Estados do Piauí e Ceará.

CERA DE CARNAUBA (*)

Posição dos financiamentos concedidos até Dezembro de 1948

AGÊNCIAS	Contratos N.º	Quilos	Créditos concedidos Cr\$ 1.000	Saldo devedores (Cr\$ 1.000)		Liquid. normais	
				Cr\$ 1.000	Valor Quilos	Cr\$ 1.000	Valor Quilos
Campo Maior	4	78.000	1.664	1.664	—	—	—
Parnaíba	8	332.060	7.373	6.061	25.000	313	—
Terezina	3	57.200	794	794	—	—	—
Piauí	15	447.260	9.831	8.519	25.000	435	—
Camocim	2	42.570	1.010	1.010	—	—	—
Fortaleza	36	997.380	22.313	12.723	214.290	4.589	—
Sobral	12	99.318	2.137	1.008	52.952	1.129	—
Ceará	30	1.139.468	25.460	19.741	267.242	5.219	—
Rio G. do Norte — Mossoró	3	178.300	4.120	3.657	15.120	464	—
Bahia — Salvador	3	70.760	1.531	1.531	—	—	—
Total geral	71	1.835.788	40.942	33.448	307.362	6.716	—

(*) Lei n.º 266, de 26/2/1948.

JUTA

A lavoura dessa, fibra de surto interesse para os dois Estados Amazônicos, e de ponderável significação para nossa economia, apresentava, todavia, para a prática dos financiamentos, embaraços difíceis de contornar, ligados às peculiaridades da região e ao próprio negócio e ainda à deficiência de transportes regulares. Não obstante, após acurados estudos, resolvemos autorizar o financiamento, observadas as condições seguintes:

Adiantamento — 40% do valor da produção provável — limitada ao máximo de 1.000 quilos por hectare —, calculado sobre a colheita do produto.

Garantia — Penhor das colheitas (mediante consentimento do proprietário das terras, quando o proponente for arrendatário). No caso de terras devolutas, cuja ocupação não seja titulada, o consentimento será dado por decreto do Poder Executivo ou mesmo por ato administrativo mais simples, se assim o permitir a legislação local.

Prazo — Máximo de 10 meses, iniciando-se a 1.º de Outu-

bro e vencendo-se a 30 de Junho do ano seguinte.

Foram concedidos, no exercício, 28 créditos, no valor de Cr\$ 2.883.000,00, sendo que, em 1947, o número de financiamento foi apenas de 7, no total de Cr\$ 205.000,00.

TRIGO

E' com particular atenção que temos acompanhado o auspicioso surto da triticultura, dando-lhe, além de assistência financeira adequada, todo o apoio possível.

Os empréstimos são feitos até o máximo de 40% do valor da safra, calculado ao preço de Cr\$ 150,00 por saca de 60 quilos de trigo em grão, não se levando em conta, para tal efeito, produção superior a 900 quilos por hectare. Se a produção prevista ultrapassar essa base, poderá o financiamento ser acrescido do custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo do excedente.

Aos triticultores que tenham lavouras fundadas em terras próprias e não necessitem, para custeio de entressafra, de importância superior a Cr\$ 20.000,00, estamos

proporcionando certas facilidades, com o objetivo de tornar os empréstimos mais acessíveis aos pequenos produtores.

A título experimental, concedemos também financiamento para aquisição de material agrícola, na base de até 60% do valor das garantias oferecidas, desde que a capacidade de pagamento do proponente permita a liquidação do empréstimo contratado para compra de máquinas e custeio da lavoura.

Elevou-se a 450, em 1948, o número de contratos para custeio de lavouras de trigo, cujo valor atingiu Cr\$ 10.748.000,00. Em 1947, realizamos apenas 54 empréstimos, no total de Cr\$ 1.143.000,00.

DIVERSOS

Arroz no Rio Grande do Sul — De acordo com o estabelecido no período agrícola 1948-49, nos os financiamentos poderão elevar-se até 60% do valor da safra prevista, dentro do critério de um máximo de 100 sacas e de Cr\$ 3.600,00 por quadra, tomando-se por base não mais o preço de Cr\$ 45,00 por saca de arroz em casca,

anteriormente fixado, mas o de Cr\$ 60,00.
Considerados satisfatórios, foram mantidos os limites para os financiamentos das lavouras seguintes:
Arroz (exceto no Rio Grande do Sul) — 40% da produção provável, na base máxima de 25

sacos de produto em casca por hectare.
Amendoim — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 50 sacos por hectare.
Feijão — 50% do valor da produção provável, na base máxima

de 20 sacos por hectare.
Girassol — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 1.000 quilos por hectare.
Milho — 60% do valor da produção provável, na base máxima de 27 sacos por hectare.

Soja — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 25 sacos por hectare.
Quando a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, poderão os financiamentos (calculados na forma acima) ser acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente.
Foram feitos, em 1948, 1.548 contratos de financiamentos de culturas de arroz, no total de Cr\$ 216.926.000,00, contra 986 reali-

zados em 1947, no valor de Cr\$ 128.140.000,00.
Apresentamos a seguir, o quadro geral das aplicações da Carteira em seus dez anos de funcionamento, com discriminação dos produtos agrícolas.

zados em 1947, no valor de Cr\$ 128.140.000,00.
Apresentamos a seguir, o quadro geral das aplicações da Carteira em seus dez anos de funcionamento, com discriminação dos produtos agrícolas.

MOVIMENTO GERAL DOS CREDITOS CONCEDIDOS ATE 31/12/1948

Numero — Valor (Cr\$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Abóbora	2	123	—	—	—	—	2	116	—	—	—	—	2	116
Acácia negra	1	1.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adubo	28	1.040	131	9.452	248	19.403	195	17.478	—	20	—	—	—	—
Agave	34	690	10	388	9	292	2	132	—	288	3	—	—	—
Alfafa	9.316	326.732	2.717	139.889	3.038	142.922	2.280	115.615	842	57.895	1.399	—	—	—
Algodão	2.589	549.993	1.278	507.749	3.452	2.115.589	260	88.042	4	613	—	—	—	—
Algodão em pluma	9	103	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alho	24	685	—	—	1	31	6	72	169	4.399	52	—	—	—
Amendoim	3.771	394.286	1.208	211.356	1.502	167.589	260	208.258	986	128.140	1.548	—	—	—
Arroz	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	2	—	—	—
Arroz	39	2.013	42	2.017	81	6.320	89	4.704	142	4.708	133	—	—	—
Batata	953	70.453	254	5.649	260	3.225	155	3.936	57	32.420	142	—	—	—
Cacau	6.952	451.333	863	75.489	1.522	171.813	2.063	303.385	1.904	343.070	3.061	—	—	—
Café	1.954	198.360	875	114.711	602	136.858	219	63.145	41	12.435	26	—	—	—
Café especial	1.444	399.248	358	223.298	348	149.518	347	262.965	321	465.530	333	—	—	—
Cana de açúcar	19	126	46	143	59	181	54	303	65	357	103	—	—	—
Cebola	—	—	1	20	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Cevada	1	21	1	30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Coco	1	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Erva-doce	—	—	2	42	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ervilha	39	520	21	447	57	1.038	47	1.184	50	908	104	—	—	—
Feijão	329	6.261	15	282	21	6.536	23	1.347	59	1.654	35	—	—	—
Frutas	39	370	29	696	58	948	40	790	23	458	82	—	—	—
Fumo	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gergelim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guaraná	2	18	—	—	—	—	—	—	2	36	2	—	—	—
Guaxima	—	—	—	—	—	—	—	—	7	205	28	—	—	—
Hortaliças	113	2.310	42	1.173	17	580	9	585	—	—	—	—	—	—
Juta	2	38	6	168	5	78	—	—	39	1.307	68	—	—	—
Linhaça	81	3.364	30	361	59	996	34	663	—	—	—	—	—	—
Linhaço	—	—	—	—	1	8	—	—	192	5.216	42	—	—	—
Lúpulo	75	2.548	5	81	12	171	17	1.604	88	3.388	104	—	—	—
Mamona	583	35.749	103	4.279	157	4.349	146	4.187	—	—	—	—	—	—
Mandioca	56	2.681	157	6.234	3	247	—	—	254	12.844	665	—	—	—
Menta	384	7.960	264	6.040	510	22.230	325	15.413	—	—	—	—	—	—
Milho	2	94	—	—	1	140	4	152	—	—	—	—	—	—
Rami	—	—	—	—	6	135	6	333	2	29	1	—	—	—
Repólio	1	90	1	200	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sericicultura	9	26.928	3	5.023	11	233	29	8.787	23	10.548	7	—	—	—
Tomate	68	600	4	21	1	16	23	227	54	1.143	460	—	—	—
Trigo	—	—	—	—	—	—	—	—	1	36	—	—	—	—
Tucum	39	450	2	35	—	—	—	—	1	15	4	—	—	—
Uva	348	28.583	33	4.328	114	4.841	42	2.515	19	1.496	19	—	—	—
Outros produtos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Máquinas agrícolas	34	1.236	19	1.225	34	16.212	27	13.696	19	829	64	—	—	—

(*) Em 1948, as verbas assinaladas incluem elevações de crédito provenientes da capitalização de acessórios em virtude de "ajustes de crédito" e "moratória".

MOVIMENTO GERAL DOS CREDITOS CONCEDIDOS ATE 31/12/1948

Numero — Valor (Cr\$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Plano de Emergência	—	—	—	—	—	—	605	84.491	1	1.622	—	—	606	86.113
Dec. Lei n.º 7.774	—	—	—	—	—	—	—	—	6	100.000	—	—	6	100.000
Dec. Lei n.º 9.879 — Arroz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ind. Extrativa Vegetal	80	6.783	54	7.338	75	15.635	95	20.627	76	13.542	6	—	—	—
Babaçu	37	6.935	2	20	1	6	—	—	—	—	—	—	—	—
Borracha	3	500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carvão vegetal	8	469	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Castanha	146	10.092	49	2.366	56	2.251	117	12.670	44	2.734	64	—	—	—
Cera de carnaúba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cera de carnaúba — EAC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Eucalipto	27	291	2	208	6	607	—	—	—	—	—	—	—	—
Erva mate	10	764	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lenha	4	500	8	21	5	168	—	—	3	73	5	—	—	—
Madeiras	10	322	1	100	3	74	3	174	—	—	—	—	—	—
Officinas	1	100	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piçava	1	66	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tungué	—	—	—	—	2	50	—	—	—	—	—	—	—	—
Melhoramentos agrícolas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Irrigação de cultura de arroz	29.671	2.543.062	8.634	1.333.139	12.320	2.993.990	8.652	1.239.653	5.448	1.209.904	8.676	—	—	—
Agrícolas	23.069	1.638.611	14.995	1.971.808	17.167	2.094.868	8.771	804.921	397	88.206	836	—	—	—
Pecuários	411	25.668	123	6.113	127	7.520	55	3.497	2	30	1	—	—	—
Agro-Pecuários	53.751	4.207.341	23.752	3.311.060	29.614	5.096.378	17.478	2.048.071	5.847	1.298.140	9.513	—	—	—
Rurais	425	750.454	122	141.516	137	157.214	226	271.422	178	205.374	369	—	—	—
Industriais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	54.176	14.957.795	23.674	3.452.576	29.751	5.253.692	17.704	2.319.493	6.025	1.503.514	9.882	—	—	—

(*) Em 1948 as verbas assinaladas incluem elevações de crédito provenientes da capitalização de acessórios em virtude de "ajustes de crédito" e "moratória".

NOTA — Na atividade "Pecuária" estão incluídos os seguintes financiamentos para lá:

ANOS	Numero	Valor (Cr\$ 1.000)
1945	3 otrs.	Cr\$ 5.000.000
1946	6 otrs.	Cr\$ 10.000.000
1947	6 otrs.	Cr\$ 5.500.000
1948	14 otrs.	Cr\$ 12.800.000
Total	29 otrs.	Cr\$ 33.300.000

c) CREDITO PECUARIO

No ano de 1947, de Janeiro a Abril, estiveram totalmente suspensas as operações de crédito pecuário, porque o artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de Dezembro de 1946, proibindo ao pecuarista a alienação ou gravame de bens sem expresso consentimento de todos os credores, impediu praticamente a constituição de garantias. Depois

de Abril, embora enfrentando riscos, chegamos a deferir, naquele ano, 397 financiamentos, no total de Cr\$ 88.206.000,00, incluídos seis operações no valor de Cr\$ 5.500.000,00, realizadas com cooperativas de produtores de lá.

O quadro a seguir, bem expressivo, mostra o total dos créditos pecuários concedidos desde a fundação da Carteira:

ANOS	Numero	Valor (Cr\$ 1.000)
1938	103	5.554
1939	653	39.594
1940	3.141	174.512
1941	5.524	307.051
1942	7.535	545.257
1943	6.713	566.643
1944	14.995	1.971.808
1945	17.167	2.094.868
1946	8.771	804.921
1947	397	88.206
1948	836	368.769

A vigência da Lei n.º 8 foi ampliada pela Lei n.º 52, de 30 de Julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de Dezembro de 1947. Pela interpretação dada aquele diploma legal, justamente nos Estados onde maiores eram nossas aplicações na pecuária, chegou-se a firmar jurisprudência no sentido de que nem mesmo pelo desvio criminoso ou total abandono das garantias, conservava o credor pignoratício o direito a medidas judiciais acautelatórias de seus privilégios. Não é difícil avaliar quanto foram prejudicados os nossos legítimos interesses.

Finalmente, sancionada a 2 de Janeiro de 1948, veio a Lei n.º 209 não só reger a moratória (abrandando apenas débitos de criadores e recriadores de gado bovino e não de todo e qualquer pecuarista, na forma estabelecida pelos diplomas anteriores), como reajustar dividas, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento. Foi assim possível à Carteira, louvando-se na nova Lei, reiniciar os empréstimos da espécie, já então regulamentados em bases e condições ditadas pelo estudo amadurecido da matéria e pela larga experiência adquirida.

Em Agosto, foram expedidas novas instruções às Agências, tendo-se realizado, em 1948, 836 contratos, no valor de Cr\$ 358.769.000,00, contra 397, feitos em 1947, no total de Cr\$ 88.206.000,00.

Os empréstimos destinados à aquisição de gado de recreação e engorda pouca alteração sofreram em suas condições. Apenas, quanto a engorda, tendo em vista

sim possível à Carteira, louvando-se na nova Lei, reiniciar os empréstimos da espécie, já então regulamentados em bases e condições ditadas pelo estudo amadurecido da matéria e pela larga experiência adquirida.

Em Agosto, foram expedidas novas instruções às Agências, tendo-se realizado, em 1948, 836 contratos, no valor de Cr\$ 358.769.000,00, contra 397, feitos em 1947, no total de Cr\$ 88.206.000,00.

Os empréstimos destinados à aquisição de gado de recreação e engorda pouca alteração sofreram em suas condições. Apenas, quanto a engorda, tendo em vista

milhares de cruzados. que são raras da pecuária requer pastagens especiais, situadas nas proximidades de mercados consumidores ou de centros de industrialização, tivemos a proposta de estimulação, principalmente, nas zonas de maior perspectiva de sucesso na exploração.

Quanto à criação, considerando que os criadores, já radicados à profissão, geralmente não precisam adquirir técnicas — pois dispõem, em regra, de novilhas da própria rebanho — passamos a financiar de preferência a compra de reprodutores machos, como a mais eficiente meio de elevar a indústria racial do gado. Todavia, as propostas de empréstimos para aquisição de fêmeas são por nós apreciadas e deferidas, se ponderarmos os motivos invocados pelos proponentes.

Demonstrando a experiência que os empresários para melhoramento de instalações nas propriedades rurais continuam eficiente amparo ao pecuarista, fizemos especial recomendação às Filas, no sentido de se examinarem, com o maior empenho, propostas desse gênero, como de orientarem seus clientes, para que eles se possam bem aproveitar dessa modalidade de auxílio financeiro.

Na disseminação do crédito especializado a criadores, para aumento e melhoria da população bovina, temos tido particular interesse em amparar os pequenos produtores, quando idôneos e credenciados para a atividade pastoral.

Retomando o curso normal das

operações, colámos também, no exercício de 1948, um fase de recomposição de dívidas (relatavam-se os empréstimos pecuários, em 21-12-1948, a Cr\$ 2.437.482.225,30), não se facilitando os ajustes legais, amigáveis ou judiciais, como propiciando outra modalidade de composição, fora da moratória, aos que se não quiseram valer da Lei n.º 209. Mas a Lei n.º 487, de 29 de Outubro de 1948, reatou o prazo de habilitação aos beneficiários da moratória, concedendo, no prazo de 30 dias, a liberação de de terras, seus rebanhos liberados, mediante especificação de bens imóveis em garantia da dívida.

Muitas foram as pecuárias que, expressamente, renunciaram aos benefícios da Lei n.º 209, porque deixavam caducar o direito de requerimento ou porque já tiveram reatado seus débitos. Não obstante, grande parte delas, ainda as condições propiciadas pela Lei n.º 487, procurou conseguir o amparo desse novo diploma legal. E já agora, embora se forte movimento por parte dos interessados no sentido da concessão de liberalidades ainda maiores.

Nutrimos a esperança, porém, de que o patriotismo de nossos legalistas encostou, para tão completa e delicada matéria, solução que preserve a instituição do crédito, que universalmente se funda na confiança e na certeza do regular reembolso das aplicações.

CREDITO INDUSTRIAL

Melhor demonstra o quadro seguinte a assertiva que fizemos

quanto ao incremento de nossas operações, e, consequentemente, ao amparo prestado à indústria nacional. Não obstante a má situação observada dos produtos que

encontram nossas atividades, alcançaram os empréstimos da espécie, em 1948, número bem superior ao total dos realizados em 1947, e seu valor ultrapassou

em muito, o montante das investidas feitas no exercício passado. De fato, enquanto, em 1947, firmamos 178 contratos, no valor de 205.373 milhões de cruzados, em

1948 foram feitos 245 contratos, no total de 495.989 milhões de cruzados, sendo a variação, assim, de mais 191 contratos, somando 290.616

CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

ATIVIDADES FINANCIADAS	1938 a 1943		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000
Algodão (beneficiamento, exportação)	41	13.307	22	42.128	49	41.153	55	69.548	233	157.338
Alimentação (massas, padarias, doces, bebidas, etc.)	47	28.383	5	998	4	5.814	24	27.959	80	51.156
Alumínio	1	121.120	—	—	—	—	57	64.912	270	144.122
Azeite, milho e outros cereais	42	9.470	27	12.184	34	37.036	63	48.338	205	192.101
Café (beneficiamento, torrefação)	48	28.945	53	94.374	59	26.244	16	59.300	176	95.243
Carnes e charcutarias	5	14.740	—	—	1	17.293	16	59.300	19	85.243
Cerâmica, cristais, louças e vidros	23	41.693	8	36.878	4	3.570	4	21.982	29	101.643
Cimento	1	18.000	1	12.000	1	3.000	1	18.000	4	43.000
Curtumes (indústria de couros)	24	11.358	1	3.240	1	4.000	—	—	1	85.827
Expurgo de urucum	1	59.827	—	—	—	—	—	—	1	59.827
Frigoríficos de frangos	1	35.000	—	—	—	—	2	6.500	25	20.443
Fumo	16	5.883	4	6.500	1	1.500	—	—	—	—
Madeiras (serrarias, compensados, laminados, etc.)	14	32.804	4	851	4	910	8	7.259	30	41.826
Mandioca (industrialização)	12	55.336	—	—	—	—	—	—	12	55.336
Material bélico	2	29.000	—	—	—	—	—	—	2	29.000
Metalurgia e siderurgia	41	123.236	7	20.500	4	9.500	10	29.523	62	182.919
Mineração	13	15.516	2	1.715	—	—	2	3.500	15	20.531
Óleos vegetais e gorduras	30	20.918	1	330	8	14.419	5	11.521	44	47.204
Papel, papéis, celulose, etc.	18	157.000	1	4.000	4	20.350	5	10.700	28	172.120
Produtos químicos e farmacêuticos	22	74.763	—	—	1	400	4	32.000	28	103.163
Sal	10	928	1	1.285	1	62	45	7.671	57	9.668
Têxteis (lã e lã-estrela)	42	80.943	2	1.630	4	11.124	7	18.145	55	112.092
Trigo e farinha de trigo	—	—	1	60	4	2.474	17	24.299	22	27.333
Transportes	6	101.296	—	—	1	2.450	—	—	7	103.746
Outras atividades industriais	184	35.245	12	12.187	4	2.360	10	58.450	210	110.242
Total	684	1.049.267	226	271.422	178	295.373	369	495.887	1.457	2.021.769

NOTA — As cifras relativas a "outras atividades industriais" em 1945, incluem operações de manutenção e borrachas, realizadas em 1947 e postas somente transferidas para o Banco da Borracha.

No tocante à produção do trigo nacional, cujo cultivo, em bases adequadas e permanentes, tem sido estimulado pela Carteira, estudamos nossa assistência financeira desde os trabalhos agrícolas até à industrialização primária desse cereal. Só na industrialização primária do trigo, isto é, moagem do grão para transformação em farinha, já investiu a Carteira, ultimamente, cerca de Cr\$ 28.000.000,00.

Outro ponto que merece ser acentuado é o que se refere ao amparo, da indústria do charque. Transpondo as naturais dificuldades que se lhe antepõem, decorrentes das próprias características

da indústria, pode a Carteira, como já o vem fazendo, incluir o charque na linha de utilidades especificadamente financiadas, contribuindo, assim, para o efetivo amparo da produção nacional. Nessa atividade investiu a Carteira, em 1948, Cr\$ 50.300.000,00, quando em todo o ano anterior tais aplicações não foram senão pouco além da casa dos 17 milhões.

O sal teve também, recentemente sua produção amparada pela Carteira que, nos moldes do contrato assinado com a União, em 5 de Setembro de 1947, passou a prestar direta assistência aos salinheiros, proporcionando-lhes os meios necessários à melhoria do produto. Dessa forma, 45 contratos, no valor de Cr\$ 7.671.000,00, foram firmados no exercício de 1948, contra um único financiamento, de Cr\$ 82.000,00, feito em 1947.

SAL

Financiamentos concedidos durante o ano de 1948 (*)

ESTADOS	Numero de Contratos	Custo de Produção Toneladas	Valor Cr\$ 1.000
CEARA — Fortaleza	1	345	43
RIO GRANDE DO NORTE — Mossoró	2	18.145	353
Natal	1	970	33
	3	19.115	386
RIO DE JANEIRO — Cabo Frio	33	102.009	2.494
TOTAL	39	118.469	2.915

(*) Contrato firmado com a U

e) LETRAS HIPOTECARIAS

Durante o exercício foram con-

cedidos 37 empréstimos em letras hipotecárias, no total de Cr\$

5.891.900,00, para pagamento e

liquidação de dívidas contraídas

3 — CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

A despeito dos esforços que, de modo geral, todos os países têm envidado com o objetivo de eliminar as graves dificuldades econômico-financeiras consequentes da guerra e que tão profundamente afetaram o intercâmbio comercial do Brasil com o exterior, muitas dessas dificuldades subsistiram vivamente em 1948 e continuam presentes.

Não obstante, foi bem expressi-

va, no curso do ano próximo passado, o impulso tomado pelas operações de crédito, através das quais a Carteira de Exportação e Importação, dentro de suas finalidades, procura estimular nosso comércio exterior.

Assim é que se realizaram, naquele exercício, 2.021 operações, no valor total de 1.169.504 milhões de cruzados, a saber:

	Numero	Cr\$ 1.000
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.561	782.811
Financiamentos de créditos sobre o exterior	406	284.659
Empréstimos mediante penhor mercantil	54	102.034
Total	2.021	1.169.504

Em 31 de Dezembro de 1948, existiam, contratadas, 433 opera-

	Numero	Cr\$ 1.000
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	186	64.388
Financiamentos de créditos sobre o exterior	316	418.912
Empréstimos mediante penhor mercantil	31	98.611
Total	433	581.911

por agricultores até 15 de dezembro de 1939, na forma dos Decretos-Leis de reajustamento econômico de 1939, sendo:

— oriundos de ajustes compulsórios 34 — Cr\$ 5.074.500,00

— oriundos de ajustes voluntários 3 — Cr\$ 197.000,00

As liquidações, em número de 38, somaram Cr\$ 3.143.600,00.

As operações da espécie, que atingiram, em 31 de Dezembro de 1947, a Cr\$ 20.838.825,80, passaram a se expressar, em igual data de 1948, pela cifra Cr\$ 22.594.266,70, correspondente a 235 contratos "em ser".

Em preparo, para decisão da Câmara do Reajustamento Econômico e para lavratura dos respectivos contratos, existiam 313 processos.

Em 1948 foram emitidas 3.917 letras hipotecárias, no valor total de Cr\$ 4.477.000,00; acrescentadas às 12.933 existentes em circulação em 31 de Dezembro de 1947, fica esse número elevado a 16.850. Foram ainda reemitidas 564 letras (Cr\$ 1.422.500,00), que somadas às emitidas perfazem o total de Cr\$ 5.899.500,00. Esse total corresponde ao montante dos empréstimos realizados no exercício — Cr\$ 5.891.900,00 — e mais Cr\$ 7.600,00 de títulos emitidos para substituir outros de igual valor.

Foram resgatadas, mediante sortido realizado em Janeiro último, 1.233 letras hipotecárias, no valor de Cr\$ 2.303.800,00.

O quadro seguinte, registrando o movimento até 31 de Dezembro

de 1948, demonstra o destino que tiveram as 5.418 propostas de empréstimos em letras hipotecárias, em 11 de Dezembro de 1948.

Por fim, por nos recebidas nos termos dos Decretos-Leis números 1.002, 1.172, 1.230, 1.888, 2.071, 28-5 e 26-10-40.

EMPRESTIMOS EM LETRAS HIPOTECARIAS

Posição em 11 de Dezembro de 1948

Cr\$ 1.000

PROCESSOS REGISTRADOS

Empréstimos deferidos (ajustes voluntários) pendentes de realização

Processos cujos empréstimos foram realizados, no valor de Cr\$

39.504.800,00, inclusive 181, no valor de Cr\$ 11.219.100, já liquidados

Empréstimo cancelado

Processos encaminhados à Câmara do Reajustamento Econômico

Diretamente pelas Agências

Por desistência

Por desinteresse

Por falta de ajuste amigável: Pendentes da decisão da C.R.E.

Reajuste compulsório para realização de empréstimo com o Banco

Idem, idem, com credores

Liquidados em dinheiro, liberados, indenizados, realizados com credores, destituições homologadas, etc.

Total

5.418

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

1.524.150

50.607

38.372

que a Carteira lhe pode propiciar. Dentre os 33 produtos, cuja im-

portação foi financiada, destacam-se os seguintes:

Cr\$ 1.000

PRODUTOS

Maquinários

Caminhões e auto-ônibus

Petróleo e derivados

Produtos químicos

Papel

Cobre

Fôlha de Flandres

Máquinas agrícolas

Confrontando os movimentos de 1947 e 1948, evidenciam-se as seguintes

maioriações:

N.º de operações

Em 1948

1947

Aumento em 1948

Empréstimos mediante penhor mercantil

Também os "empréstimos mediante penhor mercantil"

tiveram, no decorrer de 1948, apreciável desenvolvimento. Em 1947 o

De 23 produtos financiados, cabe indicar:

PRODUTOS

N.º de operações

EXPORTAÇÃO

A 23 de Fevereiro de 1948 foi sancionada a Lei n.º 262, pela qual o Poder Executivo ficou autorizado a exercer, mediante o regime de licença prévia, o controle do intercâmbio comercial do País, com o exterior, visando aos seguintes principais objetivos, indicados no Regulamento baixado com o Decreto n.º 24.697-A, de 23 de Março do mesmo ano:

a) — dar recursos disponíveis ao exterior a aplicação mais conveniente aos interesses do País;

b) — assegurar o regular abastecimento do mercado interno e a execução de acordos internacionais;

c) — restringir as importações de produtos não essenciais, assim também considerados os que embora intrinsecamente essenciais, se produzem no País em condições satisfatórias de qualidade e preço;

d) — promover a importação de produtos reconhecidamente essenciais, mas de suprimento mundialmente escasso e sujeito a restrições.

Pelo citado Decreto, a execução dessas normas foi confiada à Carteira de Exportação e Importação, ao mesmo passo que ficou organizada a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, constituída pelo Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, pelo Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, pelo Diretor da Carteira de Comércio Exterior, pelo Chefe do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, pelo Assessor Técnico da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, por um representante da indústria, um do comércio e um das atividades agro-pecuárias, respectivamente indicadas pela Confederação Nacional da Indústria, pela Confederação Nacional do Comércio e pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Logo depois de entrar em vigor o Decreto n.º 24.697-A, foi suspensa a concessão de licenças para exportações de gêneros alimen-

tícios — as quais já vinham sendo controladas — a fim de proceder-se ao levantamento das estatísticas e à estimativa da produção, elementos necessários ao seguro conhecimento dos verdadeiros excedentes exportáveis. A medida que se foi apurando a existência de reais disponibilidades, passou-se a conceder licenças dentro de condições e limites adequados.

Em seguida, adotou-se, para a execução do controle, um sistema que assim pôde ser resumido: mediante inquéritos em que se colhem informações fidedignas, não só de fontes oficiais, mas também de órgãos de classe e de particulares, a Carteira estima as quantidades exportáveis dos vários produtos brasileiros. A Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, baseada nesses inquéritos, estabelece as normas a observar no licenciamento das respectivas exportações, levando sempre em conta — mas sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil — a conveniência de se orientarem as vendas tanto quanto possível, para países de moeda forte, a fim de não aumentar os nossos créditos em divisas inconvertíveis. Essa orientação se impõe porque, de um modo geral, os países de moeda fraca, que procuram comprar produtos brasileiros, não têm, ou se não interessam em fornecer, em proporção pelo menos razoável, mercadorias essenciais à economia brasileira.

O Controle da exportação, assim, vem apresentando um duplo e salutar aspecto: seletivo e orientador.

Durante o ano findo, a Carteira recebeu e examinou 51.522 pedidos de licença de exportação, dos quais deferiu 51.064 (99,11%) referentes a mercadorias com o peso de 5.323 milhares de toneladas e o valor de 22.745 milhões de cruzeiros. Dessas licenças, 13.555 foram expedidas pela Direção Geral e 37.509 pelas nossas Agências.

Confrontando os totais das licenças emitidas em 1948 com os relativos ao ano precedente, verificam-se as diferenças consignadas no quadro seguinte:

Ano	N.º	1.000 toneladas	1.000.000
1947	34.146	2.634	11.102
1948	51.064	5.322	22.745
Aumento em 1948	16.918	2.688	11.643

Observa-se que no ano passado houve, sobre o movimento de 1947, uma elevação de 50% no número das licenças, de 102% no peso das mercadorias e de 105% no valor das mesmas.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, no último ano, a alta das exportações licenciadas decorreu, em grande parte, do fato de vários produtos, anteriormente não sujeitos ao controle, terem sido incluídos no regime de licença prévia, estabelecido pela nova legislação.

IMPORTAÇÃO

Uma vez instituído o regime de licença prévia, deu-se início à execução da política de evitar, tanto quanto possível, as importações, em moeda forte, de produtos não essenciais ou menos necessários. Ao mesmo tempo, procurou-se deslocar das zonas de moeda forte para as de moeda fraca parte das nossas importações essenciais.

Os resultados favoráveis já obtidos tornar-se-ão mais patentes à medida que vá crescendo a capacidade de suprimento dos países europeus de moeda fraca.

Os critérios fixados pela Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior limitam o volume físico das importações — exceto, por motivos óbvios, no que se refere a máquinas para indústrias essenciais ou para a lavoura — e determinam a prioridade do fornecimento da respectiva cobertura cambial, de acordo com o artigo 23 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.697-A:

— categoria "A" — produtos de absoluta essencialidade (p. ex.: gêneros alimentícios, combustíveis, matérias-primas e máquinas para indústrias essenciais, fertilizantes, máquinas e implementos para trabalhos rurais);

— categoria "B" — produtos de relativa essencialidade (p. ex.: matérias-primas e máquinas para indústrias de relativa essencialidade, produtos acabados que se destinam a suprir deficiências qualitativas ou quantitativas da produção nacional);

— categoria "C" — produtos de importação de mediata ou através desses órgãos, cujas ope-

eventual conveniência (p. ex.: máquinas fotográficas de tipo comum, louças de fantasia, linóleos, etc.).

Cabe salientar ainda que a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior já fixou cerca de 400 critérios, compreendendo, praticamente, os produtos que figuravam nas estatísticas das importações brasileiras.

O estabelecimento desses critérios e a sua uniforme aplicação pela Direção Geral e pelas Agências vem, através da padronização das soluções, eliminando demoras no despacho dos pedidos de licença e proporcionando os seguintes resultados principais:

a) — suprimentos adequados à economia brasileira, que não deve ser privada do que for necessário ao seu desenvolvimento e consideração;

b) — mais eficiente aproveitamento das divisas escassas, pelas restrições às importações de produtos dispensáveis e, tanto quanto possível, pelo deslocamento das aquisições necessárias para as zonas de divisas não escassas.

Na forma exposta, pôde a Carteira conceder, em 1948, entre o acúmulado número de 186.376 pedidos, 122.478 licenças de importação, relativas a mercadorias, do valor de Cr\$ 19.546.878.170,00, denegando 35.565 solicitações referentes a produtos na importância de Cr\$ 6.684.060.238,00. No fim do exercício havia, em todo o País, 28.333 pedidos em trânsito ou ainda pendentes de estudos.

Permanecendo, ainda, as circunstâncias que deram margem à instituição do regime de controle, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional mensagem em que se acentua a necessidade de ampliar a vigência da Lei n.º 262 e de se lhe introduzir algumas alterações.

4 — CARTEIRA DE REDESCONTOS E CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

Prossiguiu o Governo, no ano de 1948, em sua política de crédito, no sentido de dispensar especial atenção ao comércio bancário,

rações apoiaram-se em rigorosa seleção de títulos e negócios, de modo a que se revistam da máxima segurança.

Foi bastante intenso o movimento de redescontos, que somou 81.854 títulos, no valor de 6.618 milhões de cruzeiros, contra, respectivamente, 61.797 e 4.585 milhões, no exercício anterior. Não

ANOS	NUMERO	Cr\$ 1.000.000
1944	47.355	4.459
1945	34.712	2.821
1946	80.060	6.734
1947	61.797	4.585
1948	81.854	6.618

Mais especificadas, seguem-se as cifras referentes ao ano de 1948:

DISTRIBUIÇÃO	NUMERO DE TITULOS	Cr\$ 1.000.000
DISTRITO FEDERAL		
Banco do Brasil	35.133	2.978
Outros bancos		
ESTADOS		
Banco do Brasil	7.806	1.374
Outros bancos	38.915	2.266
TOTAL	46.721	3.540
TOTAL GERAL	81.854	6.618

houve operações de "Empréstimos a Bancos", os quais são garantidos por Letras do Tesouro e facultados pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 4.792, de 5 de Outubro de 1942.

Os algarismos abaixo mostram o vulto da assistência prestada pela Carteira de Redescontos, durante o último quinquênio:

O valor dos efeitos redescontados pelos demais bancos atingiu a 5.244 milhões de cruzeiros.

As operações mensais da Carteira estão alinhadas abaixo:

MESES	Cr\$ 1.000.000
Janeiro	1.379
Fevereiro	790
Março	805
Abril	927
Mai	922
Junho	1.030
Julho	1.306
Agosto	1.325
Setembro	1.327
Outubro	1.267
Novembro	1.346
Dezembro	2.477

No último dia do exercício, assim se apresentava a distribuição dos redescontos:

	Cr\$ 1.000
Banco do Brasil	1.307.438
Outros Bancos	1.169.944
Total	2.477.382

Essas operações estavam financiadas com os seguintes recursos:

	Cr\$ 1.000
Tesouro Nacional (requisições)	1.350.000
Superintendência da Moeda e do Crédito	806.793
Banco do Brasil — Conta corrente	13.742
Fundo de reservas	131.240
Fundo de reserva especial	101.285
Provisão para despesas de notas	38.004
Outros recursos	36.311
Total	2.477.382

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1948

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

ATIVO

	Cr\$
DISPONIVEL	
Caixa:	
em moeda corrente	1.037.765.303,10
em outras espécies	1.411.846,80 1.059.177.149,90
REALIZAVEL	
Correspondentes no exterior	7.471.283.061,00
Empréstimos:	
Tesouro Nacional:	
Conta de compra de ouro	11.464,10
Saldo a liquidar do exercício de 1946	1.092.763.696,30
Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948	515.186.704,80 1.607.961.865,20
Empréstimos rurais	3.684.774.802,40
Empréstimos industriais	766.238.148,30
Empréstimos em letras hipotecárias	22.117.182,70
Empréstimos em financiamento	867.765.715,50
Caixa de empréstimos aos funcionários	27.006.250,00
Outros empréstimos em conta corrente	5.590.694.783,00
Títulos descontados	2.632.470.612,70
Títulos a receber	10.824.922,30
Títulos e valores mobiliários:	
Obrigações de Guerra	93.363.303,00
Apólices e outras obrigações federais	169.712.644,00
Apólices estaduais	8.129.096,00
Apólices municipais	1.337,00
Outros títulos em moeda nacional	1.441.841,00
Títulos da dívida externa brasileira	114.291.666,50
Outros títulos em moedas estrangeiras	55.773.481,80
Outros valores mobiliários	1.914.394,80
Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente	
a depósitos obrigatórios (Decreto-Lei 9.159, de 10-4-46)	811.784.000,00
Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito	191.048.917,20
Carteira de Redescontos, conta de movimento	182.432.867,60
Antecipações de pagamento de câmbio comprado	62.069.850,10
Imóveis não destinados a uso do Banco	35.107.372,80
Letras hipotecárias a receber	1.046.300,00
Correspondentes no país	15.926.630,90
Créditos em liquidação	373.047.825,60
Agências no país	14.801.184.537,00
Agências no exterior	90.161.813,10
Outras contas do ativo realizável	4.134.969.438,70 53.825.170.460,20
FINO	
Edifícios de uso do Banco	220.103.134,90
Móveis, utensílios e material de expediente	103.244.059,20 323.347.194,10
DE RESULTADO PENDENTE	
Contas de resultado pendente	76.019.025,00
DE COMPENSAÇÃO	
Efeitos a receber de conta alheia:	
do exterior	2.142.063.754,10
do país	2.842.673.620,40 4.904.737.374,50
Mandatários por cobrança de títulos	2.644.134.937,20
Valores depositados:	
Ouro depositado pelo Tesouro Nacional (314.881.476 grs. de ouro fino)	7.096.407.899,60
Títulos da Dívida Pública Federal, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito:	
— Decreto-Lei 9.140, de 5-4-46:	
Do Banco do Brasil S. A.	191.047.000,00
De outros bancos	384.605.900,00
— Decreto-Lei 9.159, de 10-4-46	542.422.900,00 1.118.075.800,00
Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório (Decreto-Lei 4.166, de 11-3-42)	51.036.995,30
Outros valores depositados	9.810.157.117,50
Valores em garantia:	
Hipotecas	2.501.311.780,00
Outras garantias	14.956.458.948,70
Devedores por garantias prestadas:	
Companhia Siderurgica Nacional	1.199.223.900,00
Estado de São Paulo	70.260.372,80
Estrada de Ferro Central do Brasil	2.257.699,50
Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional	693.376.000,00
Outras entidades	45.627.021,00
Outras contas de compensação	
	14.984.528.889,40 60.155.794,70
	105.459.508.565,16

PASSIVO

RACIÃO LÍQUIDO		1991.000.000.00
Capital	763.894.986,79	
Fundo de reserva	3.337.228.809,39	
Fundo de previdência	373.267.758,20	
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	960.965.405,54	1.635.374.154,92
Fundo para previdência complementar		41.395.524,23
Outros para a despesa com a previdência complementar de interesse público		2.799.366.877,40
DEBÍTO		429.281.908,79
Correspondência de valores		
Depósitos		
Depósitos de entidades públicas		
Tesouro Nacional, conta vinculada de Lei 14. de 11-1-40	1.802.365.146,29	
Outros depósitos de entidades públicas	1.276.475.855,35	3.078.841.001,64
Depósitos bancários de correspondência de valores	1.035.398.184,50	
Outros depósitos bancários a vista	2.469.576.778,85	3.769.375.142,92
Depósitos sem prazo		558.995.080,20
Depósitos com prazo		3.828.653.716,18
Depósitos limitados		712.280.346,86
Depósitos populares		210.822.973,68
Depósitos de prazo certo de menos de 90 dias		48.323.827,15
Depósitos de prazo certo de 90 dias ou mais		272.818.325,20
Depósitos a prazo longo		871.641.080,56
Depósitos em garantia de acionistas no trabalho (Decreto 14.497, de 11-1-40)		200.000,00
Depósitos federais a vista e de prazo certo de menos de 90 dias (Decreto-Lei 3.877, de 14-1-47)		946.281.464,23
Depósitos federais a prazo e de prazo certo de 90 dias ou mais (Decreto-Lei 3.877, de 14-1-47)		36.874.558,98
Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos (Decreto-Lei 3.877, de 14-1-47)		512.585.712,84
Depósitos obrigatórios a prazo longo (Decreto-Lei 3.877, de 14-1-47)		335.430.495,01
Depósitos obrigatórios (Decreto-Lei 3.877, de 14-1-47)		354.674.314,95
Depósitos de garantia para certificados de empréstimos (Decreto 15.824 e Decreto-Lei 3.877, de 14-1-47 e 15-1-49)		75.761.872,01
Depósitos obrigatórios (Decreto-Lei 3.877, de 14-1-47)		408.480.672,46
Superintendência da Moeda e do Crédito		18.492.543.244,87
Conta de fundo (Decreto-Lei 3.293, de 11-1-45)		
Banco do Brasil S. A.	931.848.717,26	
Outros bancos	424.464.217,50	435.513.275,34
Conta de juros		
Depósitos (Decreto-Lei 3.495, de 18-11-47)	35.253.153,98	
De aplicações (Decreto-Lei 3.154, de 18-4-48)	58.243.314,50	45.242.927,50
Contas correntes		4.500.764.850,74
Bônus em circulação		75.843.000,00
Letras hipotecárias em circulação		29.832.600,00
Ordens de pagamento		824.143.444,20
Correspondências no país		4.187.764,00
Agências no país		14.840.940.497,00
Agência no exterior		134.184.121,90
Títulos a pagar		
Certificados de empréstimos	181.775.190,42	
Letras a prazo	218.514,50	482.495.844,28
Dividendos a pagar		
Ações em circulação	2.783.441,00	
Bonificação, não realizada	243.290,38	5.548.441,00
44 - dividendo a distribuir		31.304.200,00
Outras contas de prestação estatual		8.701.119.758,35
DE RESULTADO PENDENTE		41.575.940.700,00
Contas de resultado pendente		888.782.051,00
DE COMPENSAÇÃO		45.283.765.823,00
Depósitos de valores para compensação		7.428.472.111,20
Depósitos de valores em custódia		98.375.872.802,50
Depósitos de valores em garantia		37.492.276.224,50
Responsabilidades de entidades por garantias prestadas a terceiros		2.808.744.055,00
Outras contas de compensação		14.584.824.869,41

Fin de l'année 1944. Fin de l'année 1944.

RODOLFO GUILHERME DA SILVA FILHO
Presidente

JULIO DE MATTOS
 Calle de Departamento de Gobernación, P.O. n.º 2247

Demonstração de lucros e perdas em 30 de junho de 1948

(Compreendendo Direcção Geral e Agências no país e exterior)

DÉBITO		CRÉDITO	
	Cz\$		Cz\$
Despesas financeiras (juros e outros)	387.825.742,50		
Despesas administrativas:			
Despesa de impostos	89.878.155,00		
Outras despesas administrativas	329.734.118,40	344.274.875,20	
Mantimento do valor das imóveis, móveis e transmissões de uso do Banco	74.590.065,00		
Provisões	60.242.225,50		
Provisão que se leva ao "Fundo para provisão eventual" (Art. 43, § único das Estatutos para eventual compensação de provisões)	5.085.850,00		
Distribuição do lucro líquido (Art. 45, § único das Estatutos):			
Fundo de reserva de 10%	2.542.425,00		
Reservações da Diretoria	140.000,00		
Dividendo à razão de 20% ao ano	38.000.000,00		
Fundo de Beneficência dos Funcionários: 5%	253.465,00		
Fundo de provisão, conta de custo	54.504.400,00	75.544.325,50	
	837.443.442,50		837.443.442,50

San de Mexico, D. F., 24 de Julio de 1948

MANOEL COUTINHO DA SILVA FILHO

JULIO DE MATTEOS
 Cede al Departamento de Convenciones (B. C. n.º 3.147)

É oportuno assinalar que a Comissão de Redencação na maior parte de sua atuação tem seus próprios recursos — empréstimos a 20% milhões de cruzeiros — e mais os fornecidos pelo Banco do Brasil e pela Superintendência da Moeda e do Crédito, de conformidade com o artigo 24 da Lei nº 2.158, de 10 de Abril de 1946. O saldo da Comissão para com o Tesouro — Cr\$ 214.900,00 — foi registrado em dezembro de 1946. Somente em 1947 de Novembro, teve ela necessidade de apelar para esse recurso.

gradualmente beneficiada, foi a situação da Caixa de Montilivães-Bastardo, no ano de 1946. Operando com garantia de imóveis, créditos públicos e comerciais a longo prazo, refinanciada com o aval dos dirigentes das instituições interessadas, mantinha a Caixa as atividades a longo prazo, de segura liquidação, das responsabilidades que lhe podem incumbir, com o fim de estabelecer-se sobre bases sólidas de existência.

Naõ Herman da Lei n.º 209, de 2 de Janeiro de 1948, a Caixa de Mobilização Bancária deve autorizar a atender os estabelecimentos de medicina que tiverem de fazer ajuste de dividendos sobre, relativos da remuneraçaõ dos debitos sobre a comercializaçaõ de colchete e a remuneraçaõ de cada bimestre.

Después de su sexta empre-
sa, en 10 de Diciembre de 1948
a 2.078 millones de comarcas (con
paración al valor de 2.634 en

EMPRESARIOS	SALDOS MEDIOS		VARIACIONES	
	1947	1948	Adquisición	%
A. entidades públicas	4.402	5.128	726	17
A. bancos	500	5.322	4.822	96
A. grandes en comercio y particulares	4.582	3.473	-1.109	-24
Todos los empresarios de España	9.484	13.923	4.439	47

As operações de financiamento de obras públicas e de indústrias de interesse nacional, autorizadas pela Agência Especial de Financiamento, atingiram a 843 milhões de cruzeiros, em 30 de dezembro de 1948, alcançada uma alta de 347 milhões em relação à mesma data de 1947. O total dos financiamentos, ao termo de exercício de 1948, representava a seguinte classificação: 379 milhões de cruzeiros a indústria de construção civil e 300 milhões a indústria manufatureira.

Em Abril de 1948, foi assinado termo aditivo ao Convênio firmado em 1942, entre a Prefeitura de Curitiba Federal e o Banco da Bahia, concernente ao financiamento de planos urbanísticos. Segundo esse aditivo, o débito da Prefeitura ao valor de Cr\$ 579.426.200,00 — pagando-se por Obrigações Urbanísticas — a importância de Cr\$

462 520 905,00 — que desconta
por pagamento de prazo de 30
anos, sem liquidade em 360 por
leões mensais, no valor anual de
C-6 45 547 905,00. Aquelas mes-
salidades compreendem juros de

75 a 1. e interdisciplinar, com
ênfase a garantia de ensino em
de interdisciplinar Cód 235.441.000

Essa transação possibilitou a Prefeitura, resgatando os interesses financeiros do Banco, a libertação das unidades Orlangueiras Urbanas e, assim como a dos imóveis em outras regiões, a venda de terrenos, cuja venda se encontra, a prazo de 10

decide acerca propiamente, en la
de reentrenamiento de mercado en

Pelo novo Plano, a Prefeitura pode liquidar sua dívida, com o adiantamento de apenas Cr\$ 5 mil 000,00 à destinação adequada.

uma de Cof 32 529 754,00. Ser
nada, além de grandes planas, e
discretamente, as paragens de
uma construção.

○ valor das operações de comércio especializado, atribuídas
Agência Especial de Fomento

marche, se verra elevando desde o
mar. Chegaram também que
eram regulares pelo Item II do an-
exo 1.^o de Estatutos da Companhia.

SOME OF THE

1741	1742	1743	1744	1745	1746	1747	1748	1749	1750	1751	1752	1753	1754	1755	1756	1757	1758	1759	1760	1761	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1768	1769	1770	1771	1772	1773	1774	1775	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800
1741	1742	1743	1744	1745	1746	1747	1748	1749	1750	1751	1752	1753	1754	1755	1756	1757	1758	1759	1760	1761	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1768	1769	1770	1771	1772	1773	1774	1775	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800

10.4.2	4.3.2
10.4.3	4.3.3
10.4.4	4.3.4

C - ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇOS - DIVERSOS

1 - DIRETORIA
Mr. Assessoria Geral. Ordina.

1967), com 1.472 milhões em
igual data de 1967, verificando-se
um acréscimo de 704 milhões de
crusadeiros.

Essas operações estavam ligadas com requisições de numerário ao Tesouro Nacional, de acordo com a Decisão nº 21.409, de 8 de Junho de 1932, na importância de Cr\$ 1.178.409.500, através das próprias reservas da Caixa e de suplementos feitos pelo Banco do Brasil.

5 — CARTEIRA DE CREDITO GERAL

Attingiu a 19.713 milhões de cruzeiros a saída média das operações realizadas pela Caixa de Crédito Geral, no ano de 1948. Hoje, portanto, um aumento de 2.189 milhões de cruzeiros (11%) em relação ao ano anterior, resultante da elevação dos limites de operações das Agências, que a Diretoria, em resolução de 2 de Setembro último, determinou fossem ampliadas de 40%.

• Quando a seguir anual, a par de uma diminuição dos empréstimos a entidades públicas, o alargamento da assistência social, direta e indireta, às atividades económicas. Deu alguma evidência que, enquanto se fomentaram a produção, ao comércio e a particulares aumentaram de 800 milhões de cruzeiros em confronto com o exercício anterior, também se efectuou a baixas representativas de assistência indireta, deturcaram e considerável acréscimo de 502 milhões de cruzeiros.

ões Acadêmicas, realizada em 30 de Abril de 1948, foi eleito Diretor, para o período de 1948 a 1952, o Dr. Waldemar Mascena Salles, em substituição ao Dr. Vitorbado Machado de Sousa Campos, que, durante longo tempo, serviu, com dedicação, a este Estabelecimento.

É com prazer que registamos a habilitação de Dr. Gustavo de Sá Pires, cuja passagem por esta Casa deixou marca de notável competência. Para substituí-lo, no período de período, foi eleito, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 1948, o Dr. Martins Machado de Oliveira, cujo mandato, porém, se extinguiu em Abril de 1949.

Tendo sido nomeado, sucessivamente, Ministro da Fazenda e Diretor de Ovidio Xavier de Almeida em 27 de Setembro de 1946 e, posteriormente, para substituí-lo, a Direção da Carteira de Reservas, e Superintendente diste Banco, Sr. Pedro de Mendonça Lima. Em 14 de Fevereiro de 1947, o Dr. Ovidio Xavier de Almeida reassumiu as suas funções.

2 - STINGED BY FISCAL

Foram escolhidos para membros do Conselho Fiscal, pela Assembleia Geral Ordinária, de 30 de Abril de 1948, os Srs. Dr. João da Silva e Oliveira, Dr. Carlos da Silva Oliveira, Agostinho de Fátima Machado, Pedro de Magalhães Pereira, Frei eleito e Dr. José Mendes de Oliveira Castro.

Os suplicantes de Carmelito Falc
saram residentes

1 — FUNZIONALISMO

No decorrer de 1945, a quad
da aumentada de 317 servent
elevar-se, assim, a 10.853 : p
rieta de funcionamento atual

A abertura de novas agências, expansão dos serviços e a melhoria de prover as vagas abertas por motivo de aposentadoria normal ou compulsória, e de morte tem exigido a administração de investimentos.

A racionalização dos serviços, que é inevitavelmente um dos fatores de produtividade, funciona qualquer que seja a sorte de a unidade econômica — está recebendo especial atenção da Super Administração.

E' necessario dotar o Banco
novo de padraes de moedas de
banco, em beneficio da propria

14. Agradecemos pela dedicação
competência com que vêm servir
a Casa.

A Casa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, de acordo com as suas finalidades

Banco

- do -

Brasil

S. A.

O maior esta-
belecimento
de credito
do País

Direção geral

- e -

AGENCIA

CENTRAL

Rua 1.ª de Março, 66

RIO DE JANEIRO

estatutárias, concedeu, durante o exercício de 1948, 88 aposentadorias, o que elevou para 297 o número de associados aposentados. No mesmo período, foram concedidas 25 novas pensões, atingindo a 345 o número de pensionistas, em

Realizou, ainda, empréstimos hipotecários no valor de Cr\$ 26.954.455,40 para aquisição de construção de prédios e apartamentos destinados a residências de associados, no Distrito Federal e em

diversas cidades do País. As operações, aguardando chamada, no valor de Cr\$ 231.431.298,00.

A Caixa de Empréstimos aos Funcionários do Banco do Brasil desenvolveu maior atividade no exercício, em consequência da resolução, tomada na Assembleia Geral de Acionistas, em 30 de Abril de 1948, de elevar de Cr\$ 10.000.000,00 o suprimento concedido pelo Banco para empréstimos a seus servidores.

Balanço em 31 de Dezembro de 1948

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

ATIVO

DISPONIVEL		CR\$
Caixa:		
em moeda corrente	1.225.804.948,80	
em outras espécies	1.123.729,00	1.226.927.777,80
REALIZAVEL		2.791.095,10
Correspondentes no exterior		
Empréstimos:		
Tesouro Nacional:		
Conta de compra de ouro	751.793,10	
Saldo a liquidar do exercício de 1946	1.092.763.696,30	
Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948	588.048.716,00	
Outros débitos	187.396.169,20	
Operações da Carteira Câmbio:		
Correspondentes no exterior	8.134.546.121,60	
Outras contas	5.660.954.908,60	13.795.501.030,20
Empréstimos rurais	3.421.753.775,50	
Empréstimos industriais	898.121.456,70	
Empréstimos em letras hipotecárias	22.594.266,70	
Empréstimos de financiamento	937.453.377,80	
Caixa de empréstimos aos funcionários	34.728.276,30	
Outros empréstimos em conta corrente	5.647.918.000,50	
Titulos descontados	3.086.290.761,50	29.715.251.359,80
Titulos a receber		10.489.278,00
Titulos e valores mobiliários:		
Obrigações de Guerra	94.497.110,00	
Apólices e outras obrigações federais	167.923.455,00	
Apólices estaduais	7.648.385,00	
Apólices municipais	1.537,00	
Outros titulos em moeda nacional	1.854.124,50	
Titulos da dívida externa brasileira	115.744.364,29	
Outros titulos em moedas estrangeiras	57.238.798,90	
Outros valores mobiliários	1.231.252,60	446.138.847,20
Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente		
a depósitos obrigatórios (Decreto-Lei 9.159, de 10-4-46)		881.784.000,00
Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito		184.050.334,59
Carteira de Redescontos, conta de movimento		13.735.063,30
Antecipações de pagamento de câmbio comprado		64.388.037,70
Imóveis não destinados a uso do Banco		35.190.140,40
Letras hipotecárias a reemitir		827.200,00
Correspondentes no país		17.948.054,90
Créditos em liquidação		447.646.398,70
Agências no país		12.931.077.994,50
Agências no exterior		109.909.891,80
Outras contas do ativo realizável		1.038.578.233,30
		45.629.745.327,40
FINO		232.566.346,20
Edifícios de uso do Banco		110.850.027,00
Móveis, utensílios e material de expediente		343.416.373,20
DE RESULTADO PENDENTE		119.111.156,50
Contas de resultado pendente		42.510.201.236,70
DE COMPENSAÇÃO		
Efeitos a receber da conta alheia:		
do exterior	33.356.644,70	
do país	3.142.142.821,50	3.175.499.466,20
Mandatários por cobrança de titulos	3.743.164.529,30	6.318.661.995,30
Valores depositados:		
Ouro do Tesouro Nacional (281.605.677.538 grs. de ouro fino)	6.403.685.862,20	
Titulos da Dívida Pública Federal, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito:		
Decreto-Lei 9.140, de 5-4-46:		
Do Banco do Brasil S. A.	184.050.000,00	
De outros bancos	389.826.300,00	573.876.300,00
Decreto-Lei 9.159, de 10-4-46	534.951.500,00	1.107.927.800,00
Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório (Decreto-Lei 4.166, de 11-3-42)	47.784.734,10	
Outros valores depositados	9.255.016.156,00	18.814.334.152,30
Valores em garantia:		
Hipotecas	2.777.531.035,10	
Outras garantias	15.831.763.834,50	18.608.894.869,60
Tesouro Nacional, operações da Carteira de Câmbio:		
Efeitos a receber do exterior	2.488.430.460,50	
Mandatários por cobrança de titulos	24.571.429,90	2.433.001.890,40
Devedores por garantias prestadas:		
Companhia Siderurgica Nacional	1.167.201.960,60	
Estado de São Paulo	62.453.664,60	
Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional	693.576.800,00	
Outras entidades	96.486.741,80	1.959.642.306,00
Outras contas	9.803.351.716,60	14.275.995.913,40
Outras contas de compensação		4.997.390.139,00
		61.019.279.869,80
		108.525.490.386,70

